



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO  
**TOCANTINS**  
CÂMPUS DE **ARAGUAÍNA**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ENSINO DE HISTÓRIA - **PROFHISTÓRIA** -  
**PPGEHIS**

Av. Paraguai s/n esq. com a rua Uxiramas | 77824-838 | Araguaína/TO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA – PPGHIS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTORIA  
CAMPUS DE ARAGUAÍNA

**Fábio Oliveira Santos**

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL EM  
PALMAS-TO**

**Araguaína/TO**

**2025**

Fábio Oliveira Santos

## **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL EM PALMAS-TO**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus de Araguaína, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Saberes históricos no espaço escolar.

Orientadora: Profa. Dra. Martha Victor Vieira.

Araguaína/TO  
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

**Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

O48e Oliveira Santos, Fábio .  
Educação Patrimonial e Ensino de História Local em Palmas  
- TO / Fábio Oliveira Santos. - Centro de Ciências Integradas -  
CCI, TO, 2025.  
133 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) (Pós-Graduação -  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História -  
ProfHistória) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins,  
2025.

Orientadora: Martha Victor Vieira.

1. Ensino de História. 2. História Local/Educação  
Patrimonial. 3. Palmas/Tocantins.

**CDD 980**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.


Fábio Oliveira Santos

## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL EM PALMAS-TO

Texto apresentado ao Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus de Araguaína, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.


Data de aprovação: Araguaína (TO), 13 de março de 2025.

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente  
 **MARTHA VICTOR VIEIRA**  
Data: 03/04/2025 10:43:28-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Martha Victor Vieira  
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

Documento assinado digitalmente  
 **PAULA CRISTIANE DE LYRA SANTOS**  
Data: 02/04/2025 11:12:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Membro externo: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Paula Cristiane de Lyra Santos  
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Documento assinado digitalmente  
 **OLÍVIA MACEDO MIRANDA DE MEDEIROS**  
Data: 02/04/2025 12:09:07-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Membro interno: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Olívia Macedo Miranda de Medeiros  
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

*“Estudar é uma forma de reinventar,  
de recriar, de reescrever – tarefa de  
sujeito e não de objeto.” Paulo Freire*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) por uma formação que valoriza a reflexão crítica e a análise das práticas educacionais, voltado para a formação de professores de sala de aula e a busca de formas de melhorar o trabalho do professor e da melhoria da educação e do ensino de História.

Em especial, agradeço à minha orientadora, professora Dra. Martha Victor Vieira, pelas orientações, considerações, sugestões de leitura, apoio, resolutividade das dúvidas e as valiosas contribuições para este trabalho, que contribuiu muito para que eu chegasse ao final desse mestrado. Agradeço também à professora Dra. Olivia M. Medeiros, pela dedicação e cuidado na resolução das demandas enquanto coordenadora do curso e, principalmente, como professora que contribuiu muito com sugestões e considerações para a minha pesquisa e escrita. Do mesmo modo, agradeço à professora Dra. Paula Cristiane de Lyra Santos, pelas considerações e ensinamentos sobre o patrimônio cultural, que contribuíram sobremaneira para minha pesquisa e norteando caminhos para a desenvolvimento desse trabalho. Gratidão as essas professoras também pela disponibilidade de ler e contribuir com o meu trabalho na qualificação e agora na defesa dessa dissertação com contribuições essenciais que me fizeram conseguir chegar até aqui.

Agradeço também a todos os professores do Programa de Mestrado em Ensino de História da UFNT, em especial ao professor Dr. Moisés Pereira da Silva, pelo incentivo inicial para que eu perseverasse na pesquisa da história local e, aos professores: Dr. Marcos Edilson Clemente e Dr. Dagmar Manieri pelas tardes de discussão e aprendizado sobre a Teoria da História e Filosofia da História, que ampliou os horizontes e o conhecimento de quem estava há algum tempo longe da universidade e das discussões sobre a ciência histórica.

Assim também agradeço aos colegas e amigos que fiz nessa jornada de fazer mestrado, morando em Palmas, e indo a Araguaína três, até quatro vezes por mês, para assistir as aulas, sem bolsa de pesquisa, arcando com os altos custos dessas viagens em busca de conhecimento, em especial, a Ione Figueiredo pela parceria e companhia nas longas viagens para Araguaína e nas

outras viagens durante esses dois anos de mestrado; ao Rogério pela parceria e divisão dos custos de estadia em Araguaína e nas viagens para apresentação de trabalhos; à Soraya e Ivanilda pelas leituras/discursões dos textos; à Janete pelas caronas em Araguaína; à Jesmary, Maria das Vitórias e ao Maicon pelo apoio e pronta ajuda com as dúvidas e referências; e assim também aos demais colegas da turma, obrigado a todos pelos momentos de convivência, descontração e aprendizado.

Agradeço imensamente à minha amiga Maria Socorro da Silva - Coka, pelo incentivo constante e inestimável durante toda a jornada do mestrado. Seu apoio foi fundamental para que eu superasse os desafios e perseverasse em minha pesquisa.

Meus agradecimentos à SEDUC/TO pela concessão da licença para cursar o mestrado, pois sem isso seria impossível conciliar pesquisa/estudo com o trabalho em sala de aula no Centro de Ensino Médio Tiradentes, a quem eu agradeço também à diretora, Maria Leda e aos colegas professores pelo apoio dado nessa jornada.

E à Fundação Cultural de Palmas pela liberação para que pudesse me ausentar nos dias das aulas do mestrado em Araguaína e aos colegas de trabalho/amigos do Gerência de Patrimônio Cultural de Palmas, pelo apoio e colaboração no desenvolvimento da pesquisa, com as atividades de Educação Patrimonial: Carol, Marcelo, Ângela e especialmente ao Antônio Filho, pela ajuda com os documentos, datas, acontecimentos e seleção e autorização para uso das imagens do acervo, meu sincero muito obrigado por tudo e por tanto.

Por fim, agradeço a minha família pelo apoio e compreensão, especialmente ao meu pai, Benício do Espírito Santo, que esteve muito doente e terminou partindo durante esse período do mestrado, que sempre me inspirou que a educação era o melhor caminho para mudar para melhor a vida das pessoas e a conclusão desse mestrado é a prova disso.

## RESUMO

Esta dissertação tem como tema a educação patrimonial como uma prática metodológica para ser utilizada no ensino de história na cidade de Palmas-TO. A pesquisa, de cunho quanti-qualitativo, embasou-se na opinião manifestada pelos professores que levaram seus alunos para participarem das atividades de Educação Patrimonial no Museu Casa Suçupara (Palmas – TO), entre 2020 e 2024. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação segundo proposto por Michel Thiollent (2011) e análise documental (Lima Junior, 2021). Com base nas referências bibliográficas sobre o ensino de história (Bittencourt, 2008), história local (Samuel,1990) e o patrimônio cultural (Londres,2011), buscou-se demonstrar a importância dos museus, especialmente o Museu Casa Suçupara e da memória local na construção da identidade e do sentimento de pertencimento da comunidade. A pesquisa também investigou quais são os locais de memória e museus da cidade, bem como fez um levantamento da legislação pertinente, visando identificar práticas de educação patrimonial (Horta,1999) desenvolvidas nesses espaços, com vistas a gerar subsídios didáticos para o trabalho do professor da disciplina de História e contribuir para os debates em torno do Ensino de História e da construção das identidades culturais. Como resultado da pesquisa, foi construído de um Guia Didático Histórico para ser disponibilizado online para acesso dos professores de História, alunos e população de modo em geral, visando contribuir para a valorização do patrimônio cultural local e o ensino de História.

**Palavras-chave:** Ensino de História. História local. Educação Patrimonial. Patrimônio Cultural. Palmas/Tocantins

## **ABSTRACT**

*This dissertation has as its theme heritage education as a methodological practice to be used in the teaching of history in the city of Palmas-TO. The research, of a quantitative and qualitative nature, was based on the opinion expressed by teachers who took their students to participate in Heritage Education activities at the Museum Casa Suçuapara (Palmas - TO), between 2020 and 2024. The methodology used was action research as proposed by Michel Thiollent (2011) and documentary analysis (Lima Junior,2021). Based on bibliographical references on the teaching of history (Bittencourt,2008), local history (Samuel,1990) and cultural heritage (Londres,2011), we sought to demonstrate the importance of museums, especially the Museum Casa Suçuapara and local memory in the construction of identity and the sense of belonging of the community. The research also investigated the city's memorial sites and museums, as well as surveyed the relevant legislation, aiming to identify heritage education (Horta, 1999) practices developed in these spaces, with a view to generating didactic support for the work of History teachers and contributing to debates around History Teaching and the construction of cultural identities. As a result of the research, a Historical Didactic Guide was created to be made available online for access by History teachers, students and the general public, aiming to contribute to the appreciation of local cultural heritage and the teaching of History.*

**Keywords:** *History teaching. Local history. Heritage Education. Cultural Heritage. Palmas/Tocantins*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Primeira Missa de Palmas em 20 de maio de 1989. ....	43
Figura 2 - Retirada do Pau Brasil.....	44
Figura 3 - Lançamento da pedra fundamental da construção de Palmas em 20 de maio de 1989.....	45
Figura 4 – Palacinho, agosto de 1989.....	49
Figura 5 – Fazenda Triangulo em 1988. ....	61
Figura 6 – Posse do primeiro prefeito e vereadores de Palmas em 1 de janeiro de 1990. ....	62
Figura 7 – Reunião da Câmara Municipal de Palmas em 1990. ....	64
Figura 8 – Sede da LBA. ....	65
Figura 9 – Restaurante de comidas típicas, em 2002. ....	66
Figura 10 - Museu Casa Suçuapara – 2023.....	67
Figura 11 – Exposição no Museu Casa Suçuapara. ....	69
Figura 12 - Gráfico 1: Visitantes do Museu .....	70
Figura 13 - Gráfico 2: Atividades de educação patrimonial realizadas no Museu Casa Suçuapara.....	74
Figura 14 - Gráfico 3: Maior dificuldade enfrentada. ....	76
Figura 15 - Gráfico 4: Fomentar o ensino de História Local. ....	77

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa de Palmas -TO.....	42
Mapa 2 – Localização do Município de Palmas -TO. ....	47

## LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CHT	Currículo de História do Tocantins
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
FCP	Fundação Cultural de Palmas
GEPAC	Gerencia de Patrimônio Cultural
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional
LD	Livro Didático
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PLND	Plano Nacional do Livro Didático
PNLEM	Programa Nacional de Livros para o Ensino Médio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROFHISTÓRIA	Mestrado Profissional em Ensino de História
SEDUC	Secretaria de Educação e Cultura
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
ENFE	Espaços Não Formais de Educação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. ENSINO DE HISTÓRIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRIA LOCAL</b>	<b>19</b>
2.1 Noções de patrimônio cultural .....	19
2.2 História local e ensino de História .....	23
2.3 Ensino de História e Educação Patrimonial .....	26
2.4 Prática e desafios da Educação Patrimonial .....	28
<b>3. LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DE PALMAS .....</b>	<b>38</b>
3.1 A História de Palmas.....	38
3.2 Legislação Patrimonial do Tocantins.....	47
3.3 Legislação do Patrimônio e dos Museus de Palmas.....	53
<b>4. MUSEU, ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL .....</b>	<b>58</b>
4.2 História do Museu Casa Suçuapara.....	60
4.3 Educação Patrimonial no Museu Casa Suçuapara: local de pesquisa ...	67
3.4. O Ensino de História Local e a Educação Patrimonial em Palmas -TO .	72
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>82</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO/GRÁFICO.....</b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICE B – GUIA DIDÁTICO .....</b>	<b>98</b>
Um Guia Didático Histórico para o ensino de história em Palmas-TO .....	98

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a educação patrimonial realizada no Museu Casa Suçuapara<sup>1</sup>, em Palmas - TO, a fim de contribuir para o ensino de história local. O intuito é produzir um guia didático-histórico para ser utilizado pelos professores da disciplina de história na educação básica. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação porque ela consiste em uma forma de investigação visando resolver problemas coletivos, sendo especialmente utilizada para compreender e aprimorar questões de ensino-aprendizagem (Thiollent, 2011).

Como proposta aos novos paradigmas na forma de ensinar/aprender História, os museus e espaços de memória apresentam-se como locais onde, por meio da materialidade dos objetos culturais, é possível perceber a trajetória histórica fundamental na construção da identidade cultural e noção de pertencimento, tecendo, nas palavras de Pacheco (2017), as narrativas do passado e apontando para o futuro que se deseja construir.

Estamos compreendendo como patrimônio cultural o conjunto das manifestações, dos bens, das tradições, realizações e representações de um povo (Londres, 2011, p. 162). Pois em todas as ações cotidianas e nos modos de representação do fazer do sujeito e na cultura, de um modo geral, está presente a sua herança cultural, e nesse aspecto, ela cria a identidade simbólica e o sentimento de pertencimento de todos os que fazem parte de uma determinada comunidade.

Nesse sentido, a educação patrimonial é uma ferramenta metodológica centrada no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento. Ela permite fazer uma leitura de mundo a partir do contato com fontes primárias de conhecimento, proporcionando assim uma compreensão diferenciada do universo sociocultural, bem como do processo histórico no qual o sujeito está inserido.

---

<sup>1</sup> O nome Suçuapara, utilizado para designar o imóvel faz referência a uma espécie de veado muito comum na região, onde se localiza o plano diretor da cidade, Suçuapara é uma palavra de origem tupi, que significa: “grande veado brasileiro”, chamado veado-galheiro, Veado é soó-açu, significando bicho grande, a caça de maior vulto; daí derivam, entre outros: -suaçu-apara ou suçuapara, o veado-galheiro.

O conhecimento crítico de um povo sobre seu patrimônio cultural contribui, decisivamente, para que haja uma apropriação e valorização de sua história e de toda sua herança cultural. O vocábulo *patrimonium*, em latim, junção da palavra *pater* (pai) e *monium* (recebido), refere-se às origens, às pessoas e à história de uma comunidade. Assim, conhecer o seu passado possibilita melhor uso e preservação dos bens materiais e da cultura imaterial, propiciando, dessa maneira, a construção de novos conhecimentos de forma dialógica. Segundo Maria de Lourdes Pereira Horta (1999):

O desenvolvimento de programas de Educação Patrimonial, envolvendo não só a rede escolar, mas também as organizações da comunidade local, as famílias, as empresas e, principalmente, as autoridades responsáveis, contribuiu para a ampliação de uma nova visão do Patrimônio Cultural Brasileiro em sua diversidade de manifestações, tangíveis e intangíveis, materiais e imateriais, como fonte primária de conhecimento e aprendizado, a ser utilizada e explorada na educação de crianças e adultos, inserida nos currículos e disciplinas do sistema formal de ensino, ou ainda como instrumento de motivação, individual e coletiva, para a prática da cidadania e o estabelecimento de um diálogo, enriquecedor entre gerações (Horta, 1999, p. 5).

A escola pode utilizar o patrimônio cultural local e regional com a finalidade de facilitar a apropriação do conhecimento crítico dos fatores fundamentais para sustentabilidade do patrimônio cultural, além de fortalecer o sentimento de identidade cultural, a importância do resgate e manutenção da memória e da formação cidadã.

Partindo desse pressuposto, o desenvolvimento de ações educativas nos museus/espacos de memória, surge como ferramenta metodológica essencial para a construção do sentido do reconhecimento e pertencimento, fortalecendo a formação de estudantes como agentes transformadores da realidade social.

Nesse sentido, o problema da pesquisa parte dos seguintes questionamentos: por que os professores de História de Palmas não utilizam a educação patrimonial em sala de aula para ensinar História Local? Os professores de História conhecem os museus existentes em Palmas e os programas de educação patrimonial realizados neles?

A hipótese é que há um desconhecimento dos professores de História de Palmas sobre as práticas da educação patrimonial e sobre as possíveis

contribuições da educação patrimonial e museal para o ensino de História Local. Desconhece-se, devido à falta de material didático-pedagógico, a forma como ensino de história local, a partir do seu patrimônio cultural, pode ser uma ferramenta importante para o desenvolvimento do aprendizado histórico dos discentes e assim favorecer a construção das identidades e do sentimento de pertencimento, bem como de se questionar as narrativas e tradições inventadas que tem sido utilizada para a construção dessas identidades.

Para fins de recorte, iremos analisar, especificamente, as atividades desenvolvidas no Museu Casa Suçupara, de âmbito municipal, à medida que possui um programa consolidado de educação patrimonial nos seus espaços.

A metodologia a ser utilizada é a pesquisa-ação, a qual, segundo Michel Thiollent (2011), é definida como:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 2011, p. 20).

A pesquisa-ação será utilizada neste projeto para abordar a questão da educação patrimonial e a viabilidade de sua aplicação como prática metodológica no ensino de história, após a fase exploratória e de levantamento dos dados e com base nestes. Nesse sentido, como ação resultante da pesquisa, construiu-se uma ferramenta didática, em formato de Guia do Patrimônio Cultural Material da cidade de Palmas - TO, para se utilizar no ensino de história. Esse Guia será disponibilizado ao público em geral, tendo como foco especialmente os professores de história, a fim de que possa ser utilizado como material paradidático para melhoria do ensino de História.

No desenvolvimento da metodologia será também utilizado os questionários semiestruturados que, conforme Minayo (2009 p. 64), envolve uma combinação de uma abordagem qualitativa com “perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.

Os questionários foram aplicados com os professores da disciplina de História, pertencentes à seis escolas de Palmas e que levaram seus alunos para as atividades de educação patrimonial no Museu Casa Suçupara. As

escolas participantes foram: Escola Municipal Darcy Ribeiro, Escola Municipal Paulo Freire, Escola Municipal Beatriz Rodrigues, Escola Estadual Dom Alano Marie du Noday, Centro de Ensino Médio Tiradentes e Colégio ITOP.

Com as imagens trabalhadas na pesquisa, buscou-se encontrar as intencionalidades de quem e quando as produziram (Burke, 2004, p. 27 - 34), a partir de um “olhar decolonial” (Walsh, 2009, p. 27) da história e do patrimônio cultural da cidade de Palmas -TO. Esse trabalho não vai destacar os grupos dominados (Walsh, 2009, p. 27), mas, aponta a necessidade de que os professores percebam os silenciamentos, ao se trabalhar com o patrimônio cultural. Apontamos que é preciso ter um olhar decolonial sobre o Museu Casa Suçupara porque o que está no museu é colonial, ou seja, está muito ligado a colonialidade (Walsh, 2009, p. 27), no sentido de não contemplar nas imagens e narrativas as camadas subalternizadas historicamente, tais como mulheres, negros e indígenas. Nossa abordagem se constitui como decolonial na medida em que buscamos um deslocamento dessa visão nacional, tão presente nos livros didáticos, que subalterniza, inferioriza ou apaga a história local e o patrimônio cultural local. Igualmente pretendemos debater a visão de uma história oficial e do patrimônio cultural vinculado a determinados sujeitos, através de um olhar para história local a partir da apresentação e discussão do patrimônio como um local de memória que foi construído em um campo de disputa e construção política de tradições.

A escolha dessa temática de pesquisa se deu por causa do meu trabalho como professor efetivo da disciplina de História, na rede estadual de ensino do estado do Tocantins desde de 2011, trabalhando nos anos finais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos- EJA e no Ensino Médio, na rede estadual de ensino. Tendo atuado em escola de tempo regular e também na escola de tempo integral da rede municipal, no período de 2012 a 2014. Durante mais de uma década de sala de aula, sempre me questioneei sobre a desvalorização da história local no âmbito escolar e os alunos terminando o ensino médio, sem saber o básico sobre a história do estado do Tocantins e o que sabem sendo fruto da propaganda oficial. Desse modo, não se conhece a participação popular e com isso, não se sentem parte dessa história, o que se agrava em relação à história da cidade de Palmas que, se mistura com a do estado do Tocantins. Sendo a autonomia representada tendo como

protagonista somente um representante político, excluindo-se todos os outros atores no processo de criação/construção da cidade. Para agravar, a história dos povos originários, bem como do patrimônio material e imaterial dessa região, é totalmente invisibilizada/desconhecida no ensino de história ministrado nas escolas.

Nesse sentido, sempre busquei incluir a história local nas minhas aulas, como forma de partir da realidade do aluno para depois expandir para uma história macro do estado, país, continente e mundo. Assim, nas aulas sobre a “Pré-história” no primeiro ano do ensino médio, apresento as imagens das cavernas, dos sítios arqueológicos da Serra do Lajeado que circundam a cidade de Palmas, ao invés do tradicionalismo do livro didático onde se apresenta em geral as Cavernas de Lascaux na França. A história local oferece uma conexão maior com o passado, permitindo a experimentação da sua presença tangível no ambiente cotidiano, seja nas ruas, mercados, grafites ou campos (Samuel, 1990, p. 220).

Ao longo dos anos de sala de aula, visualizei na prática como os estudantes conseguem compreender melhor o processo de evolução, adaptação e atuação humana na terra, quando se ensina usando exemplos da realidade na qual está inserida. Nesse sentido, ao saberem que existiram povos nas cavernas que construíram e deixaram um importante legado, ainda pouco conhecido e explorado, na sua cidade/região, os estudantes conseguem compreender melhor que a história é um processo humano ao longo do tempo e conseguem entender que esse processo ocorreu/ocorre no mundo todo, saindo do viés muitas vezes mitológico/cinematográfico que essa fase é propagada em geral, por exemplo.

Nos últimos anos, ministro aula exclusivamente no ensino médio, como professor de História e Geografia, lotado no Centro de Ensino Médio Tiradentes, localizado na quadra 806 Sul em Palmas-TO. Mas, principalmente, no meu outro trabalho efetivo, como Analista de Acervo Histórico (Historiador) na Fundação Cultural de Palmas. Nesse último, lotado na Gerência de Patrimônio Cultural de Palmas-GEPAC/FCP, pertencente a Fundação Cultural de Palmas-TO, desde outubro de 2014.

A Gerência de Patrimônio Cultural tem a missão de executar as políticas culturais de preservação e socialização do patrimônio cultural material,

imaterial e arqueológico de Palmas, integrando com as políticas estadual e federal. Esta incumbida de propor o tombamento e registro de bens culturais, zelar pelos bens culturais na esfera municipal, recolher, guardar e preservar documentos de interesse público, sendo responsável também, pela gestão dos museus municipais e do arquivo público, localizado no anexo do Museu Casa Suçupara, denominada de Casa da Cultura, no qual também funciona como sede administrativa da Gerência da Patrimônio Cultural.

No arquivo histórico da Casa da Cultura estão guardados/arquivados documentos originais sobre a construção da cidade de Palmas, para preservação da memória e história, mas, também como fonte de pesquisa para os museus e para o público em geral, atendendo pesquisadores das mais diversas áreas. O acervo é composto por diversos documentos, tais como o projeto original da construção de Palmas, mapas originais, acervo de jornais local e imagens.

No cargo de Analista de Acervo Histórico, atuo nas atividades de preservação/conservação do patrimônio cultural de Palmas, na administração/preservação dos dois museus de Palmas e do arquivo público, bem como na pesquisa, montagem de exposições museológicas e nas atividades de educação patrimonial no Museu Casa Suçupara. Tais atividades de educação patrimonial são desenvolvidas com estudantes das escolas públicas e particulares municipal, estadual, universidades e demais instituições interessadas. Participam alunos do nível fundamental I e II, ensino médio, EJA e graduação. Esse último, notadamente dos cursos de Artes, Filosofia, Arquitetura e jornalismo, dentre outros.

Com base na minha atuação tanto no ensino de História em sala de aula e na educação patrimonial no museu, surgiram-me as indagações propostas para o desenvolvimento da seguinte pesquisa no Mestrado Profissional no Ensino de História - Profhistória. Tais indagações, portanto, surgiram da vivência da sala de aula da disciplina de História no ensino médio e das atividades da educação patrimonial no museu. Esses questionamentos sobre as possibilidades do ensino de história a partir do patrimônio cultural local e da história local, visto esse patrimônio material como oportunidade de discussão sobre as relações de poder e a perspectiva colonialista da história, bem como, sobre a forma como no ensino de história ainda predomina a mera reprodução

do discurso das elites e portanto, da possibilidade de uma educação crítica e a desconstrução do imaginário de um patrimônio material como privilegio de alguns.

Assim pensando, essa dissertação foi estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo é composto por uma base introdutória, com a finalidade de apresentar os aspectos da temática da pesquisa, desdobrando na parte teórica, sobre história local, ensino de história, patrimônio cultural e a educação patrimonial. No segundo capítulo, apresenta-se a história de Palmas, realizando uma revisão da legislação referente ao patrimônio cultural local e museus. No terceiro capítulo é feita uma apresentação e análise da educação patrimonial realizada no Museu Casa Suçuapara com base nas informações coletadas com a aplicação de questionários semiestruturados com professores de História que participaram das atividades de educação patrimonial com seus alunos no Museu Casa Suçuapara. Também é analisada a relação entre museu, educação patrimonial e o ensino de história; e apontamos as possibilidades da história local no ensino de história com a utilização do patrimônio cultural material de Palmas-TO. A partir dessa pesquisa construímos um Guia Didático Histórico que se apresenta em apêndice nesta dissertação.

Para o levantamento dos dados dessa pesquisa, enfrentamos várias dificuldades, devido ao fato de que o Museu Casa Suçuapara ficou fechado para reforma desde meados de 2023 e início de 2024, o que provocou uma baixa procura no período após pandemia da Covid-19 em 2020. Nesse período pós-pandemia o museu também ficou fechado alguns períodos por problemas na estrutura da varanda e para reforma e restauração, o que fez com as visitas de escolas diminuíssem ainda mais.

## 2. ENSINO DE HISTÓRIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRIA LOCAL

### 2.1 Noções de patrimônio cultural

O patrimônio cultural pode ser definido como o conjunto das manifestações, dos bens, das tradições, realizações e representações de um povo. “O termo “patrimônio” é usado devido à analogia com o processo que ocorre na família quanto aos bens que passam de pais para filhos”. No sentido de herança familiar, “envolve não apenas valores econômicos como também simbólicos e afetivos” (Londres, 2011, p. 162).

A construção do conceito de patrimônio cultural, segundo Funari e Pinsky (2003), remonta ao século XIX, no contexto de formação dos Estados nacionais:

A criação de patrimônios nacionais intensificou-se durante o século XIX e serviu para criar referenciais comuns a todos que habitavam um mesmo território, unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns, resultando na imposição de uma língua nacional, de “costumes nacionais”, de uma história nacional que se sobrepôs às memórias particulares e regionais. Enfim, o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. O patrimônio passou a ser, assim, uma construção social de extrema importância política (Funari; Pinsky, 2003, p. 16).

A noção de patrimônio cultural, relacionando-se às nações modernas, tinha desde sua criação a ideia de unificação, da construção de identidade coletiva e, portando, do sentimento de pertencimento social.

Em todas as ações cotidianas e nos modos de representação do fazer do sujeito e na cultura, de um modo geral, está presente a sua herança cultural e, nesse aspecto, ela cria a identidade simbólica e o sentimento de pertencimento de todos os que fazem parte de uma determinada comunidade. Como define Junior (2016, p. 16): “de maneira mais ampla, Patrimônio é aquilo que fornece a uma comunidade cultural a representação de seus sentimentos de pertinência e de ação, e veicula, portanto, o sentido de que os membros são agentes de seu próprio destino cultural”.

No entanto, o patrimônio cultural é muitas vezes apropriado ou forjado pelo poder local, como maneira de direcionar a imagem que se quer construir ou transformar. No caso do Brasil, desde as lutas pela independência político-administrativa, a elite brasileira ampliou o seu campo de ação do poder econômico para a “construção de uma identidade de classe governante” (Toledo, 2005, p. 2). Para tal fim, serve-se do Estado, que naquele momento pretendia construir uma imagem de nação nos moldes europeus, então considerados como “civilizados” (Mattos, 1987).

A tentativa de criar símbolos através da patrimonialização de locais, revelam as relações de poder e os significados imprimidos a esses locais, do que é definido como patrimônio cultural. Notam-se os valores que permeiam os símbolos que buscam relacionar passado e presente, quando o patrimônio representa somente os grandes feitos das elites, dos grandes homens, deixando de lado os trabalhadores, os pobres e a população em geral que não pertence às camadas mais abastadas da sociedade.

Essa ideia de patrimônio tem a ver com a noção de temporalidade na qual o presente e o futuro não são mais guiados pelo passado, segundo o que está em jogo na atualidade não é mais uma visão do passado, “cuja a forma de visibilidade importa no presente” (Hartog, 2013, p. 197).

Nesse sentido, esse movimento de patrimonialização seria uma característica clara que estamos no regime do “presentismo”. Segundo François Hartog, esse regime do presentismo se consolida no século XX, pois

[...] sobretudo o seu último terço, deu extensão maior à categoria do presente: um presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem necessidade. Um presente já passado antes de ter completamente chegado (HARTOG, 2006, p. 270).

No presentismo, o passado é sempre atualizado de acordo com a necessidade do tempo presente, assim, a história não tem mais a concepção finalística e o futuro sempre é totalmente incerto. O patrimônio cultural vira, então, um processo de patrimonialização contínuo, pois o tempo está acelerado e o medo de perder o passado, na “tirania do imediato”, favoreceu uma vocação memorialista da sociedade (Hartog, 2003, p. 2019).

No Brasil, seguiu-se o modelo europeu de proteção do patrimônio cultural (Scifoni, 2012, p. 36). A escolha política foi de preservar a memória tombando<sup>2</sup> os grandes monumentos e grandes construções, no que se refere ao patrimônio material. Já no campo do patrimônio imaterial construiu-se a história dos grandes homens, como Dom Pedro I, os bandeirantes e os mitos, como Tiradentes, que se destacam na história oficial nacional. Em âmbito regional, vê-se uma repetição das estratégias de criação identitária de âmbito nacional, mas as figuras agora são eternas lideranças, tais como, o ouvidor Joaquim Teotônio Segurado, o ex-governador José Wilson Siqueira Campos, prefeitos e outros.

Dessa forma, nota-se um apagamento dos conflitos e das desigualdades, forjando-se uma sociedade nacional sem desigualdades e ordeira, pois, segundo Simone Scifoni,

A escolha histórica dos nossos órgãos de preservação pela representação da memória a partir de tudo que é monumental e excepcional apagou os conflitos e as desigualdades e simulou uma sociedade nacional cujos símbolos são a grandiosidade e o prestígio. Como é possível neste modelo de patrimônio cultural que operários e camponeses, por exemplo, possam se enxergar neste conjunto da memória nacional?" (Scifoni, 2012, p. 35).

Assim, a identidade nacional foi construída como uma parte da sociedade em que nem todos estão representados ou estão, mas de forma estereotipada, com vistas a sempre valorizar os grupos dominantes do respectivo período em voga. Diante disso e com uma sociedade tão desigual que não é representada em seu patrimônio cultural corretamente, observa-se que, como afirma Walter Benjamin:

Nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie. E assim como a cultura não é isenta de barbárie, não é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (Benjamin, 2010, p. 225).

---

<sup>2</sup> O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acessado em: 02/04/2024.

A “tarefa escovar a história a contrapelo” pode ser entendida aqui como uma “superação da visão celebrativa e acrítica dos patrimônios, aquela que enxerga nas sedes de fazendas e fortalezas militares tombadas a riqueza e técnica, e ao mesmo tempo deixa de lado o seu conteúdo social, os trabalhadores e as relações de trabalho servil (Scifone, 2012, p. 36).

É preciso levar em consideração a necessidade de preservação do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, e evitar sua fetichização diante de uma necessidade de preservação provocado pelo presentismo. Fetichizar o patrimônio significa vê-lo como coisa em si mesma, autônoma e independente dos processos que o constituíram.

A fetichização serve aos propósitos de ocultar os sujeitos do trabalho e as relações conflituosas e de dominação que envolvem a sua produção, tornando-o um objeto aparentemente neutro (Scifone, 2012, p. 36). Diante disso, torna-se necessário ampliarmos a compreensão do patrimônio enquanto construção que acontece dentro dos processos sociais que o produziram, passando a compreensão de patrimônio cultural para referência cultural. Segundo Londres,

Quando se fala em ‘referências culturais’, se pressupõe sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu ‘peso’ material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados (Londres, 2003, p. 83).

Além da valorização do Patrimônio Cultural, há um segundo fator dessa emergência da memória que também contribuiu para a consolidação da história do tempo presente no Brasil, que se refere à democratização da história, que consiste “num poderoso movimento de libertação e emancipação dos povos, grupos étnicos e mesmo indivíduos que têm impactos sobre o mundo contemporâneo” (Nora, 2009, p. 8).

O uso do patrimônio cultural dentro de uma retórica produzida pelas elites utiliza-se da história para construir sua imagem, o que Hobsbawm e Ranger (2008, p. 10) definem como invenção das tradições: “muitas vezes tradições que parecem bem ou são consideradas antigas são bastante recentes quando não

são inventadas”. Em vista disso, torna-se necessário uma valorização dos patrimônios culturais para além das grandes construções, visão essa que valoriza somente arquitetura, a qualidade das construções, evitando-se a fetichização do patrimônio cultural à medida que promove um reconhecimento dos processos sociais envolvidos na sua produção e dos atores que os construíram, recuperando suas memórias e histórias. Deste modo então, preservar, mas também discutir de forma crítica o que está colocado como patrimônio e memória.

## 2.2 História local e ensino de História

Segundo Raphael Samuel,

“A história local confere ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos” (Samuel, 1990, p. 220).

A história local possibilita uma apropriação do conhecimento histórico a partir da realidade em que se encontra cada sujeito e o faz sentir-se pertencente a essa história do seu local de vida. O estudo da história torna-se importante, à medida que reflete as relações estabelecidas entre cada pessoa e a sociedade na qual está inserida. Dessa forma, “através do estudo da história local é possível estabelecer o local tanto como um lugar político-administrativo (município, bairro, distrito) quanto uma aldeia indígena ou até mesmo uma instituição (escola, hospital, fábrica)” (Viana, 2016, p. 23).

Nesse sentido, a história local pode ser utilizada para reflexão da diversidade geográficas das relações sociais, reduzindo o foco do global/universal tradicionalmente utilizado tanto na pesquisa, quanto no ensino de história. No entendimento de Viana,

Isso não significa dizer que a história local se explica de modo isolado, afinal, em tempos de globalização, as especificidades locais devem ser compreendidas em suas relações de interseção com o global, principalmente na era da informação instantânea como as redes sociais na internet, por exemplo, que põem em contato as ideias, os valores, comportamentos e práticas dos mais diversos e distintos lugares (Viana, 2016, p. 23).

A história local, portanto, é um recorte social e temporal para o entendimento da história a partir do cenário no qual o indivíduo está inserido, da história produzida na sua realidade, da herança deixada pelos seus pais, avós e os outros antepassados mais antigos. Assim, o aprendizado da história torna-se significativo pois, o local é o lugar da interação social, das experiências, vivências individuais e coletivas favorecendo que o sujeito se sinta pertencente àquela comunidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, no final na década de 1990, abordam a história local nos temas transversais a serem trabalhados no ensino de história, diferenciando os saberes apreendidos de modo informal e o saber escolar, e cita também qual é a intenção do ensino de história, assim afirma que a:

Apropriação de noções, métodos e temas próprios do conhecimento histórico, pelo saber histórico escolar, não significa que se pretende fazer do aluno um “pequeno historiador” e nem que ele deve ser capaz de escrever monografias. A intenção é que ele desenvolva a capacidade de observar, extrair informações e de interpretar algumas características da realidade do seu entorno, de estabelecer algumas relações e confrontações entre informações atuais e históricas, de datar e localizar as suas ações e as de outras pessoas no tempo e no espaço e, em certa medida, pode relativizar questões específicas de sua época (Brasil, 1998, p. 40).

A intenção do ensino de história contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais parte da compreensão dos saberes históricos a partir da percepção do local, da realidade ao entorno dos alunos, da relação entre presente e passado, da localização no tempo e espaço a partir da problematização e do estudo da história local, fazendo associações, tornando o conhecimento significativo, consolidando assim o processo de aprendizagem.

Além de estar prevista da Carta Magna de 1988, a Educação Patrimonial também vai ao encontro com as Aprendizagens Essenciais e com as prerrogativas preconizadas na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, especificamente na habilidade “(EM13CHS104) - Analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço” (Brasil, 2018, p. 134) e, em atendimento ao disposto no Documento Curricular do

Tocantins – DCT, no que tange à habilidade “(EM13CHS204)HIS - Identificação de diferentes sujeitos de diversidade étnico-cultural compostos os grupos sociais, culturais, movimentos políticos no Brasil” (Tocantins, 2019, p. 11).

Não obstante, o termo “educação patrimonial” não aparece na Base Nacional Comum Curricular e no Documento Curricular do Tocantins, apesar de sua utilização ter sido veiculada já na década de 1980. Essa ausência significativa desfavorece o debate, pois quando se propõe o tema no currículo favorece-se a ampliação do debate e do interesse pelos leitores. Ademais, essa ausência dificulta o trabalho da temática pelos professores, que entendem como algo afastado do ensino de história, muito embora a aproximação da educação patrimonial com o ensino de história já se apresenta desde os primórdios com a experiência inglesa (Cruz; Montão, 2023, p. 6).

Contudo, observamos que o objeto de estudo “Patrimônio” aparece diversas vezes ao longo de todo o documento, sendo acompanhado por expressões como artístico, cultural, natural e histórico e inserido nas diferentes áreas de conhecimento, sendo que na disciplina História é privilegiado os termos cultural e histórico (Cruz; Montão, 2023 p. 11).

Ora, é preciso que a educação patrimonial esteja claramente citada nas normativas que direcionam o trabalho dos professores, sendo indicada nominalmente nas habilidades para o ensino de história de local na disciplina de História, pois, como afirma Bittencourt:

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino de história por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (Bittencourt, 2009, p. 168).

Ao invés disso, nota-se no Documento Curricular do Tocantins (DCT), na etapa Ensino Médio, é que o patrimônio cultural não está relacionado diretamente ao trabalho do professor de História e sim aos de outras disciplinas: Geografia na habilidade: (EM13CHS104) GEO - Reflexão sobre a importância do patrimônio para a identidade e inventariar o patrimônio material e imaterial do Brasil, Estado e cidade. E na disciplina de Sociologia na habilidade: (EM13CHS104) SOC - Compreensão do conceito de cultura material e imaterial,

do sentido de patrimônio e da relação entre comunicação de massa, ideologia e cultura.

### **2.3 Ensino de História e Educação Patrimonial**

A sociedade brasileira é reconhecidamente múltipla em sua diversidade cultural e identidades, dessa forma os currículos se encaminham para uma abertura aos diversos saberes de forma interdisciplinar e inclusiva. De acordo com Pacheco, ensinar na atualidade é desafiador:

Contemporaneamente é postulado que, para além da mera instrução do aluno, a ação do professor cada vez mais se afasta da mera instrução [...]. Volta-se para o desafio de promover o desenvolvimento de estruturas mentais próprias do processo de aquisição das diferentes linguagens utilizadas pelas comunidades para representar e interpretar o mundo em que estão inseridos. (Pacheco, 2017, p. 134).

A disciplina escolar de História, que se propõe a apresentar as diferentes formas de registro da ação humana no tempo, se constitui como elemento fundamental na construção e consolidação da identidade de um povo. Segundo Stuart Hall (2006, p. 07), a assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Nesse sentido, torna-se necessário uma maior ampliação da relação entre a história local com o global trazendo a noção de identidade local, que os sujeitos estão vivendo e se veem representados, através da valorização da história do seu local, da sua comunidade, sendo a educação patrimonial um caminho viável para proporcionar a apropriação dessa identidade e conhecimentos, bem como incentivar a preservação do patrimônio cultural local. Como proposta aos novos paradigmas na forma de ensinar/aprender história, os museus e espaços de memória apresentam-se como locais onde, por meio da materialidade dos objetos culturais, é possível perceber a trajetória histórica fundamental na construção da identidade cultural e da

noção de pertencimento, tecendo, nas palavras de Pacheco (2017), as narrativas do passado e apontando para o futuro que se deseja construir.

No Brasil, as primeiras discussões sobre o desenvolvimento de ações educacionais voltadas ao patrimônio cultural acontecem a partir do 1º Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis-RJ, inspirado no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra, o qual era chamado de Heritage Education, tal seminário discutiu sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos” (Horta, 1999, p. 5). Tais estudos avançaram para um diálogo entre os patrimônios locais e globais, e nesse viés, a Constituição Federal de 1988 traz a definição do que é o patrimônio cultural brasileiro. Portanto, segundo o art. 216 da Constituição Federal de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I- as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

O texto constitucional veio tipificar o patrimônio cultural brasileiro estabelecendo que, além das construções, bem tombados e museus, a imaterialidade também é patrimônio cultural, desde as formas de expressão dos brasileiros até seus modos de fazer e viver, e nesse viés que se fundamenta também a importância do estudo da história local, por meio da educação patrimonial.

O estudo da localidade está destacado nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História, nos dois primeiros ciclos de Ensino Fundamental como a importância de conhecer os grupos sociais no qual o aluno está inserido, assim:

A preocupação com os estudos de história local é a de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para a

compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia a dia (Brasil, 1997, p. 40).

Para cumprimento das legislações que amparam o estudo da história local na disciplina de história, a educação patrimonial se destaca então como uma ferramenta metodológica para auxiliar o trabalho de ensino do professor em sala de aula. Para Maria de Lourdes Parreira Horta,

O desenvolvimento de programas de Educação Patrimonial, envolvendo não só a rede escolar, mas também as organizações da comunidade local, as famílias, as empresas e, principalmente, as autoridades responsáveis, contribuiu para a ampliação de uma nova visão do Patrimônio Cultural Brasileiro em sua diversidade de manifestações, tangíveis e intangíveis, materiais e imateriais, como fonte primária de conhecimento e aprendizado, a ser utilizada e explorada na educação de crianças e adultos, inserida nos currículos e disciplinas do sistema formal de ensino, ou ainda como instrumento de motivação, individual e coletiva, para a prática da cidadania e o estabelecimento de um diálogo, enriquecedor entre gerações (Horta, 1999, p. 5).

A escola tem a possibilidade de utilizar o patrimônio cultural local e regional com a finalidade de facilitar a apropriação do conhecimento crítico, dos fatores fundamentais para sustentabilidade do patrimônio cultural, além de fortalecer o sentimento de identidade cultural, a importância do resgate e manutenção da memória e da formação cidadã dos alunos.

Partindo desse pressuposto, o desenvolvimento de ações educativas nos museus/espços de memória surge como ferramenta metodológica essencial para a construção do sentido do reconhecimento e pertencimento, fortalecendo a formação dos alunos como agentes capazes de transformar a sua realidade social.

## **2.4 Prática e desafios da Educação Patrimonial**

No século XXI, o desenvolvimento das pesquisas sobre o ensino de história na educação básica vem mostrando como a prática da educação patrimonial, ou seja, educar por meio de patrimônios culturais tem sua própria historicidade. Conforme aponta Marcelo Henrique Leite (2018), ao longo dos

anos vem-se ampliando os estudos, a fim de orientar o planejamento e a execução de ações educativas da área de pesquisa do Patrimônio.

A respeito da Educação Patrimonial é necessário pontuar que, embora presente em discussões sobre ensino de história e museu, esse processo educativo não é voltado apenas para as ações promovidas por instituições museológicas (Leite, 2018, p. 137).

A prática da Educação Patrimonial nas aulas de história pode ser utilizada como uma proposta transformadora na relação ensino-aprendizagem na disciplina de História, visto que o contato com o patrimônio cultural, uma fonte primária da história, pode ser uma importante oportunidade de diálogo sobre as relações de poder, sobre a relação colonialista no ensino de história, bem como a reprodução de uma história única das elites na história local.

Diante da pulverização atual de informações, que tem acesso via internet, notadamente através das redes sociais, como afirma Oliveira et al (2019, p. 232): “O desinteresse dos estudantes com relação às ciências naturais é assunto recorrente na maioria das rodas de conversas entre professores. Aparentemente, os alunos aprendem cada vez menos e têm menos interesse pelo que deveriam aprender”.

Podemos inferir que possivelmente uma das causas desse desinteresse dos estudantes seja a ausência de estratégias que vinculem a realidade dos estudantes com as aulas de história, criando conexões com sua própria história através da história local por meio da educação patrimonial. Corroborando tal suposição, Oliveira et al (2019, p. 232), afirma que as “visitas escolares a Espaços Não Formais de Educação (ENFE), tais como museus e centros de divulgação científica, constituem uma temática de investigação que aborda aspectos teóricos e práticos relacionados aos diferentes atores envolvidos”.

O desenvolvimento de atividades fora do espaço escolar pode favorecer a visualização dos alunos, do mundo como um todo e favorecer o diálogo com patrimônio cultural e o ensino de história. Não estamos falando aqui de uma “instrumentologia” no ensino de história, como uma atividade meramente motivacional, mas, sim de oportunidade de ampliação do campo de visão dos

educandos. Ver o mundo com outra ótica, a partir do patrimônio cultural do qual ele faz parte também, fora dos muros da escola e assim abrindo possibilidades para questionamentos, reflexão, de uma ação transformadora nas suas vidas e com isso favorecendo o processo de ensino, através de uma apreensão dos processos históricos de maneira mais crítica, à medida em que, a saída da sala de aula para conhecer novos ambientes, desperta mais a atenção dos educandos. Mas, no entanto, não é tarefa fácil, pois segundo Oliveira et. al,

Para um professor que pretenda elaborar uma agenda de visitas a ENFE, a realidade brasileira apresenta uma série de empecilhos de natureza prática ou de formação inicial que dificultam um efetivo trabalho com objetivos educacionais. A falta de apoio institucional e as dificuldades quanto ao aspecto logístico podem se tornar preocupantes e desestimulantes para o professor que se depara com as diversas tarefas e responsabilidades envolvidas tais como os agendamentos junto à escola e ao local a ser visitado; o transporte e o lanche para os alunos, a sua substituição por outro professor na escola; o termo de permissão do responsável; a responsabilidade sobre a segurança e o comportamento dos alunos (Oliveira et al., 2019, p. 232).

Conforme destaca Oliveira et al (2019), são muitos os problemas enfrentados para se conseguir levar os alunos aos museus, o qual se define como Espaços Não-Formais de Educação – ENFE. No entanto, com o planejamento e conhecimento acerca dos museus e/ou locais de memórias, da história local e do patrimônio cultural como ferramenta metodológica, o professor pode utilizar-se dessa prática para facilitar a compreensão dos conteúdos da disciplina de história em sala de aula, mas, também, da história local e regional. Nesse processo, os educandos podem compreender sua própria história de vida, criando a noção de pertencimento a sua comunidade, favorecendo o seu reconhecimento como sujeito histórico e sua visão crítica sobre o que é considerado como patrimônio.

Outro ponto importante a ser abordado, são as deficiências na formação inicial dos professores de história, que segundo Oliveira et al,

Essas deficiências emergem quando o professor tem que elaborar uma sequência didática no ambiente não formal de um museu. Para isso deve considerar as especificidades da aprendizagem no ambiente museal, se apropriar do acervo, planejar atividades antes, durante e após a visita e a avaliar todo o processo (Oliveira et al., 2019, p. 232).

Para o autor toda essa “deficiência” na formação do professor de história em relação a prática de educação patrimonial, realizada nos Espaços Não Formais de Educação, propicia uma desvalorização da prática quanto ao seu aspecto pedagógico, uma vez que não se aproveita toda a riqueza de possibilidades para aprofundar o conhecimento estudado em sala de aula à medida que, essas visitas aos ENFE, em especial aos museus, assumem a característica “de um passeio”, o que segundo o autor,

Com todas essas preocupações adicionais, o que acontece com frequência é que o aspecto pedagógico fica negligenciado e, quando se consegue organizar uma agenda de visitas, essas assumem o perfil de um passeio sem qualquer preocupação com os conteúdos, o que caracteriza uma subutilização de um espaço rico em potencialidades educativas para os jovens (OLIVEIRA et al., 2019, p. 232).

Assim, considerando algumas das dificuldades enfrentadas na prática da educação patrimonial, torna-se importante analisar as alternativas propostas pelas pesquisas na área e as práticas metodológicas que possam ajudar a subsidiar o trabalho do professor no planejamento dessas ações. É possível fazer a discussão sobre o patrimônio cultural em sala de aula como forma de sensibilizar para a valorização da história local, utilizando as metodologias da educação patrimonial. Tal temática já abordada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, em seus temas transversais, e pouco utilizada na prática, talvez por desconhecimento dos professores, por não possuir em seus currículos a formação na área, ou mesmo por insegurança em trabalhar o tema, ou ainda por ter pouco material produzido no mercado (Leite, 2018). Segundo Leite,

Esses bens patrimoniais são fonte de conhecimento, ferramentas fundamentais para o professor de história aproveitar em sala de aula, e ainda como guia didático, para uma aula de história local, realizada na preparação de uma aula nos espaços citados no guia, oportunizando tanto os professores quanto aos alunos uma ferramenta de trabalho para conhecer e sensibilizar para a valorização do Patrimônio Cultural, seja ele em âmbito material quanto imaterial [...] (Leite, 2018, p. 20).

Para Leite (2018), a preservação dos bens culturais é uma ação cidadã que pode ser trabalhada com os alunos desde cedo, bem como o trabalho com o pertencimento ao local em que vivem, pois, se eles conhecem, é um passo para a preservação, e, preservando outras pessoas terão acesso a esses bens culturais (Leite, 2018, p. 20).

O trabalho de pesquisa da educação patrimonial traz consigo, obrigatoriamente, a pesquisa sobre o campo do patrimônio cultural, pois ainda quando é citado em sala de aula ou em outros espaços, geralmente é sempre relacionado às coisas antigas, propriedades particulares, heranças familiares, deixadas por gerações passadas. Para Torres Neto (2018):

Esta forma de ver o patrimônio alterou-se com o passar dos anos abrangendo concepções que referendam aos bens culturais e costumes constituintes de um valor para um grupo. Logo, percebe-se que o conceito de patrimônio não mais está restrito a algo material como objetos, monumentos, mas integra a imaterialidade, entendida como os diversos fazeres e saberes de diferentes grupos. Faz-se importante ressaltar que toda materialidade é posterior à ideia da imaterialidade, ou seja, o que existe materialmente é fruto de um pensamento, de atributos de valores (Torres Neto, 2018, p. 43).

Desse modo, o patrimônio histórico também é cultural, termo que assume um caráter polissêmico, pois engloba a parte material e imaterial da história, sendo resultado de uma diversidade de marcos tangíveis e intangíveis de uma sociedade, o que de fato agrupado dá sentido a um passado comum de um povo, daí remonta sua importância para o ensino de história partindo de seu patrimônio local. Em virtude disso, a educação patrimonial vem ganhando cada vez mais espaço na educação básica e favorecendo as discussões sobre a importância da preservação de patrimônio cultural (Torres Neto, 2018, p. 43).

Diante deste pressuposto, a adoção de práticas teórico-metodológicas pertencentes ao campo da educação patrimonial torna-se pertinente uma vez que, a associação da história local, bem como do patrimônio cultural local com a história de vida de cada aluno possa ressignificar o conhecimento apreendido em sala de aula, partindo de sua da sua própria realidade.

Sobre a prática da educação patrimonial, Bittencourt (2008) defende que “o compromisso do setor educacional se articula a uma educação patrimonial para as atuais e futuras gerações, centrada no pluralismo cultural.”

Assim, também como “a preservação do patrimônio histórico-cultural deve pautar-se pelo compromisso de contribuir com a identidade cultural dos diversos grupos que formam a sociedade nacional” (Bittencourt, 2008, p. 278).

Ao ensino de história cabe o compromisso educacional voltado para a pluralidade de nossas raízes e matrizes étnicas e “deve estar inserido no currículo real em todos os níveis do ensino” (Bittencourt, 2008, p. 278).

Ademais, torna-se importante destacar a utilidade dos museus enquanto ferramenta de ensino aprendizagem em história, pois os objetos de museus que compõem a cultura material são portadores de informações sobre costumes, técnicas, condições econômicas, ritos, crenças, de nossos antepassados. Essas informações ou mensagens são obtidas mediante a ‘leitura’ dos objetos, transformando-os em ‘documentos’” (Bittencourt, 2008, p. 353).

Bittencourt também preconiza a prática educação patrimonial enquanto estudo do meio, o que Pacheco (2017) explica como sendo uma metodologia, que se organiza por uma sequência de procedimentos didáticos que provoque nos alunos a problematização, a pesquisa e a intervenção. “A metodologia do estudo do meio, inicialmente promove situações que conduzam os alunos a problematizar a realidade” (Pacheco, 2017, p. 72).

Pacheco afirma que a educação patrimonial é uma outra metodologia de ensino, portanto, “outra sequência de ações que visa orientar o professor no planejamento de suas ações pedagógicas” (Pacheco, 2017, p. 74). Assim, a educação patrimonial e o estudo do meio, estão voltados para o desenvolvimento de habilidades em vez da simples memorização de informações, estão, portanto, “mais preocupadas em colocar os alunos em busca do conhecimento do que lhes oferecer as verdades sobre dados fatos históricos” (Pacheco, 2017, p. 76).

A obra “Guia Básico de Educação Patrimonial”, já citada anteriormente, foi publicada pela IPHAN: Museu Imperial no ano de 1999, e se tornou referência na área de pesquisa e prática da educação patrimonial e, portanto, até hoje sempre é citada nos projetos que procuram trabalhar com história local na tentativa de aproximar os conteúdos do currículo da disciplina escolar História à realidade dos alunos e com vistas a subsidiar o processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido, para Horta et. al. (1999):

A Educação Patrimonial é um instrumento de 'alfabetização cultural' que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (Horta et al, 1999, p. 6).

Ainda seguindo as ideias de Horta et. al. (1999), o princípio básico da educação patrimonial é uma interação direta com os bens e fenômenos culturais para se chegar à compreensão e valorização, num processo contínuo de descobertas. Nesse sentido, a educação patrimonial, portanto, trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional focado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e como prática metodológica no processo de ensino aprendizagem na disciplina de História (Horta et al, 1999, p. 6).

É importante destacar que outros autores discordam da utilização do termo "alfabetização cultural" utilizada no "Guia Básico da Educação Patrimonial", pois desconsidera toda cultura já vivenciada por todo grupo social, colocando como algo a ser aprendido ou simplesmente por considerar todas as pessoas como analfabetas culturais. Assim como a constituição de 1988, ampliou o conceito de patrimônio cultural incluindo a imaterialidade, saindo do conceito fechado dos patrimônios de "Pedra e Cal", portanto, a educação patrimonial pode ser definida também como,

[...] conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para a definição de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo, e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser de estar no mundo. O reconhecimento desse fato, certamente, inserido em um campo de lutas e contradições, evidencia a visibilidade de culturas marginalizadas ou excluídas da modernidade ocidental, e que são fundamentais para o estabelecimento de diálogos interculturais e de uma cultura de tolerância com a diversidade (Florêncio, 2015, p. 24).

Observa-se então, uma ampliação do conceito de educação patrimonial, voltado para inclusão das culturas, por muitas vezes, consideradas marginalizadas e buscando uma diversidade cultural e, não reduzindo a um aprendizado da cultura dominante/colonizadora, desta forma a educação patrimonial, também é uma forma de resistência contra a

imposição cultural de herança da colonização ocidental, por meio da educação e nesse viés podemos incluir o ensino de história.

Selva Guimarães Fonseca (2003), ao refletir sobre as dimensões do ensino de História, propõe um “repensar das relações entre historiografia e os processos de difusão/produção de saberes históricos no espaço curricular destinado à disciplina de história na educação básica” (Fonseca, 2003, p. 153). Na visão de Fonseca, a prática da investigação da história local em sala de aula pode ser usada a partir de uma proposta pedagógica que inclua a visita aos museus.

O estudo da história local pode ser utilizado para ajudar o aluno a ver as desigualdades muitas vezes silenciadas dentro dos muros da escola. Os dramas gerados pelas desigualdades podem, a partir de um diálogo com patrimônio cultural, despertar o interesse dos estudantes nas aulas de história, contribuindo para que possam compreender criticamente os processos históricos e com isso favorecer a compreensão do passado, da localidade onde vivem, permitindo-lhes que se insiram melhor na comunidade onde residem. O estudo da história local é concebível de ser realizado “com base em uma construção pedagógica que tenha como principal pressuposto do ensino, a investigação, a pesquisa e a produção de saberes” (Fonseca, 2003, p. 160).

Nessa perspectiva, “o professor desempenha um papel fundamental, pois será o coordenador, o gestor das ações, o orientador da pesquisa, o mediador, capaz de repensar, rearticular historiografia/pesquisa/ensino” (Fonseca, 2003, p. 160). Nesse sentido, o papel do professor de história é facilitar o acesso dos seus alunos às fontes históricas locais, aqui destacamos, para fins da pesquisa dessa dissertação, os museus, mas também, arquivos e lugares de memória. Para Schiavon et al (2011):

Da mesma forma, é imprescindível que os educadores procurem trabalhar com os elementos da História local, de forma a suscitar as reflexões dos estudantes em relação ao vivido e às relações socioambientais nas quais estão inseridos, pois “as crianças constroem narrativas seguindo as experiências familiares e do grupo de convivência (Schiavon et al, 2011, p. 4).

O objetivo de trabalhar com história local é que os alunos comecem a “elaborar conceitos relativos ao mundo onde vivem estabelecendo comparações entre as temporalidades e os espaços vividos e não vividos e a construção do conhecimento histórico aconteceria a partir das atividades de história, partindo do universo mental dos estudantes” (Schiavon et al, 2011, p. 4). Sobre o uso das fontes históricas em sala de aula, Caimi (2008) analisa que:

Quanto ao uso de tais documentos/fontes em sala de aula, há importantes indicações metodológicas que preconizam o papel ativo do estudante nos procedimentos de compreensão e interpretação. Mais do que objetos ilustrativos, as fontes são trabalhadas no sentido de desenvolver habilidades de observação, problematização, análise, comparação, formulação de hipóteses, crítica, produção de sínteses, reconhecimento de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma (Caimi, 2008, p.141).

Dessa forma, o trabalho do professor visa contribuir na criação de conexões entre as fontes históricas e a realidade local e social dos alunos, no sentido de favorecer o processo ensino-aprendizagem e o desenvolvimento da consciência histórica. Nesse contexto, "o professor é quem transforma o saber a ser ensinado em saber a ser apreendido, ação fundamental no processo de construção do conhecimento" (Bittencourt, 2009, p. 51).

Como aponta Circe Bittencourt (2009, p. 51), “dar aula” é uma ação complexa que exige domínio de vários saberes característicos e heterogêneo. O trabalho do professor, portanto, é usar metodologias, como estudo da história local (Samuel,1990) e da educação patrimonial (Horta, 1999) por exemplo, favorecendo a ampliação do processo de ensino-aprendizagem na construção da identidade, visto que esta, é construída a partir das memórias e representações individuais coletivas no processo de constituição da consciência histórica.

Em relação à consciência histórica, Schmidt, com base nas ideias de Jörn Rüsen, destaca que ela confere

[...] identidade aos sujeitos a partir de suas experiências individuais e coletivas e de tornar inteligível o seu presente, conferindo uma expectativa futura a essa atividade atual. Portanto, a consciência histórica tem uma “função prática” de dar identidade aos sujeitos e

fornecer à realidade em que eles vivem uma dimensão temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória histórica (Schmidt, 2005, p. 301).

A construção da consciência histórica passa pelo reconhecimento do sujeito enquanto pertencente a uma comunidade, pela compreensão das singularidades do lugar onde vive e assim, se reconhecendo como alguém que faz história, tornando-se consciente e crítico, que interage com o meio em que vive e construtor da sua própria história.

### 3. LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DE PALMAS

#### 3.1 A História de Palmas

As imagens que usamos nessa pesquisa para falar de educação patrimonial dizem muita coisa sobre a história de Palmas e do estado do Tocantins. Isso porque, como afirma Peter Burke (2004, p. 27 - 34), “as imagens são testemunhas mudas” e “podem ter sido criadas para comunicar uma mensagem própria”, uma intencionalidade de quem as produziu. Assim o historiador precisa ler nas suas “entrelinhas” e não atribuir um “olhar inocente” para elas, na medida em que certamente as imagens registram “um ponto de vista”. Afinal:

Pintores, fotógrafos e escultores selecionam, enquadram, omitem alguns elementos e destacam outros, segundo demandas do presente. Assim, as imagens são construídas para passar uma dada representação, que expressa relações sociais, políticas e ideológicas. Para entendê-las, é sempre necessário compreender o contexto: por quem e por que foram produzidas (Ferreira e Franco, 2009, p. 120).

Essa compreensão crítica da imagem vai ao encontro de uma visão decolonial da história e do patrimônio cultural de Palmas - TO, a qual adotamos no presente trabalho. Decolonialidade aqui está sendo entendida, segundo Walsh (2009, p. 27), como uma ação para “transgredir, deslocar e incidir na negação ontológica, epistêmica e cosmogônico-espiritual que foi - e é – estratégia, fim e resultado do poder da colonialidade”. Já a colonialidade é a relação de poder que permanece, mesmo após o fim do colonialismo, baseada no eurocentrismo que perpassa os modos de vida, os saberes e as sociedades que foram conquistadas/colonizadas, como a América Latina, por exemplo. Oliveira (2016, p. 51) explica que o termo decolonialidade

Designa o questionamento radical e a busca de superação das mais distintas formas de opressão perpetradas contra as classes e os grupos subalternos pelo conjunto de agentes, relações e mecanismos de controle, discriminação e negação da modernidade/colonialidade (Oliveira, 2016, p. 51).

Realizar um olhar decolonial sobre as imagens e o patrimônio cultural implica desconstruir as visões oficiais, inquirindo as representações contidas nas narrativas e nos “lugares de memória” que faz circular uma determinada visão da história. Os “lugares de memória” são os espaços onde a “memória se cristaliza e se refugia” (Nora,1993), esses locais são museus, monumentos históricos, arquivos, dentre outros, que se caracterizam pela intencionalidade de preservação pela comunidade, a “vontade da memória”, pela materialidade, simbolismo e função. A importância desses “lugares de memória”, tal como o Museu Casa Suçupara, local de pesquisa para essa dissertação, segundo Nora (1993), é de que esses lugares preservam a memória coletiva, fortalecem a identidade cultural, promovem reflexão histórica e educam futuras gerações.

A cidade de Palmas foi construída para ser a capital do estado do Tocantins, que foi criado em 5 de outubro de 1988, juntamente com a Constituição Federal, que ratificou a aprovação da criação do estado do Tocantins, feita na Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, em novembro de 1987.

Pois a partir de novembro, o centro das discussões foi a composição do governo e a definição da capital do novo Estado. As incertezas ante a aprovação do Tocantins estavam dissolvidas com a votação quase unânime da Comissão de Sistematização (Cavalcante, 2003, p. 152).

A criação do Tocantins, como esclarece a historiadora Maria do Espírito Santo Cavalcante (2003), “legitimou um projeto de autonomia que expressava as necessidades econômicas e político-administrativas de seu próprio tempo, mas trazia também as falas de outras gerações e seus projetos inconclusos. ” Para essa historiadora, a vontade de autonomia do Norte goiano remonta ao século XVIII, na região das antigas minas do então estado de Goiás que, experimentou, ao longo dos séculos, diversas manifestações de críticas ao governo do Sul goiano, que antecederam a concretização do desmembramento no século XX. O discurso amplamente divulgado na imprensa era que Palmas por se localizar no centro “cardíaco” do país, iria “bombear” desenvolvimento integrando o estado do Tocantins.

A narrativa de Cavalcante corrobora a ideia de que foi em prol da superação do “atraso e do abandono” histórico da região norte do estado de

Goiás que se pediu o apoio da população para a criação do Tocantins. Fabrício de Almeida Ribeiro (2001, p. 18-23), ao destacar a influência dos projetos do presente na construção da memória histórica sobre o Tocantins, afirma que intelectuais ligados a CONORTE (Comissão dos estudos dos problemas do Norte Goiano) e a UNITINS (Universidade Estadual do Tocantins) contribuíram para a produção e circulação de uma determinada narrativa sobre o jovem estado. Segundo Ana Elisete Motter (2011), nos discursos veiculados

o Tocantins é distinguido enaltecido por ter sido instituído através de uma separação territorial, da criação de uma nova fronteira. Em datas comemorativas, quando comentado, de forma entusiasta, o desenvolvimento econômico do estado, sempre houve uma rememoração do movimento de autonomia. Esse foi, sem dúvida, o momento fundador do estado; contudo, uma memória que perpassa todo o século XIX e chega até o final do século XX foi acionada para legitimar esse acontecimento, ocorrido em 1988 (Motter, 2011, p. 1).

Para solidificar a ideologia empregada no discurso da necessidade da construção de Palmas, é feita uma seleção de acontecimentos históricos para legitimar as atitudes do governador José Wilson Siqueira Campos, como uma ancestralidade com o líder emancipacionista de 1821, Joaquim Teotônio Segurado. Para Candice Vidal e Souza (1995, p. 58),

É importante notar que a defesa de uma descendência compartilhada na história vem sendo empreendida com maior interesse pela facção política que tem obtido mais rendimentos políticos-eleitorais com a separação do estado e que, portanto, é parte de uma disputa pela hegemonia da autoridade de fala sobre os tocantinenses (Souza, 1995, p. 58).

Além de fazer uma aproximação do discurso do governador com do Joaquim Teotônio Segurado<sup>3</sup>, é feita também uma comparação com o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Assim, nos primeiros anos da implantação de Palmas, é feita uma intensa propaganda como forma de justificação ideológica, criando assim uma descendência compartilhada na história. Nesse discurso

---

<sup>3</sup> Português, ouvidor da Comarca do Norte, do estado de Goiás, que em 1821, liderou o movimento separatista do Norte Goiano (Vieira, 2014, p. 66): “sendo proprietário de grande fazenda de criação de gado na Vila de São João da Palma, Segurado conhecia os problemas da Comarca do Norte e tinha interesses privados para defender; por isso decidiu romper com as autoridades instituídas em Goiás, criando um governo Provisório independente” e enquanto ouvidor “presidiu o governo rebelde instaurado no Norte Goiano, de 14 de setembro de 1821 até janeiro de 1822, quando embarcou para Portugal, para assumir o posto de deputado nas Cortes Constituintes de Lisboa pela província de Goyas” (Moreyra, 1986, apud Vieira, 2014, p. 66).

ideológico, criado pelo grupo político da situação, o governador, “combinaria as qualidades desses dois personagens, sendo este um aspecto central nos discursos” (Souza, 1995, p. 58).

O discurso propagado para construir uma identidade como a do “ser tocantinense”, nos remonta a Ricouer (2003, p. 116), que defende que a memória é incorporada na constituição de uma identidade através da função narrativa. Para Ricouer, os “relatos de fundação, de glória, de humilhação alimentam o discurso da adulação e do medo”. Assim os feitos memoráveis do século XIX, o discurso do “abandono” e “do medo” são constantemente rememorados para dar sentido de ápice em 1988, com a criação do estado do Tocantins pelas mãos de um escolhido, um predestinado.

Nos primeiros anos da existência de Palmas, é montada uma verdadeira operação de legitimação histórica,

Pretende-se encontrar vínculos com as lutas anteriores pela autonomia local e com a construção de Brasília, ou ainda com uma epopeia bandeirante do Centro – Oeste, com a construção de Goiânia (...). Esses vínculos são descritos como metáforas religiosas, relembrando a expansão do Cristianismo pelas Cruzadas (Souza, 1995, p. 58).

Esse discurso tinha como intenção construir um sentido histórico que fundamentasse não somente a construção de Palmas, mas também todas as atitudes do então governador, que se apropria politicamente dos dividendos de que teria “realizado o sonho tocantinense” que ultrapassou séculos.

Após a definição da construção de uma capital planejada, a capital provisória ficou sendo a cidade de Miracema do Norte (atual Miracema do Tocantins), que ficava a 89 km do local da nova capital. A construção e a arquitetura de Palmas foram inspiradas no modelo que Juscelino Kubitschek adotou na construção de Brasília (Souza, 1995). Desde seu lançamento até sua instalação definitiva em 01 de janeiro de 1990, data da efetivação política da cidade, sua representação é repleta de simbolismos.



**Figura 1** – Primeira Missa de Palmas em 20 de maio de 1989



Fonte: Arquivo GEPAC/FCP- 2024.

Na imagem acima, temos a primeira missa de Palmas, realizada no dia do lançamento da pedra fundamental da cidade em 20 de maio de 1989. A missa é um “fato”, um “acontecimento”, uma ação vista como necessária para a fundação da capital do novo estado, uma forma de cristalizar o discurso, e para isso utiliza símbolos para criar uma tradição grandiosa, a realização de um futuro quase teleológico. Segundo Hobsbawm e Ranger (1997, p. 9), essas práticas são denominadas de “tradições inventadas”, pois,

Compete a elas um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, de natureza ritual simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, implicando, portanto, no estabelecimento de continuidade em relação ao passado (Hobsbawm e Ranger, 1997, p. 9).

Assim como o pintor Victor Meirelles no século XIX, no momento de construção do Estado brasileiro, construiu o quadro da Primeira Missa, fazendo referência ao processo de conquista territorial ocorrida em 1500, inventando uma

tradição para a nação brasileira, a foto acima da primeira missa em Palmas, de certa maneira está inventando uma tradição para o estado do Tocantins.

Em destaque na foto com altar construído para celebração com uma grande cruz de madeira, especialmente encomendada pelo governo do estado para se tornar símbolo histórico de Palmas. No altar, está no centro da foto, o celebrante da missa, o arcebispo de Porto Nacional Dom Celso Pereira de Almeida, o padre Jonas Pedreira, uma freira e outras pessoas que auxiliaram na celebração. Na frente do altar várias pessoas que assistem à celebração, dentre eles alguns militares.

A cruz foi retirada por um morador do povoado Canela, Sr. Arnildo Antunes, encomendada pelo governo do estado, confeccionada em madeira Pau-Brasil. Como se nota na foto abaixo, ele retirando a arvore na mata. A foto foi doada pelo próprio Sr. Arnildo Antunes para o acervo da Casa da Cultura.

**Figura 2** – Retirada da arvore Pau-Brasil



Fonte: Acervo Casa da Cultura GEPAC/FCP – 1989.

Atualmente, essa grande cruz permanece nesse mesmo local, onde foi construído em volta a Praça dos Girassóis<sup>4</sup>, e, é um bem tombado como Monumento do Cruzeiro, no ano 2000, pelo município de Palmas.

---

<sup>4</sup> A Praça dos Girassóis é uma das maiores praças do mundo e está localizada no centro do plano urbanístico de Palmas, no cruzamento das principais avenidas da cidade, a Av. Teotônio Segurado e Av. Juscelino Kubitschek. No local se localiza os prédios do Palácio Araguaia, sede do poder executivo, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, das Secretarias Estaduais e do Memorial Coluna Prestes. Na praça também foram construídos vários monumentos e símbolos

Outra fotografia significativa, que colocamos abaixo, é a que mostra o lançamento da pedra fundamental de Palmas, que marcou o início das obras de construção da cidade, realizada dia 20 de maio de 1989. Ao fundo da imagem nota-se uma grande placa com uma das propagandas sobre o discurso da grandiosidade da construção da cidade: Palmas: o início de uma nova era.

**Figura 3** – Lançamento da pedra fundamental da construção de Palmas em 20 de maio de 1989.



Fonte: Arquivo Casa da Cultura GEPAC/FCP- 1989.

Nesse dia, vieram cerca de 10 mil pessoas de várias cidades do Tocantins: Porto Nacional, Miracema (até então capital provisória do estado), Paraíso, dentre outras do interior do estado, mobilizadas com forte propaganda incluindo convite publicado no Jornal do Tocantins, com ônibus e almoço disponibilizados pelo governo do estado. Do lado direito da foto é possível ver

---

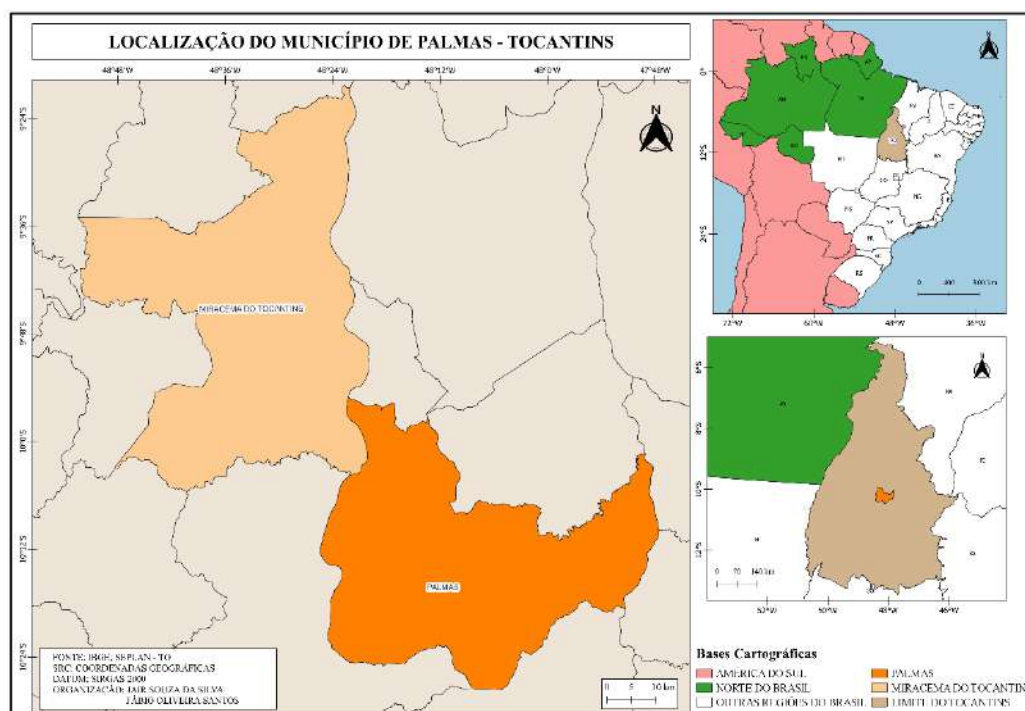
associados a José Wilson Siqueira Campos, como por exemplo o Monumento aos 18 do Forte de Copacabana, utilizados “para manter Siqueira Campos eternamente presente nessa história” (Reis, 2010 p. 10).

uma pessoa com um adereço na cabeça que lembra um cocar indígena, como afirma Souza (1995, p. 58). A missa, de acordo com essa autora, teve a presença de indígenas da etnia Xerente como convidados oficiais do governo. Na foto, há várias pessoas de diversos seguimentos sociais, que assistem a missa sob sol quente de Palmas, muitas segurando bandeiras da cidade, algumas tentam se proteger do sol com elas, dentre essas pessoas, há um militar no canto esquerdo da foto.

A criação do estado do Tocantins, bem como a escolha da sua capital, deu-se com a construção de discursos que, fomentados pelo uso do marketing insistente, buscaram criar a ideia de pertencimento a uma comunidade culturalmente e territorialmente singular ao norte do paralelo 13, que deveria ser separada do restante do estado de Goiás.

Assim como o Tocantins seria o “estado solução”, “o coração do Brasil”, Palmas seria também o “coração do Tocantins”, ligando a região mais desfavorecida da margem direita do rio Tocantins, aos centros mais desenvolvidos como Araguaína no norte do estado. Nesse discurso, Palmas seria o novo “centro irradiador do progresso”, por estar localizada exatamente no centro do estado e do país. Palmas está localizada entre a Serra do Iajé e às margens do rio Tocantins, no antigo povoado Canela, que era distrito de Porto Nacional.

**Mapa 2 – Localização do Município de Palmas -TO**



O discurso amplamente divulgado na imprensa, era que Palmas por se localizar no centro “cardíaco” do país, iria “bombear” desenvolvimento integrando o estado do Tocantins. É curioso que essa ideia de ser o coração do Brasil também foi usada no contexto de criação da cidade de Goiânia, tanto que a imagem do coração ainda se mantém no brasão das armas de Goiás.

### 3.2 Legislação Patrimonial do Tocantins

O processo de patrimonialização no estado do Tocantins se iniciou “no final da década de 1980, com o tombamento do centro histórico de Natividade, ocorrido no ano de 1987, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN” (Santos, 2020, p. 14).

Em nível estadual, os primeiros tombamentos aconteceram através da Lei nº 431, de 28 de julho de 1992, mais de três anos após a criação do estado. Segundo essa lei:

Art. 1º Ficam tombados e integrados ao Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Tocantins, os prédios públicos que sediaram os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do primeiro governo do Estado do Tocantins, com sede na cidade de Miracema do Tocantins, sua

primeira capital, e em Palmas:

I- Prédio que sediou o Palácio Araguaia - Sede do Poder Executivo:  
Rua Osvaldo Vasconcelos, s/nº - Miracema do Tocantins;

II- Prédio que sediou a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins;  
Rua Hosana Cavalcante, s/nº - Miracema do Tocantins;

III- Prédio que sediou o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;  
Praça Mariano Cavalcante, S/N - Miracema do Tocantins;

IV- Prédio que primeiro sediou a Assembleia Legislativa em Palmas;

V- Prédio que primeiro sediou o Poder Executivo “O Palacinho” em Palmas (Tocantins, 1992).

Dentre os bens tombados na Lei nº 431/1992, se destaca o “O Palacinho” que já tinha sido transformado em Museu do Estado do Tocantins através da Lei nº 028, de 21 de abril de 1989, subordinado à Secretaria de Educação e Cultura. Desse modo, nota-se que para além da necessidade da preservação do patrimônio material do estado, está a preocupação com continuidade da solidificação do discurso do pioneiro<sup>5</sup> na invenção do Tocantins, à medida que só se tombou os prédios usados provisoriamente ou recém-construídos especificamente para uso dos poderes constituídos do estado, como podemos observar na foto abaixo, do Palacinho, que foi sede do governo estadual.

---

<sup>5</sup> Neste trabalho o termo “pioneiro” esta se referindo aos primeiros habitantes do estado do Tocantins não indígenas, no caso a elite, ou seja, as pessoas que foram elegidas para representar os primeiros povoadores do estado em 1988 e também da capital, Palmas em 1990. O “pioneiro” é uma figura importantíssima na construção do discurso no qual foi atribuído eles a identidade oficial do estado do Tocantins, por terem chegado primeiro e assim excluiu-se dessa identidade do estado e da capital, os outros sujeitos que viviam aqui antes da criação do estado e da construção da cidade de Palmas, que não necessariamente eram indígenas, como os próprios sertanejos, que moravam na área onde se construiu Palmas e foram desapropriados.

**Figura 4 – Palacinho, agosto de 1989.**



Fonte: Arquivo GEPAC/FCP- 2024

A foto acima mostra o Palacinho, o primeiro prédio público inaugurado em 1989, em Palmas. Pode-se observar, em destaque à frente na imagem, um cavalo selado e amarrado ao tronco de uma pequena arvore. Por ser uma região de fazendas verifica-se nos primeiros momentos, o uso do cavalo ainda como meio comum de transporte. O prédio ao fundo da imagem, foi projetado também pelo Grupo Quatro, empresa goiana, contratada pelo governo do estado para elaborar o projeto da capital Palmas e ficou responsável pela construção dos prédios institucionais. Nesse sentido, o Palacinho foi projetado para ser a sede provisória do governo do estado e assim,

A edificação possui dois pavimentos em madeira e assemelha-se ao Catetinho (1956) de Oscar Niemeyer. Mas, diferentemente da primeira residência do presidente Juscelino Kubitschek, em Brasília, o Palacinho tem a área do térreo mais ocupada. Ele também não é tão longineo como o prédio candango, e sua cobertura em quatro águas remete à arquitetura vernacular. Uma unidade semelhante é construída nas proximidades para abrigar a Assembleia Legislativa. (Cardoso, 2020, p. 37 - 38).

O prédio da sede provisória da Assembleia Legislativa foi construído também próximo ao Palacinho e com arquitetura semelhante também em madeira. No entanto, a lei que define critérios para a “proteção e a preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Tocantins”, Lei nº 577, só foi aprovada em 24 de agosto de 1993. Segundo essa Lei,

Art. 2º. Constituem o patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado do Tocantins, desde que representativos dentro do acervo estadual: I - os bens móveis, em conjunto ou isoladamente, os congregados urbanísticos e os especificados no § 1º. incisos I a IV, do art. 138 da Constituição Estadual; II - as construções e as obras de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativas de determinação época ou estilo; III - os edifícios, monumentos, documentos o objetos estritamente vinculados a fato memorável da história local ou a pessoa de excepcional notoriedade, que, de alguma forma, tenha contribuído para as artes, a cultura, a criação e a implantação do Estado do Tocantins; IV - os monumentos naturais, paisagens e locais cujo a preservação seja de interesse público por seu especial valor artístico etnológico, folclórico ou turístico; V - as bibliotecas, arquivos e documentos de acentuado valor cultural; VI - as tradições, usos e costumes dos grupos indígenas do Estado; 2 VII - os sítios arqueológicos, ecológicos, espeleológico e paleontológico; VIII- quaisquer outros bens que forem de interesse para a preservação da memória estadual (Tocantins, 1993).

A supracitada lei, além de definir o que formaria o patrimônio histórico, artístico e cultural do estado do Tocantins, também definiu o tombamento como modo de proteção do patrimônio cultural de natureza material, mas, entanto não define qualquer forma de proteção do patrimônio cultural imaterial do estado. No parágrafo segundo, “excluem-se do tombamento os bens” de natureza imaterial e não apresenta alguma alternativa para a proteção dos mesmos. Nesse sentido Santos (2020, p. 17).

Nos seus mais de trinta anos de criação, o estado do Tocantins não consolidou uma política de preservação e proteção para o patrimônio cultural. Nesse período, ocorreram várias mudanças nas estruturas do órgão de cultura do Estado, alternando entre Secretaria de Cultura e Fundação Cultural. Nos organogramas dos referidos órgãos, as denominações dos setores responsáveis pelo patrimônio cultural também alternaram entre Coordenação, Diretoria e Superintendência de Patrimônio Cultural (Santos, p.17,2020).

Assim vemos diversas alterações no órgão responsável pelas políticas culturais de proteção do patrimônio cultural em nível estadual. Tal prática denota o tamanho do atraso institucional em relação a proteção desses bens,

especialmente aos de natureza imaterial, que segundo Santos (2020, p.18) há apenas citação em site oficial do governo do estado, sobre o desenvolvimento de políticas de proteção do patrimônio imaterial com uso de inventários seguindo a metodologia do próprio órgão de cultura e do IPHAN, como o por exemplo do Capim Dourado<sup>6</sup> e da Suça<sup>7</sup> e o mapeamento de algumas comunidades quilombolas (Santos, 2020, p18). Importante salientar que, esse “atraso institucional” no Brasil, com exceção de algumas cidades históricas, é uma característica muito comum, uma vez que ainda perdura um entendimento do patrimônio como de pedra e cal, daí a importância do ensino de história para uma compreensão mais ampla do patrimônio, visão essa na qual a imaterialidade é pressuposto para existência da materialidade.

No que tange ao patrimônio material, Santos (2020), citando dados da Secretaria de Comunicação do Estado de 2011, destaca que somente as Igrejas de Nossa Senhora do Consolação, em Tocantinópolis, e de Nossa Senhora do Carmo em Monte do Carmo, foram inscritas em livros de tombo do estado. Com base na sua pesquisa o autor afirma que “não conseguimos identificar nenhuma ação de preservação e ou proteção do patrimônio cultural, desenvolvidas pelo estado do Tocantins desde o ano de 2013” (Santos, 2020, p. 18).

Apesar disso, em 31 de julho de 2017 foi aprovada a lei que cria o Sistema de Cultura do Tocantins – Lei nº 3.252, e no seu artigo 5º estabelece que:

Art. 5º É responsabilidade do Estado do Tocantins, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas relativas à área de cultura, destinadas a assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial tocantinense e

---

<sup>6</sup> Capim Dourado é planta (*Syngonanthus nitens*) encontrada na região do Jalapão, principal ponto turístico do estado do Tocantins. É considerado o “ouro tocantinense” devido a sua coloração amarelo dourado e é usada como matéria-prima na confecção de artesanatos principalmente em comunidades quilombolas e tem uma tradição centenária na confecção de bolsas, bijuterias e objetos de decoração muito conhecidos no Brasil e no exterior. O artesanato de Capim Dourado foi reconhecido como manifestação da cultura nacional em 17 de outubro de 2024, Lei Nº15.005.

<sup>7</sup> A Suça (ou Sussa, Súcia, Suscia, Sussia) é uma dança de origem africana, herança dos descendentes das pessoas escravizadas, na atividade mineradora do ouro no século XVIII, na região sudeste do estado do Tocantins. A dança com gingado africano, com cantos, sons de viola caixa, tambor e pandeiros, está presente nas regiões centro e sudeste do Tocantins e marcam os festejos religiosos do catolicismo e folias tocantinenses. Na cidade de Natividade - TO, é dançada nos Festejos do Divino Espírito Santo e considerada uma manifestação cultural folclórica do estado do Tocantins.

estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura e fruição da arte e das linguagens artísticas em geral, considerando, em primeiro plano, o interesse público e o respeito à diversidade cultural, incumbindo-lhe, nesse sentido (Tocantins, 2017, p. 1).

Além de estabelecer a responsabilidade do estado na proteção do patrimônio cultural material e imaterial tocantinense, define-se a dimensão simbólica do patrimônio como importante para cultura do estado, seguindo os preceitos da Constituição Federal e Estadual:

Art. 11. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Estado do Tocantins, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade tocantinense, na conformidade do disposto no art. 216 da Constituição Federal e art. 138, §1o, da Constituição Estadual (Tocantins, 2017, p. 1).

Assim, a legislação mais atual que trata do patrimônio cultural em nível estadual no Tocantins também tipifica no seu artigo 12, que “Cabe ao Estado do Tocantins promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades”. A mesma lei ainda cria o Sistema de Cultura incluindo Museu Histórico do Tocantins e o Memorial Coluna Prestes; e ainda os Sistemas Setoriais de Cultura incluindo nas alíneas a e b, respectivamente o “Sistema de Patrimônio Cultural e Sistema de Museus (Tocantins, 2017, p. 1).

Em âmbito municipal a situação ainda é bem pior em relação à política preservação do patrimônio cultural nas cidades do estado do Tocantins e uma quase inexistência de museus. A cidade de Araguaína que é uma das mais importantes do estado não possui nenhum arquivo público municipal, casa de memória ou museu. Embora tenha já sido feitas várias iniciativas, sociais e legais, o projeto não sai do papel. Temos em Porto Nacional um espaço museal pequeno e o Núcleo Tocantinense de Arqueologia - Nuta. Em Pedro Afonso tem um espaço museal interessante com iniciativas para ampliação. As cidades de Natividade, Paraíso do Tocantins e Gurupi tem um museu histórico e Aparecida do Rio Negro conta com um museu de artes e ciências.

O fato é, que em Palmas, é onde se concentra ainda uma maior preocupação com políticas públicas ligadas ao patrimônio cultural. Talvez isso tenha relação com fato de ser a capital do estado e a construção de

monumentos como a Praça dos Girassóis, todavia, em outros municípios muito mais antigos que Palmas, os gestores não colocaram a preservação do patrimônio cultural com prioridade até o momento.

Nota-se portando, que houve a tentativa de todas as formas, e a preservação de alguns patrimônios é uma delas, de demarcação das influências políticas, bem como, a fixação da imagem de quem estaria no comando e, no interesse claro, mas mitificado, da perpetuação no poder do grupo político dominante, iniciado no dia 20 de maio de 1989 com lançamento da pedra fundamental de Palmas de forma ritual e simbólica.

### 3.3 Legislação que trata patrimônio e dos Museus de Palmas

A Lei Orgânica do Município de Palmas preconiza no seu artigo primeiro que,

Art.1º. O Município de Palmas, parte integrante do Estado do Tocantins, pessoa jurídica de direito público interno e autônomo nos termos assegurados pela Constituição Federal, rege-se por esta Lei Orgânica, respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/1994 (Palmas,1999).

E a proteção do Patrimônio Cultural vem destacado no “Art. 5º. Inciso XXII - promover a proteção do patrimônio histórico e cultural local, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual” (Palmas, 1999).

O patrimônio cultural da cidade de Palmas é definido pela Lei Complementar nº 006, de 10 de junho de 1999. Segundo essa lei,

Art. 1º Constitui o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município, desde que representativos dentro do acervo municipal, o conjunto de bens móveis e imóveis existentes em seu território e que por sua vinculação a fatos pretéritos memoriais e a fatos atuais, significativos, ou por seu valor cultural, seja de interesse público conservar e proteger contra a ação destruidora, decorrente da atividade humana e do tempo, a seguir relacionados:

I - os bens móveis e imóveis, em conjunto ou isoladamente, os monumentos públicos os conjuntos urbanísticos, além dos especificados no § 1º e inciso IV do artigo 138 da Constituição do Estado do Tocantins;

II - as construções e obras de artes de notável qualidade estética ou particularmente representativas de determinada época ou estilo;

III - edifícios, monumentos, documentos e objetos nitidamente vinculados a fatos memoráveis da história local ou a pessoa de excepcional notoriedade que, de alguma forma, contribui para as artes, a cultura, a criação, construção e a implantação de Palmas;

IV - monumentos naturais, paisagens e locais cuja preservação seja de interesse público, por seu excepcional valor artístico, etnológico, folclórico ou turístico;

V - bibliotecas, arquivos e documentos de acentuado valor cultural;

VI - tradições, usos, costumes e demais manifestações que contribuam para o desenvolvimento cultural dos habitantes do Município;

VII - sítios arqueológicos, ecológicos, espeleológicos e paleontológicos (Palmas, 1999).

No artigo primeiro da supracitada lei é incluída além do Patrimônio Histórico, o Artístico e o Cultural do município de Palmas, nesse sentido incluindo as construções e as obras de artes representativas de determinada época ou estilo e locais cuja preservação seja de interesse público, também seguindo os preceitos do artigo 138 da Constituição do estado do Tocantins, que por sua vez o texto se aproxima basicamente de uma repetição do texto da Constituição Federal:

Art. 138. O Poder Público, com a colaboração comunitária, protegerá o patrimônio cultural, na forma desta Constituição e da lei.

§ 1º Constituem patrimônio cultural do Estado os bens de natureza material e imaterial, individualmente, ou em conjunto, considerados portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores das sociedades tocantinense e brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - a moda de criar, de fazer e de viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, científico, ecológico, espeleológico, arqueológico e paleontológico (Tocantins, 1989).

Já no 2º parágrafo da Constituição estadual determina que os danos ao patrimônio cultural são passíveis de punição na forma da lei. No parágrafo 1º da Lei Complementar nº 006/1999, define-se o tombamento mediante inscrição nos livros de Tombo da Secretaria Municipal de Cultura a qual, a partir do ano de 2017, passou para a Fundação Cultural de Palmas. Tal lei define que o tombamento se dará por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo. E ainda

no Parágrafo Único, define a competência sobre o tombamento provisório, da “Secretaria Municipal de Cultura proceder o tombamento provisório dos bens a que se refere o art. 2º desta Lei, bem como o definitivo, mediante sua inscrição no livro próprio, com a expressa autorização do Chefe do Poder Executivo” (Palmas, 1999).

A então Secretaria Municipal de Cultura promoveu as políticas de preservação do patrimônio material com o tombamento provisório de alguns bens culturais de por meio do Decreto nº 22 de 29 de fevereiro de 2000. Segundo esse decreto: Art.1º Ficam tombados provisoriamente e integrados ao patrimônio artístico e cultural do Município de Palmas os seguintes bens:

- I – O Complexo Cultural de Taquaruçu, composto pela Casa da Cultura, Teatro de Arena e entorno;
- II – O Cruzeiro, na Praça dos Girassóis;
- III – A Escola Municipal Irmã Aspázia, no Distrito de Buritirana;
- IV – A Casa Suçuapara, no Parque Cesamar;
- V – O Mapa do Estado do Tocantins, no Paço Municipal (Palmas, 2000).

O segundo artigo do referido decreto autorizava a Secretaria Municipal de Cultura dar início ao processo de tombamento definitivo desses bens culturais. No entanto, a política de proteção desse patrimônio não avançou conforme previsto. Em 2005, o por meio do Decreto nº 67, foi tombada definitivamente a Casa Suçuapara, mas não definiu sua finalidade de uso como um museu, nesse sentido o mesmo teve outros usos como por exemplo Sede do Parque Cesamar e como restaurante de comida típicas. Somente no ano de 2006 passou então a ser utilizado como museu, responsável por preservar a história e memória da cidade de Palmas.

O decreto nº 230 de 15 de setembro de 2011, determina o tombamento definitivo da Casa Vitor, localizada no distrito de Taquaruçu e determina a criação do Museu Casa Vitor, de âmbito municipal com estrutura vinculado a Fundação Cultural de Palmas, vinculado diretamente à área de Patrimônio Cultural.

No caso do Museu Casa Vitor, o decreto nº 230/2011, no artigo 3º, definiu quais são seus objetivos:

- I - Pesquisar, levantar, reunir, conservar e estudar os elementos que compõem o patrimônio cultural dos pioneiros de Taquaruçu;

- II.- Promover exposições temporárias ou de longa duração, permanentes ou itinerantes sobre a formação do Distrito de Taquaruçu;
- III - Reunir acervos em áudio, vídeo, fotografia, bem como outro meio adequado visando a exibição pública para a comunidade em seminários ou em qualquer outro evento;
- IV - Participar de ações de extensão cultural no âmbito da sua competência, dirigidas a alunos de diferentes graus de ensino ou ao público em geral;
- V - Contribuir com a atividade turística da região;
- VI - Desenvolver o conhecimento do patrimônio natural e arqueológico do entorno de Taquaruçu;
- VII - Reconhecer e incentivar a diversidade de manifestações culturais, tradicionais ou contemporâneas do Distrito de Taquaruçu, promovendo a inter-relação com o conceito de patrimônio cultural. (Palmas, 2011).

A finalidade do museu Casa Vitor é bem diversa, pois tem a intenção de formar uma memória, valorizar a história dos “pioneiros” de Taquaruçu e com destaque para direcionamento de ações de educação “para alunos de diferentes graus de ensino”. Esse ensino precisa objetivar uma educação decolonial, que faça sentido para a comunidade visando a superação de dinâmicas de subalternidade impostas e herdadas ainda do processo de colonização do Brasil, o que implica destacar os silêncios e as invisibilidades presentes na história oficial. Apesar disso, os museus desenvolvem ações voltadas para educação patrimonial e preservação do patrimônio cultural da cidade de Palmas. Desde 2020, possuem registro definitivo no Instituto Brasileiro de Museus –IBRAM.

Desde 2007, o órgão responsável pelas políticas públicas da área da cultura no município é a Fundação Cultural de Palmas – FCP, criada pela lei nº 137 de junho de 2007. Essa lei, define no artigo 3º, Parágrafo VIII, que uma das finalidades da FCP é: “promover a política de defesa e conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município”. Na estrutura na FCP, foi criada a Gerência de Patrimônio Cultural - GEPAC, como setor responsável para gerir as políticas públicas dessa área, voltadas para a proteção e salvaguarda do patrimônio material e imaterial, dentre elas o tombamento de bens culturais, ficando também responsável pela administração dos museus municipais e do Arquivo Público da Casa da Cultura.

Contudo, verifica-se ainda a falta de uma legislação mais ampla e atualizada do Patrimônio Cultural de Palmas principalmente no que se refere a definição clara da função e missão pedagógica dos museus municipais. Bem

como as metodologias do processo de tombamento, reconhecimento e proteção do patrimônio cultural material e imaterial.

## 4. MUSEU, ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

### 4.1 Ensino de história e museus

A definição de museu, conforme concebida nessas primeiras décadas do século XXI, surgiu na França após Revolução Francesa e, segundo Françoise Choay (2017), o espaço que se consagrou como museum ou museu, desde seu início já tinha uma finalidade educativa: “Este tem por função servir à instrução da nação. Reunindo obras de arte, além de, em consonância com o espírito enciclopedista, objetos de arte aplicadas e máquinas, os museus ensinarão civismo, história, assim como as competências artísticas e técnicas” (Choay, 2017, p. 101).

A autora ainda explica que “essa pedagogia”, ou seja, a função educativa dos museus já tinha sido concebida imediatamente em escala nacional na França, numa época que o próprio sentido do termo “museu” ainda não estava totalmente fixado. Para esse trabalho iremos utilizar a nova noção de museu aprovada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) em 24 de agosto de 2022, em Praga, capital da República Tcheca. Segundo essa definição,

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento (ICOM, 2022).

Esse sentido, recentemente proposto, amplia ainda mais a função do museu e ratifica a sua missão concebida desde as origens da aplicação do termo, ao “proporcionar diversas experiências para educação” e uma “partilha de conhecimento”.

Outra definição é feita pela Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto dos Museus. Por esta lei:

Art. 1º. Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra

natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (Brasil, 2009).

Tanto na definição da Lei nº 11.904 de 2009, quanto na definição do Conselho Internacional de Museus (ICOM), a ideia de museus é servir à sociedade, pois possui uma função científica, na medida em que produz conhecimento, pesquisa, preservação de acervos e cuida da sua conservação. Outra função dos museus é a relação ao social, pois as atividades inerentes aos museus de preservação da história e memória da sociedade favorece a construção de identidades à medida que a comunidade em volta e os visitantes se veem refletidos nas histórias contadas por meio dos objetos, textos, e demais itens de seus acervos formatados como exposições museais. Por fim, a outra função é educativa dos museus.

A função educativa é a que torna possível educar por meio da materialidade do patrimônio cultural, contido nesses locais. Por meio de exposições, os museus conseguem educar através do objeto e esses objetos são tratados como documentos históricos. Nesse sentido, para Ramos,

Conhecer o passado de modo crítico significa, antes de tudo, viver o tempo presente como mudança, como algo que não era, que está sendo e que pode ser diferente. Mostrando relações historicamente fundamentadas entre objetos atuais e de outros tempos, o museu e a sala de aula ganham substâncias educativas, pois há relações entre o que passou, o que está passando e o que pode passar. Se aprendemos a ler palavras, é preciso exercitar o ato de ler objetos, de observar a história que há na materialidade das coisas (Ramos, 2020, p. 37).

Seguindo a visão de Ramos (2020), é preciso interpretar a história não somente através dos livros, mas, também por meio dos objetos musealizados, o que torna o museu um local primordial para se aprender e ensinar história, especialmente tendo em vista uma visão decolonial, como forma de superação de uma história oficial e feita pelas elites, para que, por meio das fontes históricas contida nesses locais, os estudantes compreendam o processo histórico de forma crítica e possam se reconhecer de alguma forma pertencente à sua comunidade e como sujeito ativo, bem como possa entender que a história é também uma narrativa construída em determinado tempo e lugar.

## 4.2 História do Museu Casa Suçuapara

A implantação da capital Palmas se deu em 20 de maio de 1989, enquanto se construía a infraestrutura da cidade e os prédios públicos, a Casa que era a sede da Fazenda Triângulo, uma das fazendas situadas na área que foi delimitada para a implantação da Capital do Estado do Tocantins, mais especificamente dentro do espaço físico definido para a implantação do Plano Urbanístico, foi utilizada como sede provisória para o governo municipal. Assim, após a desapropriação de todas as fazendas, essa casa foi a única que não foi derrubada para servir de base de decisões governamentais no início da construção da cidade.

Em dezembro de 1989 ocorreu a transferência da sede do poder municipal da cidade de Taquaruçu do Porto, para a recém-criada cidade de Palmas, em sessão solene realizada pela Assembleia Legislativa e demais poderes públicos. Taquarussu do Porto era o município criado pelo estado de Goiás em 1 de janeiro de 1988, desmembrando toda sua área do município de Porto Nacional, na qual fazia parte os antigos distritos de Taquaralto e Canela. Apesar disso, sua instalação só ocorreu em 1 de junho de 1989 e, em 29 de dezembro de 1989, o município de Taquaruçu<sup>8</sup> do Porto passou a ser um distrito da cidade de Palmas e toda sua estrutura administrativa, como o prefeito e vereadores recém-eleitos se tornaram o primeiro prefeito, Fenelon Barbosa, e os primeiros vereadores da Capital.

E em 1 janeiro de 1990, na Sede da Fazenda Triângulo, Casa Suçuapara, foi declarada solenemente instalada a Sede definitiva da capital do estado do Tocantins. O Governo e o Legislativo Municipal permaneceram no local até 20 de maio de 1990, quando foi inaugurado o prédio da prefeitura de Palmas.

A história da Casa Suçuapara pode ser dividida em 5 fases: Primeira fase - como sede da Fazenda Triangulo; segunda fase - Prefeitura e Câmara Municipal; terceira fase- Sede da Legião da Boa Assistência-LBA; quarta fase –

---

<sup>8</sup> A grafia da palavra Taquaruçu do Porto, escrita com dois s, foi alterada pela Lei nº 989, de 27 de abril de 2000, para simplesmente Taquaruçu, segundo sua verdadeira etimologia, ficando, portanto, o nome desse distrito de Palmas, denominado de Taquaruçu.

restaurante de comida típicas/sede do Parque Cesamar e Quinta fase - como Museu Casa Suçuapara.

**Figura 5** – Fazenda Triangulo em 1988.



Fonte: Arquivo GEPAC/FCP- 1987

A imagem acima mostra, a primeira fase da Casa Suçuapara, como Sede da Fazenda Triangulo – a casa construída em 1987 foi posteriormente utilizada como sede da Prefeitura e Câmara de Palmas, por ser considerada a melhor estrutura construtiva dentre as demais fazendas desapropriadas para a construção da cidade de Palmas, em 1989. Assim, no fundo da imagem tem casa cercada por arvores nativas do cerrado, logo a direita da foto, pessoas da família dos proprietários da fazenda sentados próximos as arvores, ao centro o proprietário da Fazenda Sr. Batista Pereira e sua esposa Marilene Pereira. Do lado esquerdo, identifica-se um Fusca branco e a direita uma caminhonete Ford F1000 azul e prata, de propriedade dos donos da fazenda. Essa foto com data de 1987, foi doada pelos proprietários da fazenda, sem os dados do fotógrafo, para o acervo histórico da Casa da Cultura.

Posteriormente, na segunda fase, o local recebeu a denominação de Casa Suçuapara, nome que era de uma outra fazenda existente na área que passou a fazer parte do município de Palmas. O nome Suçuapara, utilizado para designar o imóvel faz referência a uma espécie de veado muito comum nessa

região, onde se localiza o plano diretor da cidade, Suçuapara é uma palavra de origem tupi, que significa: “grande veado brasileiro”, chamado veado-galheiro, Veado é soó-açu, significando bicho grande, a caça de maior vulto; daí derivam, entre outros: -suaçu-apara ou suçuapara, o veado-galheiro.

A terceira fase se inicia com a inauguração do paço municipal, depois a Casa Suçuapara teve outros usos, como sede da LBA – Legião Brasileira de Assistência, pela sede da Administração do Parque Cesamar. Na quarta fase, funcionou também como um restaurante de comidas típicas da região. Na quinta fase, após manifestações de setores ligados à cultura e do Conselho Municipal do Cultura a favor da preservação do bem, o município efetivou o tombamento definitivo da Casa Suçuapara através do Decreto nº 67, de 16 de março de 2005.

**Figura 6** – Posse do primeiro prefeito e vereadores de Palmas em 1 de janeiro de 1990.



Fonte: Arquivo Gepac/FCP- Foto: Edson Lopes/1990

Na imagem acima, temos a visão da posse do primeiro prefeito e dos primeiros vereadores da então criada cidade de Palmas, realizada em 1 de janeiro de 1990, na Casa Suçuapara. Além do prefeito e vereadores, destaca-se ao centro o primeiro governador do estado do Tocantins, José Wilson Siqueira

Campos, a quem é atribuída a escolha do local para a construção da capital Palmas. Segundo Reis (2010, p. 2), a figura deste político tem sido fixada como o “mito fundador” do estado do Tocantins e que,

A sua imagem de pioneiro-construtor vem sendo cotidianamente moldada desde o nascimento *ex-nihilo* (a partir do nada) de Palmas e intensificada nos monumentos da cidade, nos prédios públicos, escolas, museus, e citações e aparições na mídia local” (Reis 2010, p. 2).

Desse modo, ao analisarmos a foto acima, no lado esquerdo, nota-se um quadro com a foto do governador Jose Wilson Siqueira Campos destacada no alto da parede de madeira treliçada, ao lado dos mastros com as bandeiras do município de Palmas, do Brasil e do estado do Tocantins e o do lado esquerdo ao fundo José Wagner Praxedes, secretário de governo do município.

Logo à frente no centro da foto, atrás de uma estreita mesa branca, da esquerda para direita, um vereador, o presidente da Assembleia Legislativa Estadual, Raimundo Pires dos Santos (Raimundo Boi), o prefeito de Palmas Fenelon Barbosa, o governador José Wilson Siqueira Campos, a primeira dama do estado Aurenny Siqueira Campos e o vice-governador Darcy Coelho. Do lado direito algumas pessoas que assistem a cerimônia de posse, profissionais da imprensa, possível destacar um fotografo, e ao fundo imagem do lado direito da foto um outro profissional com uma filmadora e ao lado deste, no canto esquerdo da porta, está o Secretário de Comunicação do estado, Luiz Spindola de Carvalho.

Toda a composição da imagem e com a presença da imprensa denota uma preocupação em registrar em divulgar esse momento, o que Burke (2004, p. 27 - 34) alerta para a intencionalidade na criação das imagens, no sentido de qual mensagem se deseja comunicar, no caso da imagem acima, podemos “ler nas entrelinhas” de que uma provável intenção seria consolidar a pessoa do governador como “fundador” do estado e construtor da capital Palmas.

**Figura 7** – Reunião da Câmara Municipal de Palmas em 1990.



Fonte: Arquivo Casa da Cultura GEPAC/FCP- 2024.

A foto acima registra uma sessão da Câmara Municipal em 1990, período em que a Casa Suçupara foi palco para importantes decisões sobre a implantação da cidade e sobre Lei Orgânica do município. Na imagem em preto e branco, é possível notar a simplicidade da reunião da Câmara. Ao fundo da imagem, uma bandeira da cidade de Palmas, esta afixada na porta de madeira treliçada e ao centro da foto, vemos mesas simples de madeira, que na lateral esquerda estão seis os vereadores nas mesas perfiladas lateralmente, que parecem carteira/mesas e cadeiras escolas da época. Na frente destes, do lado direito da foto outro vereador. Ao fundo, uma mesa maior na qual está o presidente da câmara, Euclides Correia Costa, do lado esquerdo deste, a secretaria fazendo anotações para registro na ata, apoiada na mesma mesa. No canto direito, um pouco atrás do presidente, outro vereador. Os vereadores da primeira legislatura de Palmas, portanto foram: Antônio Pereira de Sá, Afonso Vieira Ramalho, Euclides Correia Costa, Hudson Terêncio de Souza, Mário Benício dos Santos, Pedro da Silva Alencar, Gilberto Gomes da Silva e Tarcísio Machado Fonseca.

Não obstante a simplicidade dos moveis e do local da reunião, nota-se, que os vereadores estão todos vestidos formalmente de terno e gravata, valorizando o momento solene dessa sessão da câmara.

**Figura 8** – Sede da LBA.



Fonte: Arquivo Casa da Cultura GEPAC/FCP- 2024

Essa outra imagem fotográfica mostra o período em que a Casa Suçuapara foi sede Superintendência Estadual da LBA – Legião Brasileira da Assistência. No canto direito da foto nota-se um galpão branco construído anexo à casa, o qual abrigou as reuniões da Câmara Municipal de Palmas em 1990.

**Figura 9** – Restaurante de comidas típicas, em 2002.



Fonte: Arquivo Casa da Cultura GEPAC/FCP- 2024

A foto acima mostra o período no início dos anos 2000, na qual a Casa Suçuapara mesmo sendo um bem tombado foi cedido para iniciativa privada e utilizada como um restaurante de comidas típicas.

A Casa constitui-se na atualidade um patrimônio material arquitetônico, testemunho da riqueza cultural material e imaterial dos primeiros moradores da região onde se construiu a cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins.

O Museu Casa Suçuapara possui um anexo denominado Casa da Cultura, que mantém o arquivo documental da cidade, com acervo iconográfico, hemeroteca, mapoteca e funciona como reserva técnica e sede da parte administrativa do museu. Dentre o seu acervo desataca-se os mapas e croquis originais da cidade, feitos pelos arquitetos Walfredo Antunes de Oliveira e Luiz Fernando Cruvinel, que se tornou a última capital planejada do século XX, também as plantas de alguns prédios públicos construídos no início da capital. O museu é administrado pelo município de Palmas, por meio da Gerência de Patrimônio Cultural de Palmas – GEPAC, da Fundação Cultural de Palmas –FCP e desenvolve exposições de longa duração sobre a história da cidade de Palmas. Também realiza exposições temporárias que dialogam com a proposta do museu que tem caráter educativa sobre o patrimônio cultural da cidade e

desenvolve atividades de educação patrimonial com alunos de escolas públicas e particulares, faculdades e universidades públicas.

### 4.3 Educação Patrimonial no Museu Casa Suçuapara: local de pesquisa

**Figura 10** - Museu Casa Suçuapara – 2024.



Fonte: Arquivo GEPAC/FCP - 2024

O Museu Casa Suçuapara (na imagem acima-vista da frente) localiza-se dentro do Parque Cesamar, Plano Diretor Sul, em Palmas - Tocantins, sua construção é feita de alvenaria e coberta de telhas de cimento, com paredes pintadas de branco, portas e janelas de madeira treliçadas, pintadas na cor azul celeste, piso de cimento queimado na cor verde escuro, algumas características típicas do antigo norte goiano, tem aproximadamente 219,64 m<sup>2</sup> de área construída. A sua construção antecede à fundação da cidade. Foi erguida no ano de 1987, para servir de sede da Fazenda Triângulo. A construção foi idealizada por Jaime Batista Pereira para o filho Batista Pereira. Nesse Museu é feito um trabalho de educação patrimonial, que é objeto desse estudo.

A educação patrimonial é uma ferramenta metodológica centrada no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento. Ela permite fazer uma leitura de mundo a partir do contato com fontes primárias de conhecimento, proporcionando assim uma compreensão diferenciada do universo sociocultural, bem como do processo histórico no qual o sujeito está inserido.

O conhecimento crítico de um povo sobre seu patrimônio cultural contribui, decisivamente, para que haja uma apropriação e valorização de sua história e de toda sua herança cultural. Assim, a educação patrimonial constitui-se, segundo Florêncio (2012), de

Todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação (Florêncio, 2012, p. 24).

Está se considerando os processos educativos de base democrática do conhecimento, pois a educação patrimonial se insere na dimensão política a “partir da concepção que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais” (Florêncio, 2012, p. 24). A educação patrimonial pode contribuir para difusão dos conhecimentos acumulados pelas sociedades em forma material ou imaterial bem como para construção da cidadania e do sentimento de pertencimento.

O projeto de educação patrimonial no Museu Casa Suçuapara começou como um programa de educação patrimonial em 2010, com a mudança da Gerência de Patrimônio Cultural para o anexo do museu denominada de Casa da Cultura. A partir desse ano, o projeto de educação patrimonial tornou-se uma ação da Gerência de Patrimônio Cultural de Palmas, visando a utilização de bens patrimoniais do município como ferramenta educacional e cultural para os alunos das redes municipal e estadual de ensino básico, escolas particulares e universidades públicas e faculdades privadas.

O Museu Casa Suçuapara passou a desenvolver exposições temáticas de longa duração e de curta duração concomitantemente, com propostas que dialoguem com a história da cidade. Com uma equipe formada por Analistas de Acervo Histórico, que são historiadores e professores de história que atuam também em sala de aula na educação básica das redes municipal e estadual, o trabalho nas atividades de educação patrimonial sempre são relacionados aos conteúdos estudados na educação básica em relação a história local, regional e cidadania. A equipe também conta com Analista de Ciências Sociais e assistente administrativo.

Em 2018, foi iniciada no museu uma exposição de longa duração intitulada “Palmas Memórias em Construção” que conta a história dos primeiros dez anos da cidade (1990 - 2000). Uma parte dessa exposição pode ser vista na imagem abaixo.

**Figura 11** – Exposição no Museu Casa Suçuapara.



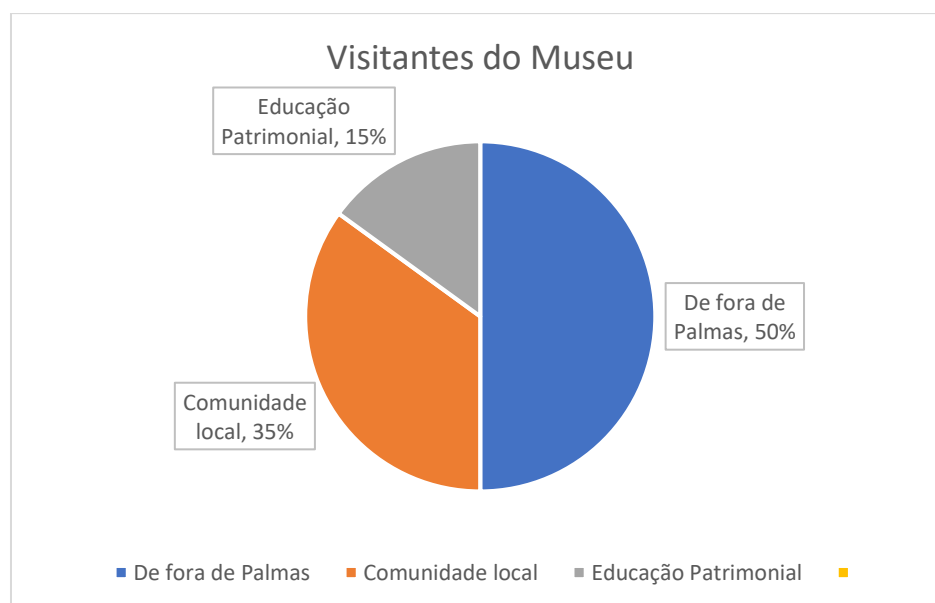
Exposição Palmas Memórias em Construção. Fonte: GEPAC/FCP-2022

Esta exposição retrata a primeira década mostrando um outro lado da construção da cidade, para além do oficial, faz uma crítica a ocupação da cidade a qual não cumpriu seu planejamento e criou vazios urbanos ao mesmo tempo que empurrou as pessoas que não tinham condições de comprar um imóvel no plano diretor da cidade para os bairros periféricos e distante do plano diretor da cidade, área planejada de Palmas. A exposição é composta de 16 painéis com imagens e textos sobre a construção da cidade, o planejamento de ocupação (que não foi seguido), com os primeiros trabalhadores que almoçam em restaurantes improvisados de madeira, a chegada desses trabalhadores, as áreas invadidas dentro do plano diretor da cidade, a ocupação de áreas fora do plano diretor por famílias mais pobres, os vazios urbanos, a construção bairros para alguns trabalhadores, as principais transformações ocorridas na primeira

década de existência de Palmas. Em outra ala do museu há 16 quadros contando a história do Museu Casa Suçupara inserido nesse processo de construção/ocupação da cidade e ainda algumas peças como estribo, placa de identificação, utensílios domésticos, dentre outros, que pertenceram a Fazenda Triangulo, além de jornais e documentos que retratam a primeira década de Palmas.

Com base nos registros do livro de visitantes do Museu, no período de 2021 a 2023, recorte feito para este trabalho, de um total de 647 assinaturas, constatou-se que 50% são de visitantes de fora da cidade de Palmas, destes, a maioria de outros estados principalmente das regiões Nordeste e Sudeste. Os outros 50% é composto pela comunidade local, dentre eles estudantes do nível fundamental ao superior, com destaque para os que participaram do projeto de educação patrimonial.

**Figura 12 - Gráfico 1: Visitantes do Museu**



Fonte: número de Visitantes no Museu Casa Suçupara no período entre 2021 a 2023.

O desenvolvimento das atividades inicia-se pelo agendamento da data das atividades de educação patrimonial no museu, feito pelas escolas que tem interesse em levar seus alunos, de forma espontânea, no entanto, muitas dessas escolas são procuradas pelos funcionários do museu para conhecerem o projeto e trazerem seus alunos que na oportunidade além da educação patrimonial, os

alunos conhecem o acervo documental do anexo Casa da Cultura. As atividades são desenvolvidas com a seguinte metodologia: Após o contato com o museu é feito agendamento. No dia da visita é feito um acolhimento dos estudantes e professores pela equipe do museu, no qual se faz um bate-papo inicial, após é feita uma palestra no anexo Casa da Cultura. Nessa palestra é abordada a história da cidade com destaque para as referências culturais do município, desde as pinturas rupestre na Serra do Lajeado (serra que circundam a cidade pelo lado leste) que datam de 12 mil anos atrás, com destaque para o valor cultural da Casa Suçuapara para cidade.

Em seguida, é apresentado um histórico em imagens, um documentário sobre a construção da cidade. Em algumas datas disponíveis, são convidados membros da comunidade que fizeram parte da construção cidade nos seus primeiros anos, para socializar sua vivência com os alunos. Na sequência os alunos são chamados a conhecerem o museu, com uma visita guiada, no qual por meio da materialidade do imóvel e dos objetos expostos possam compreender e valorizar seu patrimônio se identificando com a história da sua cidade.

Algumas adaptações são feitas dependendo de qual série e/ou nível de escolaridade dos alunos. Para os alunos do fundamental 1 e 2, os funcionários do museu propõem atividades de produção de textos e desenhos, vídeos mais lúdicos, por exemplo, relacionadas ao que eles viram e aprenderam. Para os de nível médio e superior são propostas discussões mais aprofundadas solicitando questionamentos sobre a cidade e seu patrimônio e se utiliza mais documentários de caráter mais crítico e analítico sobre os temas.

Toda a atividade de educação patrimonial tem duração média, entre uma hora e meia e duas horas e meia, dependendo do tempo disponível da escola, podendo ocorrer nos turnos matutino e vespertinos normalmente e ocasionalmente é feito no noturno para atender os alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA e das universidades.

A demanda de escolas visitando ainda é muito baixa, devido ao desconhecimento dos próprios professores sobre o museu, sobre o projeto de educação patrimonial, sobre as possíveis contribuições da educação patrimonial e museal para o ensino de História, fato esse observado a partir das visitas que, em sua maioria só acontecem após a mobilização feita pelos técnicos do museu

junto as escolas/professores e pelo relato dos alunos que desconhecem a história e a memória da sua cidade.

Isso reforça a importância e a necessidade da educação patrimonial e museal para a construção da cidadania, pois “ela implica um aprendizado contínuo, uma mudança de conduta diante da sociedade de consumo que coloca o indivíduo como competidor pelos bens de produção capitalista” (Silva, 2009, p. 50). Uma pessoa que conhece a história do local onde reside possui maior capacidade de contribuir para a preservação do patrimônio cultural e para disseminar valores humanizados que corroborem para a construção de uma sociedade melhor para todos.

Nesse sentido, além da finalidade educacional em si, a educação patrimonial é “em outras palavras, direcionada à formação dos cidadãos cientes dos seus direitos culturais e, por conseguinte, conscientes da importância da salvaguarda e valorização dos seus bens culturais” (Santos, 2013, p. 60). Não podemos nos esquecer, porém, que a educação museal e patrimonial, especialmente desde os primórdios do século XXI, precisa abranger um olhar decolonial, no sentido de também questionar os monumentos e as narrativas que foram construídas pela história oficial.

Nesse processo é importante destacar o papel do professor pois cabe a ele “incentivar o exercício da cidadania nos espaços do cotidiano, explicando (e ao mesmo tempo vivenciando-a) como esta, se construiu e se constrói ao longo do tempo e quais os obstáculos que encontra hoje” (Silva, 2009, p. 50).

### **3.4. O Ensino de História Local e a Educação Patrimonial em Palmas -TO**

No Brasil, a maior parte dos visitantes dos museus são levados pelas escolas (Cazzelli, 2005). Portanto, a escola é essencial não somente pelo contato primário com os museus, mas também pelo conhecimento da história, por meio do patrimônio cultural musealizado. A educação realizada nos museus vem sendo discutida desde 1950 a partir de seminários realizados pela Organização das Nações Unidas para a Educação – UNESCO, nesses seminários foram discutidas qual o papel educativo dos museus.

A chamada Educação Patrimonial, desde a década de 1980 vem sendo discutida e implementada no Brasil. Trabalhar com o patrimônio cultural

existente, principalmente nos museus e monumentos históricos tem como objetivo provocar uma apropriação e valorização desses bens culturais. Assim, segundo Horta et al.,

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. O patrimônio cultural e o meio-ambiente histórico em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles (Horta et al. 1999, p. 6).

A relação entre escola e museu vai muito além da simples visitação, criando oportunidade de despertar no estudante o interesse em aprender sobre a história e memória contida nos museus e no patrimônio cultural local.

Para fazer o levantamento estatístico foi utilizado a metodologia da pesquisa de opinião, que segundo Novelli (2006), tem se mostrado instrumento valioso para sociedade contemporânea e sua aplicação extrapolou os limites do campo político, no qual despontou com maior intensidade, e hoje tornou-se um reconhecido método de investigação científica para a maioria dos campos de conhecimento (Novelli, 2006, p. 164).

A aplicação da pesquisa de opinião se deu ainda por ser uma abordagem quantitativa, que possibilita a coleta de vasta quantidade de dados que se destacam por alguns aspectos positivos. Assim,

[...] dentre seus aspectos positivos, podem se destacar a possibilidade de que a investigação do problema ocorra em ambientes reais, sem lançar mão de recursos de laboratório; a viabilidade de realização de análises estatísticas de variáveis como dados sociodemográficos, de atitude, dentre outras; a quase inexistência de barreiras geográficas para a realização das entrevistas e o baixo custo de aplicação ao se considerar a quantidade de informações recolhidas (Novelli, 2006 p. 164).

O uso da metodologia da pesquisa-ação foi utilizado visando gerar uma ação a partir dos dados coletados no museu, pois “uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação” (Thiollent, 2011, p. 15), que no caso aqui pesquisado, esse grupo é formado pelos professores de seis escolas públicas municipal e estadual, e também escola privada, que

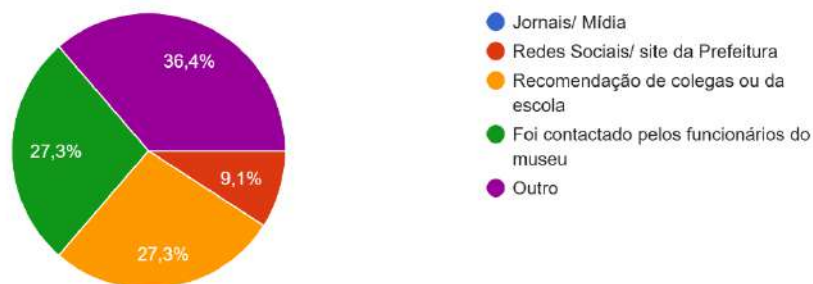
levaram seus alunos ao museu no período de recorte da pesquisa. Como ação resultante da pesquisa, elaboramos uma ferramenta didática, em formato de Guia do Patrimônio Cultural Material da cidade de Palmas-TO, para utilização nas aulas de história para ser disponibilizado aos professores de história e público em geral.

Em vista disso, para o desenvolvimento da presente pesquisa, o instrumento utilizado para coleta dos dados estatísticos, foi a aplicação de questionários semiestruturados (Minayo, 2009 p. 64), aplicados por meio da plataforma Google Forms. Após a visita ao museu, juntamente com seus estudantes e a participação nas atividades de educação patrimonial realizada no Museu Casa Suçupara, os professores responderam os questionários através de um link enviado pelo aplicativo de celular WhatsApp.

Os dados obtidos corroboraram uma das indagações iniciais sobre o conhecimento dos professores sobre a existência do museu e da educação patrimonial enquanto práxis para o ensino de História Local em Palmas-TO.

**Figura 13 - Gráfico 2:** Atividades de educação patrimonial realizadas no Museu Casa Suçupara.

14. Como você ficou sabendo das atividades de Educação Patrimonial desenvolvidas no Museu Casa Suçupara?  
11 respostas



Conforme os dados apurados e destacados no gráfico acima, 36,5% dos professores pesquisados tinham conhecimento da existência das atividades de educação patrimonial realizadas no Museu Casa Suçupara. Sendo que 27,3% souberam dessas atividades por recomendação dos colegas ou da escola e o mesmo índice de 27,3% foram contatados pelos funcionários do museu.

O que deve ter propiciado essa divulgação é o fato de que o quadro de funcionários do museu é composto de historiadores que atuam também, como professores de história, em escolas públicas municipais e estaduais, denotando o fator mobilização como importante para os índices somado de 54,6%, pois assim os técnicos acabam por realizar um trabalho duplo para mobilizar professores e escolas para levar seus alunos ao museu, tanto contatando via redes sociais/telefone/e-mails enquanto museu, quanto no seu dia-dia como professores em suas respectivas escolas.

O que chamamos aqui de fator mobilização é destacado por Bittencourt (2008) “como especialmente os professores de História têm sido convocados e sensibilizados para a tarefa” da educação patrimonial. Tal tarefa para autora, “envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: como é preservado, o que é preservado e por quem é preservado” (Bittencourt, 2008, p. 277).

Essa realidade implicou em empreender muito esforço para aquisição dos dados do ano de 2024, visto que o museu ficou em reforma desde meados de 2023 e início do 2024 e ainda uma baixa procura no período que se seguiu à pandemia da Covid19 em 2020. Logo após a pandemia, o museu também ficou fechado por problemas na estrutura da varanda e para reforma e restauração o que fez com que as visitas de escolas diminuíssem ainda mais.

A pesquisa demonstrou que a maior dificuldade enfrentada pelos professores para levarem seus alunos ao museu, é a falta de transporte para o trajeto dos alunos da escola ao museu, conforme grafico abaixo.

**Figura 14 - Gráfico 3: Maior dificuldade enfrentada.**

13. Qual a maior dificuldade para levar os alunos ao museu ?

11 respostas



Para mais de 90% dos professores, a maior dificuldade enfrentada por eles e escolas para levarem seus alunos ao museu é a falta de transporte. Fato que não é exclusivo da cidade Palmas. Segundo Cazzelli (2005, p. 139), tanto para ambas instituições –escolas e museus– , “o problema do transporte é um velho conhecido”.

Para 100% das escolas municipais na cidade do Rio de Janeiro, a questão do transporte é o principal dificuldade associada à organização de visita a museus por unidade escolares e, para as escolas particulares esse é o principal problema de 33% das escolas pesquisadas (Cazelli, 2005, p.141). Para a autora, “solucionar este quesito é prioritário para aqueles que estão diretamente envolvidos com o estabelecimento de uma prática de visita, visto que este problema pode assumir, em inúmeras circunstâncias, um caráter impeditivo” (Cazelli, 2005, p. 141).

Deste modo, o problema comum tanto para museus quanto para escolas, no caso do museu pesquisado, a Casa Suçuapara está pleiteando, junto a administração municipal transporte, de pelo menos uma turma de alunos/escola por mês, visando resolver em parte e temporariamente o problema.

A pesquisa com os professores no Museu Casa Suçuapara, também corroborou outra questão inicial dessa dissertação, sobre o ensino de história local e regional, à medida que demonstrou que, a falta de material didático dificulta a prática do ensino de História local pelos professores da disciplina de História. No gráfico abaixo, quando questionados sobre “o que precisaria ser feito para

fomentar o ensino de História Local?”, 63,3% responderam que deveria se produzir material didático sobre a História Local e 45,5% concordam com uma possível elaboração e divulgação de um Roteiro do Patrimônio Cultural da cidade de Palmas, como forma de fomentar o ensino de história local e a educação patrimonial.

**Figura 15 - Gráfico 4: Fomentar o ensino de História Local.**



Outro destaque apresentado no gráfico<sup>9</sup> acima é que os professores que responderam à pesquisa marcaram como prioridade a alternativa, “levar os seus alunos ao museu” (54,6%). Essa importância pode ser compreendida à medida que no museu existe um material que pode instigar os alunos a conhecer a história que ainda não está sistematizada em livros.

Segundo Cazelli (2005), para os alunos da rede pública de ensino, a escola é um contexto muito importante, pois promove o acesso aos museus, a jovens que residem em comunidades/bairros distantes da maioria dos museus e instituições de memória e, por terem baixo poder aquisitivo e capital cultural, dificilmente visitariam esses locais a não ser, levados por escolas/professores (Cazelli, 2005, p. 4).

Dessa forma, nosso estudo sobre educação patrimonial, seria uma forma de alavancar o ensino de História Local nas escolas de Palmas-TO, especialmente no ensino médio, etapa final da educação básica, uma vez que

<sup>9</sup> Os gráficos apresentados nas figuras 15 e 16 são do tipo barras empilhadas relativas. Cada coluna representa uma categoria e totaliza 100%, indicando a proporção de diferentes respostas.

os dados aqui apurados, também mostram que prática do ensino de História Local ainda é muito pouco utilizada nas escolas de Palmas-TO, sendo um dos fatores dessa problemática a falta de material didático sobre o tema para ajudar os professores em sala de aula e em visitas aos museus e espaços de memória. Quanto a isso, Fonseca nos alerta que,

Nesse novo contexto escolar, professores e alunos não são meros consumidores de materiais e executores de programas de ensino, mas criadores, produtores de saberes. O professor é um profissional que não domina apenas os métodos de construção de conhecimento, mas um conjunto de saberes que possibilita sua socialização e sua reconstrução no processo de ensino e aprendizagem. Assim, o saber docente é um saber plural, proveniente de diversas fontes, adquirido ao longo do tempo, nos diferentes espaços de vida e formação. É, basicamente, constituído pelos conhecimentos específicos das disciplinas ou área de formação (por exemplo, história, geografia, ciências, pedagogia magistério, etc.) (Fonseca, 2003, p.102).

Ora, é fato que o professor pode associar o material didático, criar seu próprio material, dispor e associar com paradidáticos, mas é inegável a dificuldade quando não se tem fontes disponíveis para a pesquisa, o que fica evidente sobre a temática da História Local e Regional em Palmas-TO.

Em vista disso, como resultado da pesquisa demonstra a falta de material didático sobre História Local e principalmente utilizando a metodologia da Educação Patrimonial, propomos a elaboração de um Guia Didático Histórico do Patrimônio Cultural da cidade de Palmas-TO. Nesse viés, destaca-se a importância do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, pois contribui para se conhecer as carências e pensar melhorias para o ensino fundamental e médio e, para a diminuição da distância entre o conhecimento acadêmico e a sala de aula. Nesse estudo, apurou-se que a falta de material didático para os professores de história da educação básica constitui-se uma demanda legítima, que pode contribuir tanto para o ensino de história local quanto para uma maior efetividade da educação patrimonial nas escolas.

A pesquisa também levantou os dados socioeconômicos dos professores das seis escolas participantes, dos quais resultaram que a faixa etária dos professores pesquisados tem idade acima de 46 anos 54,5% e apenas 9,1% com menos de 25 anos. Quanto ao gênero 54,5% são do sexo masculino e 45,5% feminino, a maioria se declarou pardo (54,5%) e branco (27,35), apenas 9,1% se declarou preto, o mesmo índice de amarelo.

Quanto ao nível de escolaridade, a maioria (54,5%) tem apenas graduação, 27,3% alguma especialização e apenas 18,2% possuem mestrado. Sobre a formação inicial 63,6% dos professores, são formados em História e 36,4 em outros cursos, principalmente Pedagogia.

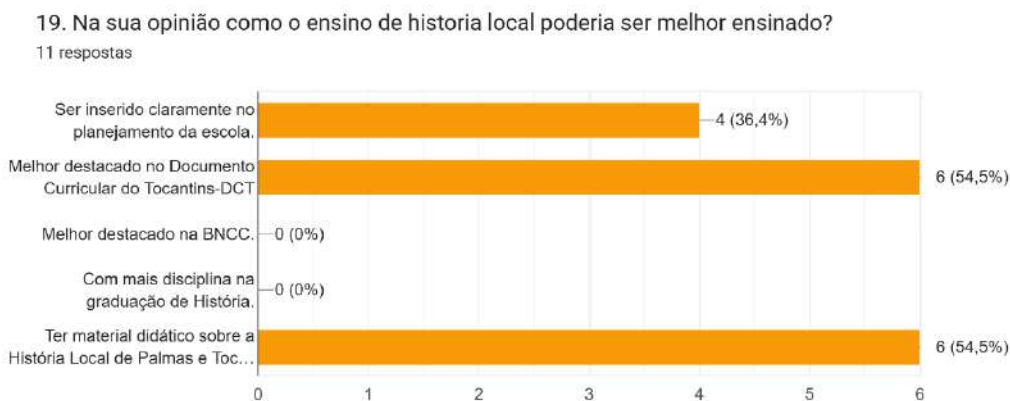
Outro dado importante diz respeito à localização das escolas em que esses professores trabalham, que mostra que a maioria (45,5%) se localiza na parte central do Plano Diretor de Palmas, o restante se dividiu entre área Norte (27,3%) e Sul (27,3%). Dessas escolas representadas na pesquisa, 90,9%, são públicas em nível municipal e estadual e 9,1% particulares. A maior parte dos professores atuam no Ensino Médio (54,5%) e Ensino Fundamental II (36,4%) e os demais (9,1%) no Ensino Fundamental I.

Os professores pesquisados responderam que ministram aula na disciplina de História (90,9%) e uma minoria atuam em outras disciplinas principalmente Geografia, Trilha e Eletivas. Sendo que a maior parte dos professores (54,5%) marcaram a opção sim, que “trabalham a História Local de Palmas nas aulas de História” e 36,4% afirmaram não trabalhar o tema em suas aulas e 9,1% às vezes trabalham o tema nas aulas de História.

Para 100% dos professores pesquisados, o ensino de História por meio da educação patrimonial pode favorecer o aprendizado dos educandos em relação a História Local e o sentimento de pertencimento a comunidade, bem como à construção da identidade de palmense/tocantinense. Para 72,7%, o ensino da história de Palmas e do estado Tocantins deveria ser trabalhado durante os três anos do Ensino Médio. Esse ensino também deve destacar que no patrimônio cultural palmense há muitas invenções das tradições, de enxergar esse patrimônio com um olhar crítico sobre esses lugares de memória.

Por conseguinte, os professores responderam que o ensino de História por meio da Educação Patrimonial possibilitaria aos educandos desenvolver a relação com a memória, a história e o cotidiano (45,5%), entender o processo histórico da localidade sob uma perspectiva crítica (27,3%), sentir-se parte do patrimônio cultural (18,2%) e entender o passado, viver o cotidiano e a pluralidade de culturas (9,1%).

**Figura 16 - gráfico 5: O Ensino de História pode ser melhor ensinado?**



No gráfico acima, é possível verificar os dados relacionados a possibilidade do melhor uso da História Local no ensino História. Os professores destacaram que é necessário a Educação Patrimonial seja citada claramente no Documento Curricular do Tocantins – DCT, pois como já mencionado antes, não há nenhuma citação ao termo “educação patrimonial” e apenas o patrimônio cultural aparece de forma indireta sem menção direta do termo “patrimônio” nas habilidades voltadas para o ensino de história na modalidade ensino médio, analisada nesta pesquisa. Quanto a história local há uma menção na habilidade:

(EM13CHS606) HIS- Reconhecimento do ser humano como um ser Histórico, sujeito construtor da sua própria História, ancorado em sua realidade e nos conhecimentos historicamente construídos. Construção de linhas de tempo de suas próprias memórias e História local (Tocantins, 2019, p. 40).

Diante dos dados da pesquisa, é importante que o Documento Curricular do Tocantins, na parte da disciplina de história, também mencionasse o patrimônio cultural, haja vista os vários monumentos históricos no estado do Tocantins e principalmente em Palmas e a preocupação desde a criação do estado com a história da capital Palmas, com as tradições históricas, inclusive

fazendo referência a outros momentos históricos, assim os professores poderiam fazer essas reflexões junto aos estudantes.

Outro destaque do gráfico acima é a falta de material didático disponível, ou seja, para 54,5%, há uma necessidade de se “ter material didático sobre a História Local de Palmas e do Tocantins”, como forma de se facilitar o trabalho do professor e assim fomentar ensino da História Local. Sobre a importância do material didático para o trabalho do professor, Bittencourt (2008, p. 296), explica que,

Os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina – no nosso caso, da História (Bittencourt, 2008, p. 296).

Nesse viés, os dados supracitados corroboram para compreensão dos problemas da presente pesquisa, na parte do porquê os professores não utilizam a educação patrimonial em sala de aula para ensinar História Local, seria, sobretudo, pela falta de material didático disponível. Desse modo, é importante refletir sobre a importância de se ter material didático disponível visto que, ele é um instrumento de trabalho do professor e igualmente dos estudantes (Bittencourt, 2008, p. 298).

Diante disso, um material complementar que possa ir além do livro didático é uma maneira de diversificar as fontes históricas utilizadas em sala de aula, um dos maiores desafios dos professores de História (Fonseca, 2009 p. 55 - 56), para isso materiais paradidáticos como um Guia do Patrimônio Cultural Material de Palmas, elaborado nesta pesquisa, visa gerar subsídios que auxiliem os professores nessa tarefa.

Em vista disso, a ausência de material didático sobre o patrimônio cultural pode ser uma das razões de não haver indicação para se trabalhar essa temática, no Documento Curricular do Tocantins – DCT, na parte da disciplina de História. Tendo em vista esses apontamentos, o material didático produzido nesta pesquisa pode ser um estímulo que possa gerar uma provocação nos professores, a partir da utilização do Guia do Patrimônio Cultural Material de Palmas, que cobre uma revisão no Documento Curricular do Tocantins, visando uma valorização do patrimônio cultural e da história local.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou discutir como a História Local por meio da metodologia da Educação Patrimonial pode contribuir para a melhoria do ensino na disciplina de História, utilizando como referência a educação patrimonial realizado no Museu Casa Suçupara, localizado dentro do Parque Cesamar na cidade de Palmas Tocantins.

A proposta de educação patrimonial defendida nesse trabalho foi de uma visão crítica e decolonial do patrimônio cultural de Palmas, visando refletir como o uso do patrimônio cultural pode ser utilizado para outros fins, para além de contar história e preservar a memória, mas, também, para atribuir sentido ao passado conforme os interesses de determinados grupos com poder de agenda oficial no momento presente da escrita histórica. Esses grupos veiculam narrativas históricas que remetem a líderes “predestinados”, criando mitos e tradições, que fundamentem projetos políticos e de manutenção do poder das elites, ao mesmo tempo contribuindo para o esquecimento de determinados sujeitos e versões históricas.

Para analisarmos a questão do patrimônio e sua relação com o ensino de história, utilizamos a metodologia da pesquisa-ação com aplicação de questionários elaborados na plataforma Google Forms e enviados aos professores por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp. Os professores que responderam à pesquisa participaram inicialmente das atividades de educação patrimonial no Museu Casa Suçupara e, após as atividades, foram convidados a responder o questionário. As informações coletadas com a pesquisa, nos estimularam a construir um Guia do Patrimônio Cultural Material de Palmas -TO, que se encontra no apêndice, cujo objetivo é fornecer um material didático para ser usado no ensino de história local em Palmas-TO.

As atividades de educação patrimonial nas quais os professores participaram com seus alunos, envolveram, palestras sobre o Patrimônio Cultural de Palmas e sobre os bens tombados, visita guiada à Exposição “Palmas: memória em construção” no Museu Casa Suçupara, sobre a construção e os 10 primeiros anos de Palmas. Em seguida fizeram uma visita ao Arquivo do Gerência de Patrimônio Cultural de Palmas localizado no anexo do Museu, a Casa da Cultura, que conta com mapas e documentos originais do planejamento

e da construção da cidade, acervo de imagens, jornais e ainda participaram de outras atividades baseadas nas metodologias de educação patrimonial.

A presente pesquisa partiu das indagações surgidas no trabalho como professor de História na rede estadual e municipal de ensino e também do trabalho com a Educação Patrimonial no Museu Casa Suçupara e no Arquivo da Gerencia de Patrimônio Cultural/Casa da Cultura/GEPAC/FCP, locais onde percebi um desconhecimento dos professores sobre a educação patrimonial como metodologia para o ensino de história local e regional, bem como um desconhecimento e desvalorização da história local, mesmo estando bem presente no dia a dia dos estudantes através dos vários monumentos construídos com a criação ex-nihilo do Tocantins e a construção da cidade de Palmas. Apesar de tão presente, essa história local ainda é pouco ensinada e discutida na sala de aula de modo a favorecer o ensino da disciplina história, através da história local e do patrimônio cultural local como fonte primária do conhecimento histórico, suscitando o debate em torno da história oficial contada nas escolas do ponto de vista do protagonismo das elites.

Durante a pesquisa, verificamos que a principal dificuldade apontada pelos professores, para levar seus alunos ao museu é a falta de transporte. Fato esse que não é único da cidade de Palmas, mas é comum em todo o Brasil, o que denota a carência de investimentos em políticas públicas de acesso dos estudantes aos museus, arquivos e outros bens culturais.

Os dados apontaram que professores sabem da existência dos museus de Palmas, mas, não os visitam e também não conhecem os programas de educação patrimonial desenvolvidos nesses locais e, do mesmo modo, pouco utilizam a história local como meio de favorecer o ensino de História em sala de aula.

Apurou-se também, que a principal dificuldade encontrada para se desenvolver o ensino de história local e regional nas escolas é a falta de material didático, o que corrobora a proposta inicial da pesquisa de produzir um material paradidático no formato de Guia Didático Histórico do Patrimônio Cultural Material da cidade de Palmas – TO para suprir essa demanda dos professores. Outro ponto destacado pelos professores, foi a falta da educação patrimonial nos documentos norteadores do ensino de História, como o Documento Curricular do Tocantins-DCT, fazendo com que a presente pesquisa, também possa servir

para abrir questionamentos e suscitar o debate em torno de normativas oficiais para que deixem claro no seu texto, o trabalho com a história local e regional e a educação patrimonial no currículo da disciplina de história. Quanto a etapa do Ensino Médio os professores pesquisados marcaram como ideal, o trabalho da história local e regional nos três anos correspondentes a essa etapa.

Outro dado importante apurado na pesquisa, foi que 100% dos professores pesquisados concordaram que a Educação Patrimonial pode favorecer o sentimento de pertencimento dos estudantes em relação a comunidade e também contribuir sobremaneira para a construção da identidade de palmense e tocantinense. A educação patrimonial quando vista numa perspectiva decolonial pode também servir para que os estudantes e professores questionem essas narrativas que estão nos fundamentos dessa história oficial.

Nesse sentido, considerando que “o exercício da crítica é nossa principal ferramenta nas lutas cotidianas pela (re) construção da história.” (Fonseca, 2009 p. 56), o ensino de História utilizando o patrimônio cultural local, a história local e regional por meio da educação patrimonial pode favorecer a formação de estudantes livres e cidadãos com a atitude crítica diante do mundo e do seu patrimônio.

## 6. REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cultura, Educação e Interação**: observações sobre ritos de convivência e experiências que aspiram torná-las educativas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues [et al.] *O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018, p. 134.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.

CABRAL, Magaly. **Educação Patrimonial x Educação Museal**. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). *Educação Patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: IPHAN-PB, 2012. (Caderno Temático 2).

CARDOSO, Mariana. **O patrimônio Arquitetônico do Tocantins**. In: BALSAN, Rosane; NASCIMENTO, Núbia Nogueira do (org.). **Patrimônio cultural no Estado do Tocantins: materialidade e imaterialidade**. Palmas, TO: EDUFT, 2020, p. 30 - 40.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso Autonomista do Tocantins**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2003.

CAZELLI, Sibeles **Ciência, cultura, museus, jovens e escolas: quais as relações?** Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Educação, 2005.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira. 3 Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **ICOM aprova Nova Definição de Museu**. Publicado em 25/05/2022. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=2756>.

CRUZ, Paula L.C. Albano; MONTÃO, Luana C. Viana; **Educação patrimonial, ensino de História e BNCC: relações possíveis**. Revista Cocar. V.19, N.37/2023, p.1-18.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação Patrimonial**: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, A. R. S. (org.). *Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial*. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. (Série Cadernos do Patrimônio Cultural; v. 1).

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. **“Educação Patrimonial: um processo de mediação”**. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). *Educação Patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: IPHAN-PB, 2012. (Caderno Temático 2).

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papyrus, 1993.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências no Tempo**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2013.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSBAWM, Eric; RANGERS, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999. p. 5.

IPHAN. **Bens Tombados**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acessado em: 02 de abril de 2024.

JUNIOR, Acioli Gonçalves da Silva. **Educação Patrimonial, História Local e Ensino de História: Uma Proposta Para o Trabalho Docente**. 2016. 183p. Profhistoria. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LEITE, Marcelo Henrique. O museu como objeto de pesquisa para o ensino de história: um balanço (1980-2017). **História, histórias**, v. 9, n. 17, jan. /Jun. 2021.

LEITE, Maria Solange Sá. **A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural: Produção de um guia didático-histórico**. 2018. Dissertação (Mestrado) – ProfHistoria, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, 2018.

LIMA JUNIOR, E. B. et al. **Análise Documental Como Percurso Metodológico na Pesquisa Qualitativa**. Cadernos da Funcamp, v.44, p.36-51/2021

LONDRES, Maria Cecília. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC-IPHAN, 2005.

LONDRES, Maria Cecília. **O Patrimônio Histórico na Sociedade Contemporânea**, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohlof. **O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial**. São Paulo, Hucitec, 1987.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOTTER, Ana Elisete. **Tocantins: Memória da Autonomia (1989-2002)** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, p. 07-28, dez. 1993.

NORA, Pierre. **Memória: da liberdade à tirania**. Musas – Revista brasileira de Museus e museologia, nº 4, 2009, v.1.

NOVELLI, Ana Lucia Romero. Pesquisa de Opinião. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.p. 164-179.

OLIVEIRA, G. C. G.; ARAÚJO, P. G. S.; MONTEIRO, P. A escola vai ao museu: ações e percepções dos professores nesse percurso. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 12, n. 2, 2019.

OLIVEIRA, Luiz Fernando de. O que é uma educação Decolonial? Revista nova nº 149 jan – mar. 2016. p.35

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural: Um Percurso Docente**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O patrimônio histórico: Objeto de pesquisa do historiador. **História Unicap**, v. 4, n. 7, jan./jun. 2017. Palestra. 2011.

PALMAS. **Decreto nº 22, de 29 de fevereiro de 2000**. Dispõe sobre o tombamento provisório de bens municipais e dá outras providências. Câmara Municipal de Palmas, 2000. Disponível em: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/media/leis/DECRETO%20N%C2%BA%2022-2000%20de%2029-02-2000%2010-26-16.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2024.

PALMAS. **Decreto nº 230, de 15 de setembro de 2011**. Dispõe sobre o tombamento de bem municipal, da criação do Museu Casa Vitor no Distrito de Taquaruçu, e dá outras providências. Câmara Municipal de Palmas, 1999. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2022/03/ipatrimonio-decreto-palmas-casa-vitor-Fonte-prefeitura-municipal.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2024.

PALMAS. **Lei Complementar N°006, de 10 de junho de 1999**. Câmara Municipal de Palmas, 1999. Disponível em: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/media/leis/LEI%20COMPLEMENTAR%20N>

[%C2%BA%2006%20de%2010-06-1999%2014-30-38.pdf](#). Acesso em: 20 de março de 2024.

PALMAS. **Lei Complementar nº137, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre a criação da Fundação Cultural de Palmas-FCP e do Fundo Municipal de Apoio à Cultura-FMC. Câmara Municipal de Palmas, 1999. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/to/p/palmas/leicomplementar/2007/14/137/leicomplementar-n-137-2007-dispoe-sobre-acriacao-da-fundacao-cultural-depalmas-fcp-e-do-fundo-municipal-de-apoio-a-cultura-fmc>. Acesso em: 20 de março de 2024.

PALMAS. **Lei Orgânica de Palmas, de 20 de julho de 1999**. Câmara Municipal de Palmas, 1999. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-palmas-to>. Acesso em: 20 de março de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS. **Casas Suçupara e da Cultura serão entregues nesta terça-feira, 09**. Publicado em 08/03/2010. Disponível em: <https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/casas-sussuapara-e-da-cultura-serao-entregues-nesta-terca-feira-09/20940/>. Acesso em: 10 de março de 2024.

Ramos, Francisco Régis Lopes. Em nome do objeto [livro eletrônico]: **museu, memória e ensino de história** / Francisco Régis Lopes Ramos. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. **Em nome do Objeto: museu, memória e ensino de História**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

RIBEIRO, Fabrício de Almeida. **A invenção do Tocantins: memória, história e representação**. Goiânia. Dissertação. (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás, 2001.

RICOUER, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp 2008.

RODRIGUES B. C.; CORREA B., M. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n. 1, 2008.

SAMUEL, Raphael. **História local e história oral**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.9, n.19, set.1989/fev.1990.

SANTOS, Antônio Miranda dos. Percursos da Patrimonialização no Tocantins. *In*: BALSAN, Rosane; NASCIMENTO, Núbia Nogueira do (org.). **Patrimônio cultural no Estado do Tocantins: materialidade e imaterialidade**. Palmas, TO: EDUFT, 2020.p.12 - 19.

SANTOS, Cicero Joaquim dos. **Necessidades de História: Os Usos da Memória na Construção da Cidadania Cultural**. Políticas Culturais em Revista, 6, 54-70, 2013.

SCHIAVON, C. G. B.; SANTOS, T. F. dos. Educação Patrimonial: Um Caminho à Discussão Sobre a Cidadania a Partir da História Local. **Cidadania em Ação: Revista de Extensão e Cultura**, Florianópolis, v. 5, n. 1, 2011.

SCIFONI, Simone. **Educação e Patrimônio Cultural**: reflexões sobre o tema. Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique; **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: \_\_\_\_\_. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos sociais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, Candice Vidal e. **A invenção do Tocantins**: espaço e tempo na construção de uma comunidade imaginada em um contexto regional. Goiânia: Ciências Humanas em Revista/UFG, 1995.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TOCANTINS. **Constituição Estadual do Tocantins, 1989**. Palmas, TO: Assembleia Legislativa, 2017. Disponível em: [https://www.al.to.leg.br/arquivos/documento\\_68367.PDF#dados](https://www.al.to.leg.br/arquivos/documento_68367.PDF#dados). Acesso em: 01 de março de 2024.

TOCANTINS, **Documento Curricular do Tocantins**. Palmas: Seduc, 2019.

TOCANTINS. **Lei nº 3.252, de 31 julho de 2017**. Dispõe sobre o Sistema de Cultura do Tocantins-SC/TO, e adota outras providências. Palmas: Assembleia Legislativa, 2017. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=347025>. Acesso em 13 de julho de 2024.

TOCANTINS. **Lei nº 431, de 28 de julho de 1992**. Dispõe sobre o tombamento dos prédios que especifica. Palmas: Assembleia Legislativa, 2017. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/arquivos/6689.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2024.

TOCANTINS. **Lei nº 577, de 24 de agosto de 1993**. Dispõe sobre a proteção e a preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Tocantins. Palmas: Assembleia Legislativa, 2017. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/arquivos/6834.pdf>. Acesso em 13 de julho de 2024.

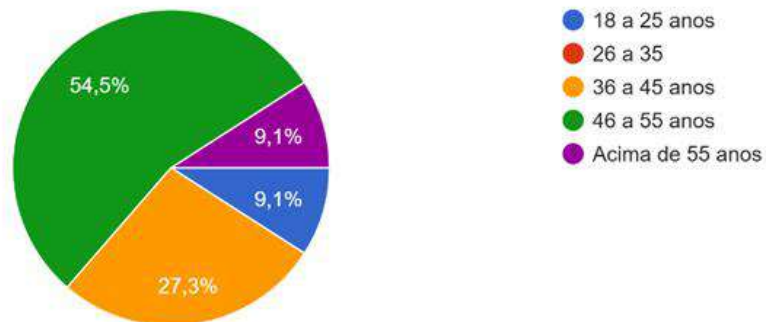
TOLEDO, Maria Aparecida. Leopoldo Tursi. **A disciplina de História no Império Brasileiro**. Revista HISTEDBR On-line, Unicamp, v. 17, p. 01 - 10, 2005.

VIEIRA 2014, Marta Victor. O Movimento Separatista do Norte Goiano (1821-1823): Desconstruindo o Discurso Fundador da Formação Territorial do Estado do Tocantins. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**. EEG/UnU Iporá, v.3, n.1. Jan/Jun 2014.

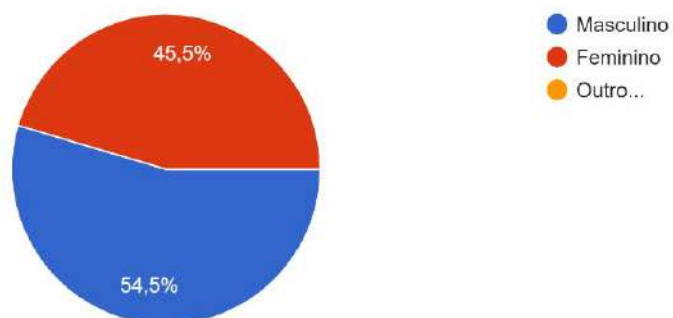
WALSH. Catherine. **Introducion-(Re) pensamiento critico y (de) colonialidade**. in WALSH. Catherine. (Orgs.). Pensamiento crítico y matriz (de) colonial. Reflexiones latino-americanas. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005, p.13 - 35.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO/GRÁFICO****1. Idade**

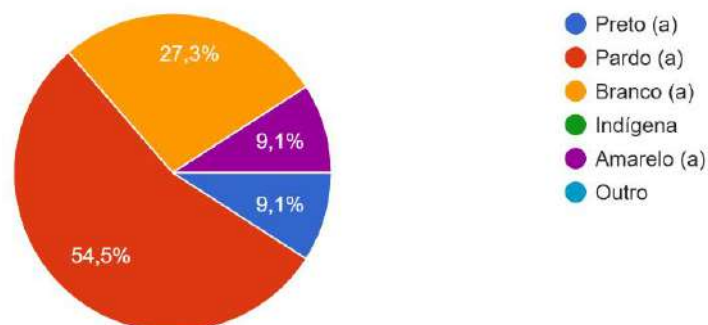
11 respostas

**2. Gênero**

11 respostas

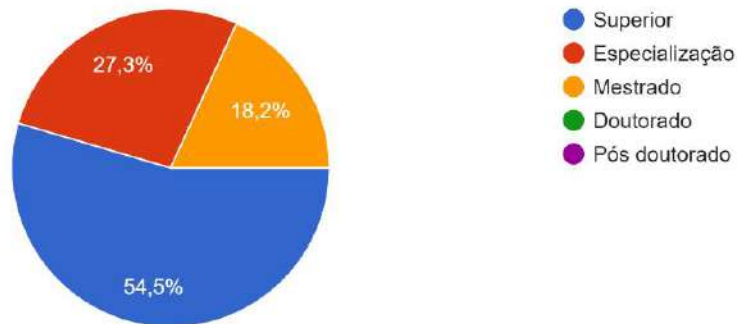
**3. Você se declara como?**

11 respostas



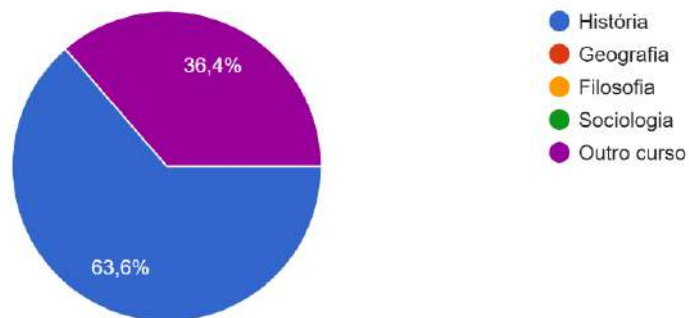
#### 4. Qual é o seu grau de formação?

11 respostas



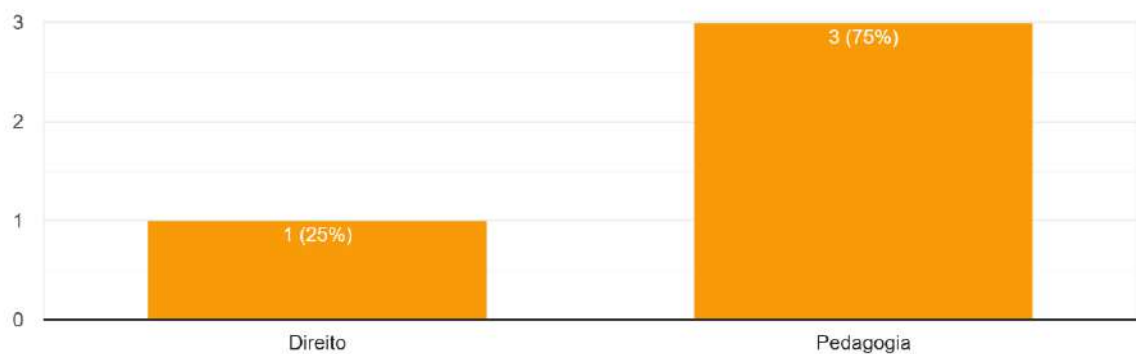
#### 5. Curso de formação?

11 respostas



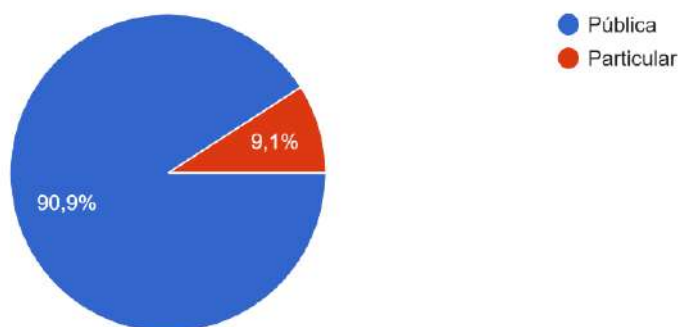
#### 6. Se a resposta for outro curso, qual?

4 respostas



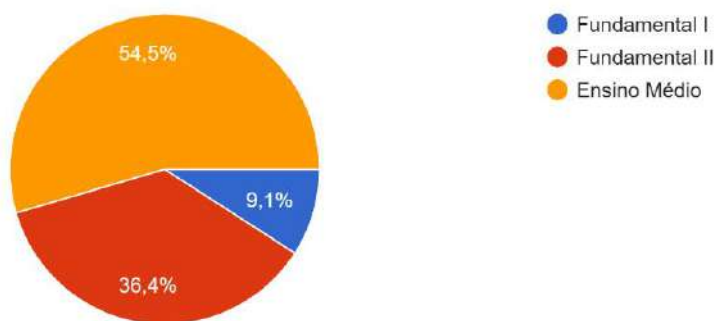
## 7. A escola que você ensina faz parte da qual segmento?

11 respostas



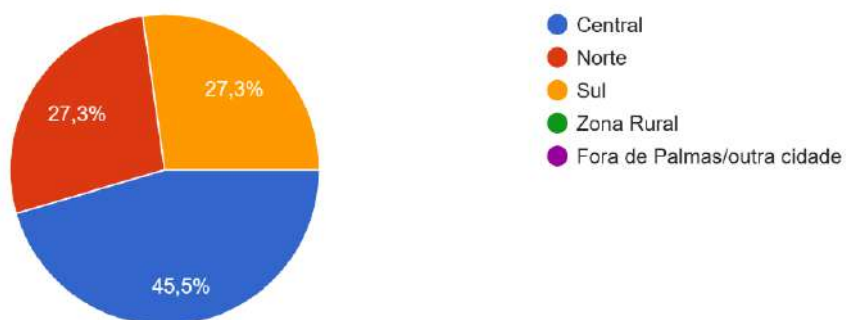
## 8. Qual nível de ensino você trabalha?

11 respostas



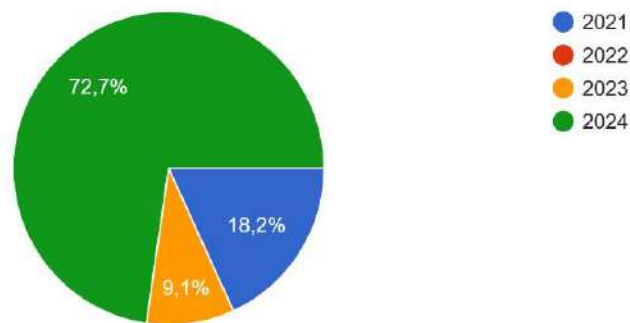
## 9. Qual região de Palmas esta localizada a escola em que você trabalha?

11 respostas



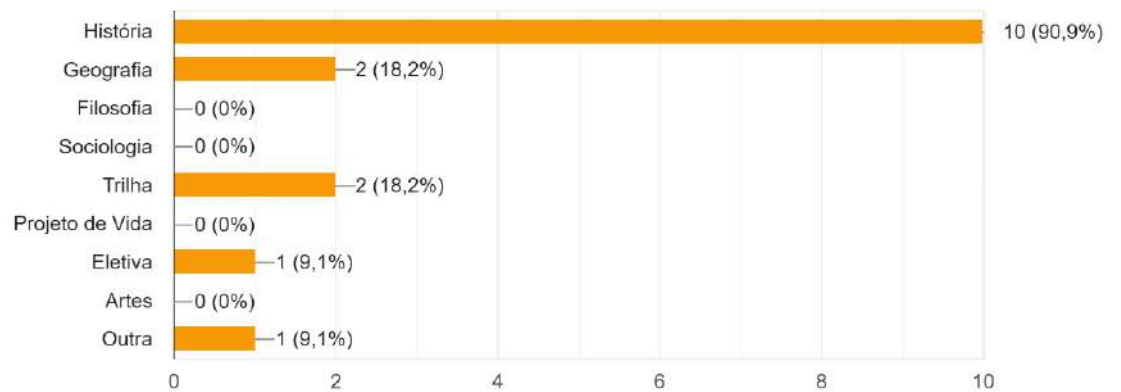
### 10. Qual ano levou seus alunos ao museu Casa Suçuapara?

11 respostas



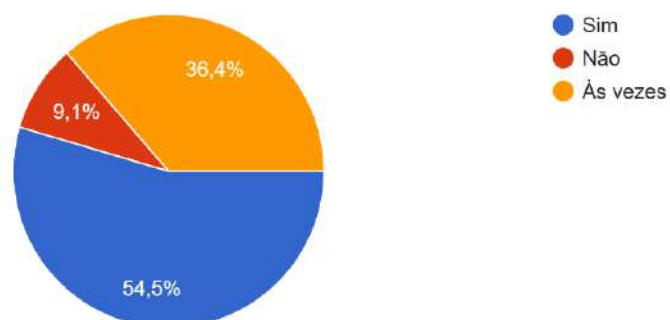
### 11. Quais disciplinas você ensina atualmente?

11 respostas



### 12. Você trabalha a História Local de Palmas nas suas aulas da disciplina de História?

11 respostas



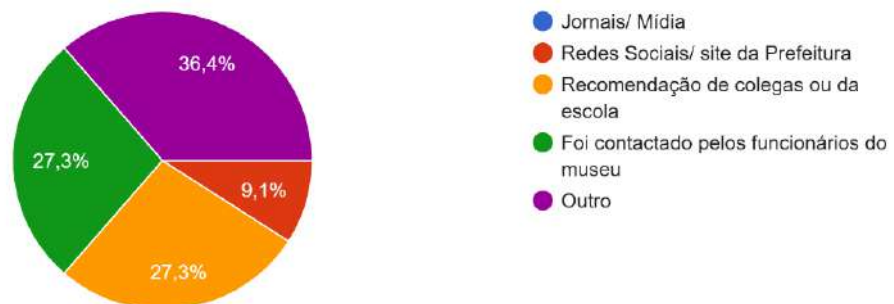
13. Qual a maior dificuldade para levar os alunos ao museu ?

11 respostas



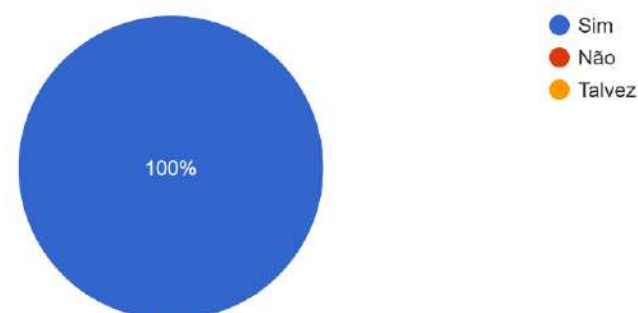
14. Como você ficou sabendo das atividades de Educação Patrimonial desenvolvidas no Museu Casa Suçupara?

11 respostas



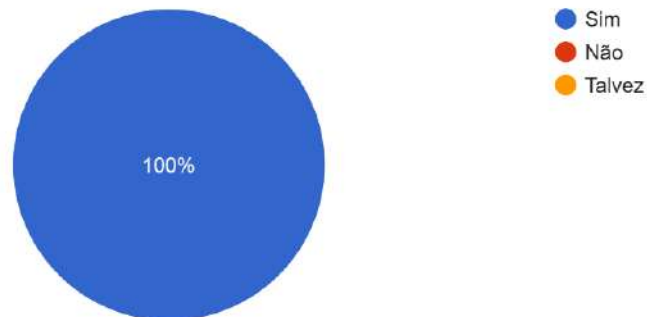
15. Para você, o ensino da História por meio da educação patrimonial pode favorecer o aprendizado dos alunos em relação a história local?

11 respostas



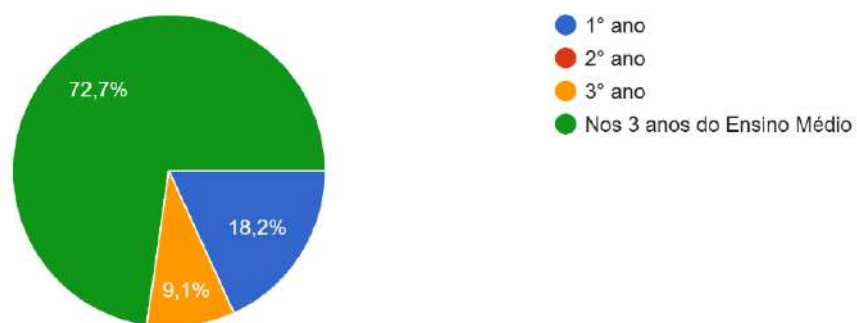
16. A Educação Patrimonial pode favorecer o sentimento de pertencimento dos alunos à comunidade e a construção da identidade de palmense/tocantinense?

11 respostas



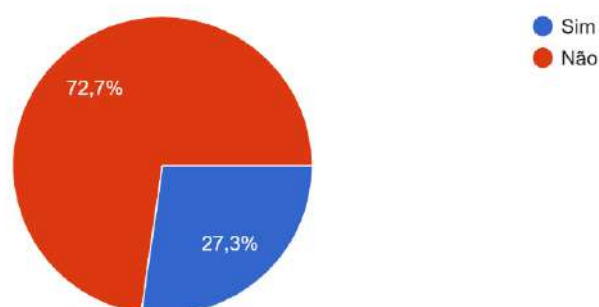
17. O ensino da historia de Palmas/Tocantins deveria ser trabalhado em qual serie do ensino médio?

11 respostas



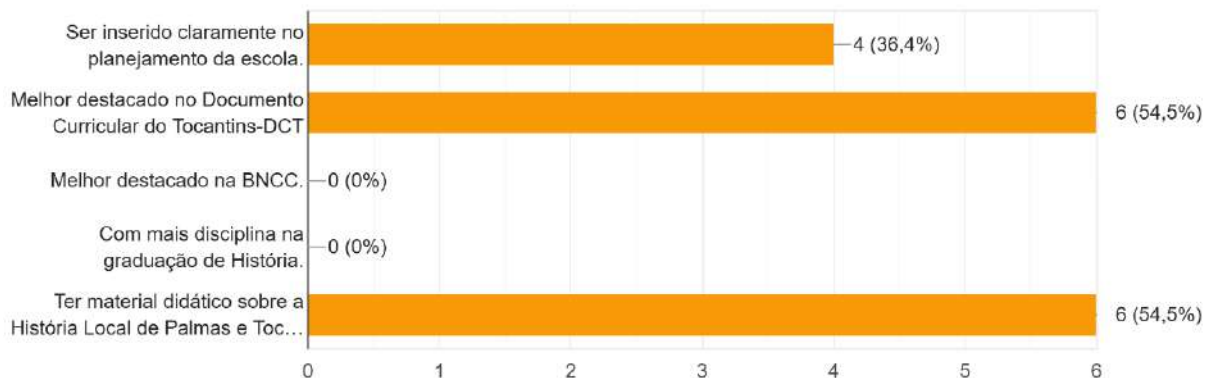
18. Na sua opinião, o ensino de História local e regional esta sendo bem contemplado no ensino fundamental e médio?

11 respostas



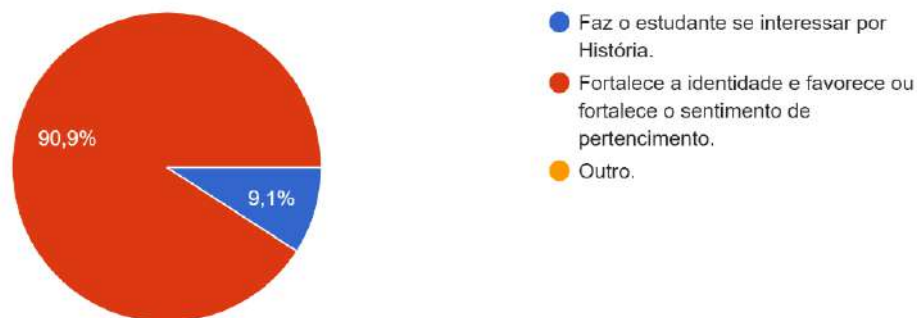
### 19. Na sua opinião como o ensino de historia local poderia ser melhor ensinado?

11 respostas



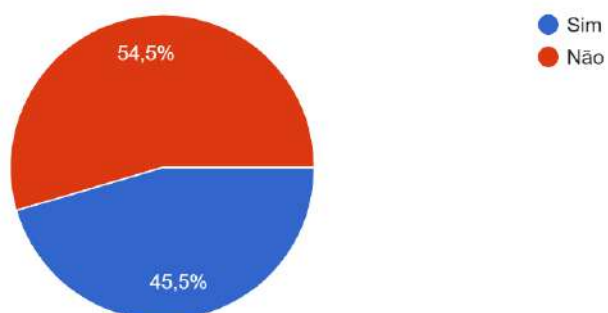
### 20. Você acha que o ensino de História local deve ser ensinado porque?

11 respostas



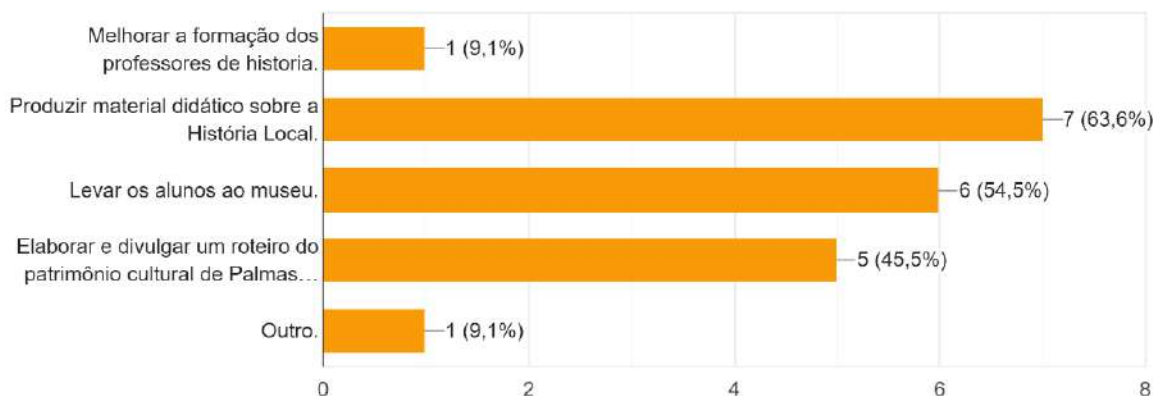
### 21. Na sua graduação você estudou sobre a pratica da Educação Patrimonial?

11 respostas



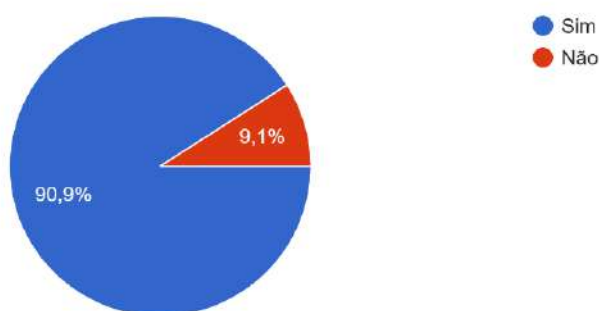
## 22. O que você acha que deve ser feito para fomentar o ensino de História Local?

11 respostas



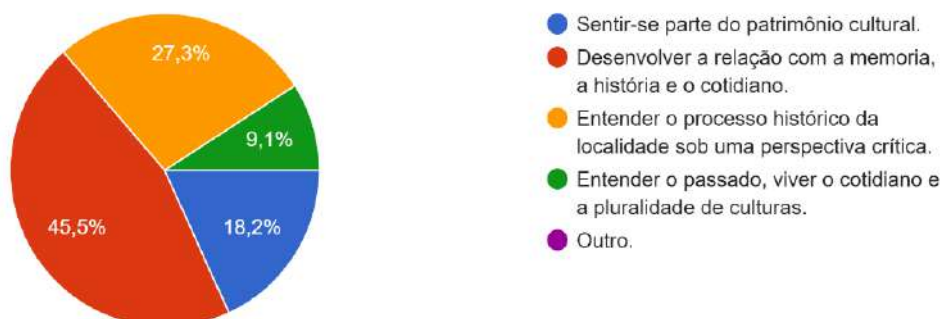
## 23. Você sabia antes da visita e participação nas atividades de educação patrimonial que o Museu Casa Suçupara é um bem tombado pelo patrimônio municipal?

11 respostas



## 24. Para você, o ensino de História por meio da Educação Patrimonial possibilitaria ao aluno

11 respostas



**APÊNDICE B – GUIA DIDÁTICO**

**GUIA DIDÁTICO HISTÓRICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PALMAS -  
TO**



**PROF HISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA



# GUIA DIDÁTICO HISTÓRICO

DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PALMAS-TO



**FÁBIO OLIVEIRA SANTOS**

**Palmas-TO 2025**



# FICHA CATALOGRÁFICA

# APRESENTAÇÃO

Caros colegas professores e professoras, o presente Guia partiu da pesquisa do Mestrado Profissional em Ensino de História – Profhistória, na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). A partir da pesquisa documental, revisão bibliográfica e pesquisa de campo produzimos esse Guia Didático Histórico do Patrimônio Cultural Material da cidade de Palmas - TO, para ser utilizado pelos professores da disciplina de História no ensino de história local e regional em sua práxis docente em sala de aula nas aulas de história (ou professores em geral) e outras pessoas interessadas na temática e história da cidade.

O presente Guia visa também contribuir para fomentar a prática da Educação Patrimonial e valorização da história e memória por meio do patrimônio material de Palmas e, assim, contribuir para fomentar o turismo cultural da cidade, uma vez disponibilizado para o público em geral, com fácil acesso a partir de uma futura publicação impressa e disponibilizado na internet.

O Guia tem foco nos bens culturais locais considerados como patrimônio material de Palmas, tais como Museu Casa Suçuapara, Museu Palacinho, Praça dos Girassóis e as feiras. Estão incluídos nele os bens tombados em âmbito municipal e estadual, os sítios arqueológicos, os locais de memória tais como feiras, praças e outros monumentos importantes para o patrimônio cultural da cidade.

De forma didática, o Guia conta a História da construção da cidade de Palmas, apresentando foto/imagem dos bens culturais materiais, com sua descrição e um breve histórico do local e a sua importância cultural. Para facilitar o acesso a esses locais e estimular a visitação, outras informações práticas serão fornecidas tais como, dias e horários de visitação dos locais, e meios de contato.

Ao final, existem algumas sugestões de atividades para serem desenvolvidas em sala de aula, com base nas estratégias da educação patrimonial. Incluímos ainda um mapa com Roteiro do Patrimônio Cultural de Palmas e um Glossário com alguns termos que julgamos ser interessante de serem conhecidos e trabalhados em sala de aula no ensino de história.

# SUMÁRIO

<b>1 Patrimônio Cultural: alguns conceitos.....</b>	<b>06</b>
<b>2 História Local.....</b>	<b>07</b>
<b>3 O que é Educação Patrimonial.....</b>	<b>07</b>
<b>4 Decolonialidade.....</b>	<b>07</b>
<b>5 O que é Tombamento?.....</b>	<b>08</b>
<b>6 O que é o Registro de Bens de Natureza Imaterial?.....</b>	<b>09</b>
<b>7 História de Palmas.....</b>	<b>10</b>
7.1 Linha do Tempo da criação (ou construção) de Palmas.....	13
<b>8 Patrimônio Cultural de Palmas.....</b>	<b>14</b>
<b>8.1 Bens Tombados em âmbito municipal.....</b>	<b>14</b>
8.1.1 Museu Casa Suçupara.....	14
8.1.2 Museu Casa Vitor.....	15
8.1.3 Cruzeiro de Palmas.....	16
8.1.4 Mapa do Estado do Tocantins.....	17
8.1.5 Escola Irma Aspázia.....	17
8.1.6 Teatro de Arena.....	18
<b>8.2 Bens tombados em âmbito estadual.....</b>	<b>19</b>
8.2.1 Palacinho – Museu Histórico do Tocantins.....	19
8.2.2 Sede provisória da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.....	20
<b>8.3 Outros Patrimônios de Palmas.....</b>	<b>21</b>
8.3.1 Praça dos Girassóis.....	21
8.3.2 Palácio do Araguaia.....	21
8.3.3 Memorial Coluna Prestes.....	22
8.3.4 Praça do Bosque dos Pioneiros.....	23
8.3.5 Espaço Cultural.....	23
8.3.7 Feiras.....	24
8.3.8 Parque Cesamar.....	25
8.3.9 Praia da Graciosa.....	25
<b>8.4 Patrimônio Arqueológico.....</b>	<b>26</b>
<b>8.5 Patrimônio Natural de Palmas.....</b>	<b>27</b>
8.5.1 Reserva Ecológica da Serra do Lajeado.....	27
8.5.2 Cachoeiras.....	27
<b>Sugestão de Atividades.....</b>	<b>28</b>
<b>Roteiro do Patrimônio Cultural de Palmas.....</b>	<b>29</b>
<b>Glossário.....</b>	<b>30</b>
<b>Referências.....</b>	<b>32</b>

# 1 Patrimônio Cultural: alguns conceitos

O **patrimônio cultural** pode ser definido como o conjunto das manifestações, dos bens, das tradições, realizações e representações de um povo (Londres, 2011, p. 162). Pois em todas as ações cotidianas e nos modos de representação do fazer do sujeito e na cultura, de um modo geral, está presente a sua herança cultural, e nesse aspecto, ela cria a identidade simbólica e o sentimento de pertencimento de todos os que fazem parte de uma determinada comunidade.

A Constituição Federal de 1988 define o que é o patrimônio cultural brasileiro no seu artigo nº216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I- as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

O Patrimônio Cultural Material e Imaterial são as duas formas de patrimônio que representam a história, a memória e as tradições de um povo, portanto:

**Patrimônio Cultural Material:** são os bens tangíveis, ou seja, que podem ser vistos ou tocados, tais como construções, prédios, monumentos, obras de arte, vestimentas, objetos históricos, livros, documentos, fotografias, acervos museológicos, coleções e sítios arqueológicos.

**Patrimônio Cultural Imaterial:** são bens intangíveis, ou seja, que não se pode pegar, como a dança, a música, os saberes, os modos de fazer, as manifestações artísticas, os ofícios, as celebrações, os lugares e as formas de expressão.

## 2 História Local

A história local confere às pessoas uma ideia muito mais imediata e próxima do passado. Nós podemos identificá-la ao sair de casa e andando pela cidade. Podemos ver, sentir e ouvir indícios do nosso passado no mercado, nos nomes das ruas e edifícios, nos vocabulários e nas memórias dos nossos familiares (Samuel, 1990).

A história local possibilita uma apropriação do conhecimento histórico, a partir da realidade em que se encontra cada sujeito e o faz sentir-se pertencente ao território onde nasceu ou reside.

## 3 O que é Educação Patrimonial?

Educação Patrimonial é um processo educativo focado no patrimônio cultural, voltada para o reconhecimento do patrimônio como referencial para a construção da identidade.

Nesse sentido, a educação patrimonial é uma ferramenta metodológica centrada no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento. Ela permite fazer uma leitura de mundo, a partir do contato com fontes primárias de conhecimento, proporcionando assim uma compreensão diferenciada da herança sociocultural, bem como do processo histórico no qual o sujeito está inserido. (Horta, et al, 1999).

A prática da Educação Patrimonial nas aulas de história pode favorecer o processo de ensino aprendizagem dessa disciplina, visto que o contato com o patrimônio cultural, enquanto fonte primária, pode ser uma importante oportunidade de diálogo e questionamento das relações de poder vigente, e que foram reproduzidas durante muito tempo pela história oficial.

O conhecimento crítico, focado numa visão decolonial, pela comunidade sobre o patrimônio local contribui para que haja uma maior sensibilidade histórica, podendo-se conectar as narrativas passadas e presentes e fazer uma relação entre história e memória, ao mesmo tempo em que se discute a importância da preservação sustentável dos bens materiais e imateriais (Walsh, 2009, p.27).

## 4 A visão decolonial

A Decolonialidade aqui é entendida, conforme C. Walsh (2009, p.27), como uma ação para “transgredir, deslocar e incidir na negação ontológica, epistêmica e cosmogônico-espiritual que foi - e é – estratégia, fim e resultado

do poder da colonialidade”. A colonialidade é a relação de poder que permanece, mesmo após o fim do colonialismo, baseada no eurocentrismo que perpassa os modos de vida, os saberes e as sociedades que foram conquistadas/colonizadas, como a América Latina, por exemplo.

Neste sentido Oliveira (2016, p.51), explica que o termo Decolonialidade

“Designa o questionamento radical e a busca de superação das mais distintas formas de opressão perpetradas contra as classes e os grupos subalternos pelo conjunto de agentes, relações e mecanismos de controle, discriminação e negação da modernidade/colonialidade. ”  
(Oliveira 2016, p.51)

A Decolonialidade, portanto, é um conceito que surge para questionar a colonialidade das relações de poder que foram instauradas desde o período colonial e ainda circulam, no âmbito das ideias e das práticas.

## 5 O que é tombamento?

A palavra tombamento tem origem no processo de guarda e conservação de documentos importantes no Arquivo Nacional Português, em 1375, com tempo esse local passou ser conhecido como Torre do Tombo.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) atualmente, a palavra tombamento significa, um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados, culminando com o registro em livros especiais denominados Livros do Tombo.

O tombamento pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental, quais sejam: fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas, etc. Somente é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva.

O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937, sendo o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, cujos preceitos fundamentais se mantem atuais e em uso até hoje.

Portanto pode ser feito pela União, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pelo Governo Estadual, por meio dos órgãos estaduais que trabalham com a preservação, ou pelas administrações municipais, utilizando leis específicas. No caso do município de Palmas, o órgão responsável é Fundação Cultural de Palmas por meio da Gerencia de Patrimônio Cultural - GEPAC/FCP.

## **6 O que é Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial?**

Quanto aos Bens Culturais de Natureza Imaterial, segundo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o modo de proteção mais utilizado nesses casos, é o registro, que foi instituído em 4 de agosto de 2000, pelo Decreto nº 3551. O registro é um instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial do Brasil, tais bens são preservados pois contribuíram para a formação da sociedade brasileira.

O decreto nº 3551, definiu como categorias do patrimônio imaterial: celebrações, lugares, formas de expressão e saberes, ou seja, as práticas, representações, expressões, lugares, conhecimentos e técnicas a que os grupos sociais reconhecem como pertencente ao seu patrimônio cultural. Após o processo de registro, recebem o título de Patrimônio Cultural Brasileiro e são inscritos em um dos quatro Livros de Registro, de acordo com a categoria correspondente.

Os livros são: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares.

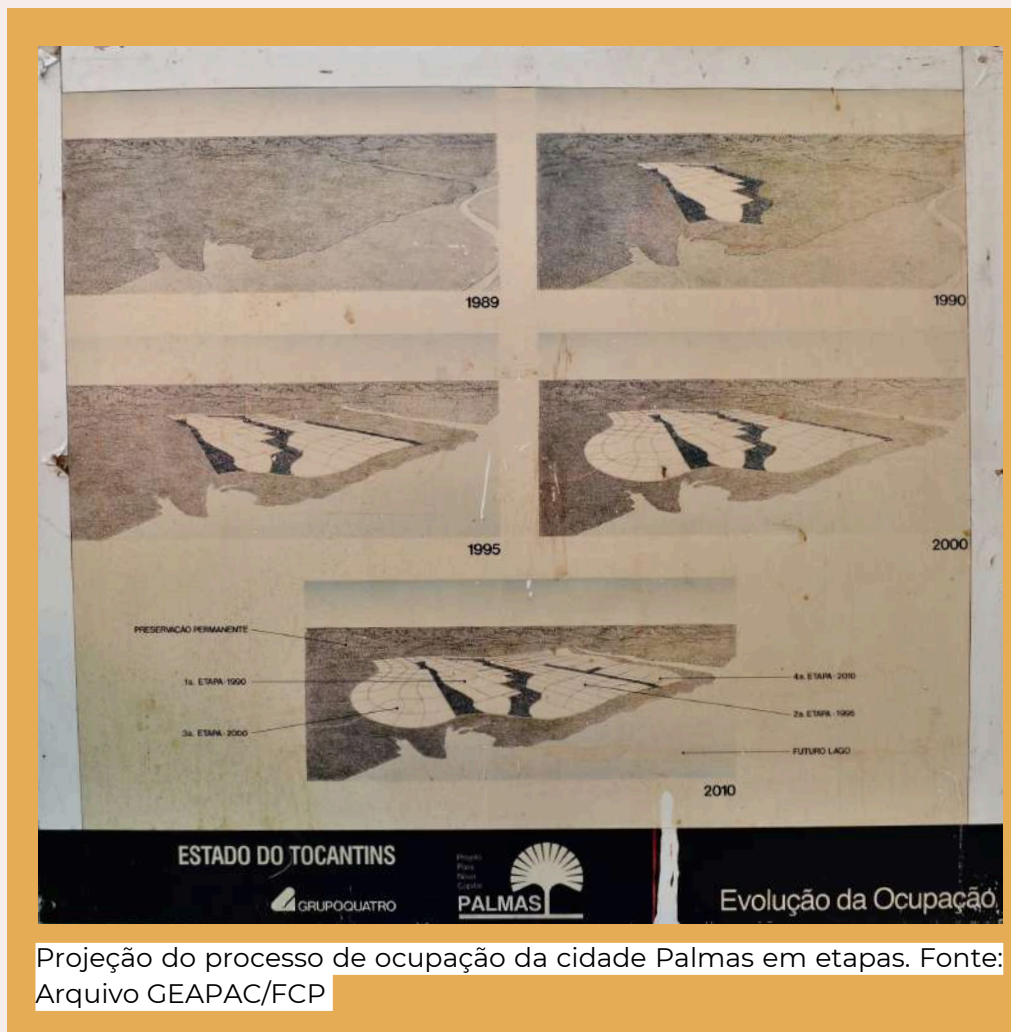
## 7 História de Palmas

A cidade de Palmas está localizada da região Norte do Brasil, no centro geográfico do estado do Tocantins, situando-se entre os paralelos 48° 16' e 48° 23' de longitude Oeste e 10° 30' e 10° 20' de latitude Sul, entre a Serra do Lajeado e o rio Tocantins, (atualmente Lago da Usina Hidrelétrica do Lajeado, que foi criado em 2001).

Palmas foi planejada para ser a capital do estado do Tocantins, que foi criado em 5 de outubro de 1988, por meio do artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Palmas foi criada no dia 20 de maio de 1989, em uma solenidade que reuniu mais de 10 mil pessoas, e instalada em 1º de janeiro de 1990. Até a instalação de Palmas, a cidade de Miracema foi a capital provisória do estado. Após a posse do primeiro governador do estado em 01 de janeiro de 1989, foi dado o início a escolha da área de localização da capital definitiva. Um estudo foi elaborado e quatro áreas foram selecionadas como à-

rea possíveis para a instalação da nova capital: Santa Luzia, Mangues, na margem do rio Tocantins, e Carmo na Serra do Lajeado e a área entre a Serra do Lajeado o rio Tocantins, sendo essa última a escolhida. A área escolhida localizava -se entre os municípios de Porto Nacional e Taquaruçu do Porto, a leste do povoado Canela.



A partir do início da instalação da capital em 01 de janeiro de 1990, enquanto se construía a infraestrutura da cidade e os prédios públicos, a Casa que era a sede da Fazenda Triângulo, uma das fazendas situadas na área que foi delimitada para a implantação da Capital do Estado do Tocantins, mais especificamente dentro do espaço físico definido para a implantação do Plano Urbanístico, foi utilizada como sede provisória para o governo municipal. Assim, após a desapropriação de todas as fazendas, essa casa foi a única que não foi derrubada, para servir de base de decisões governamentais no início da construção da cidade.



Mapa do Plano Diretor de Palmas Fonte: Arquivo GEPAC/FCP.

Em dezembro de 1989 ocorreu a transferência da sede do poder municipal da cidade de Taquaruçu do Porto, para a recém-criada cidade de Palmas, em sessão solene realizada pela Assembleia Legislativa e demais poderes públicos. Taquaruçu do Porto era o município criado pelo estado de Goiás em 1 de janeiro de 1988, desmembrando toda sua área do município de Porto Nacional, na qual fazia parte os antigos distritos de Taquaralto e Canela. Apesar disso, sua instalação só ocorreu em 1 de junho de 1989 e, em 29 de dezembro de 1989, o município de Taquaruçu<sup>1</sup> do Porto passou a ser um distrito da cidade de Palmas e toda sua estrutura administrativa, como o prefeito e vereadores recém-eleitos se tornaram o primeiro prefeito, Felelon Barbosa, e primeiros vereadores da Capital.

---

<sup>1</sup> A grafia da palavra Taquarussu do Porto, escrita com dois s, foi alterada pela Lei nº 989, de 27 de abril de 2000, para simplesmente Taquaruçu, segundo sua verdadeira etimologia, ficando, portanto, o nome desse distrito de Palmas, denominado de Taquaruçu.

E em 1 janeiro de 1990, na Sede da Fazenda Triângulo, Casa Suçuapara, foi declarada solenemente instalada a Sede definitiva da capital do estado do Tocantins. O Executivo e o Legislativo Municipal permaneceram no local até 20 de maio de 1990, quando foi inaugurado o prédio da prefeitura de Palmas.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado



Foto: Site da Prefeitura de Palmas- 2023

Avenida Joaquim Teotônio Segurado - 1990



Foto: Edson Lopes/Arquivo GEPAC/FCP.



A principal avenida, que corta a cidade de Norte a Sul, Avenida Teotônio Segurado foi uma homenagem ao Ouvidor da Comarca de São João das Duas Barras, criada em 1809, Joaquim Teotônio Segurado (1775-1831). Ele liderou um movimento em prol da separação da região norte do estado de Goiás e da autonomia em relação ao centro-sul do estado, e, em 1821 chegou a proclamar a emancipação do Norte de Goiás. Esse movimento do século XIX é considerado o primeiro na busca da autonomia da região norte de Goiás, que culminou na criação do estado Tocantins, em 1988.

## 7.1 Linha do Tempo da Construção de Palmas



## 8 Patrimônio Cultural Material de Palmas

### 8.1 Bens Tombados em Âmbito Municipal

#### 8.1.1 Museu Casa Suçupara

Com o surgimento de Palmas em 20 de maio de 1989 a Casa ficou dentro do plano diretor da cidade, como sede provisória do poder Executivo e Legislativo a partir da instalação da capital em 01 de janeiro de 1990; foi a primeira sede da Prefeitura e Câmara Municipal. Obteve o tombamento provisório no ano 2000 e tombamento definitivo nº 67 de 16 de março de 2005.

Atualmente é o Museu Casa Suçupara, responsável por abrigar e socializar aspectos da memória da cidade de Palmas e conta um anexo, a Casa da Cultura que funciona como reserva técnica do museu, e com arquivo histórico/documental composto de documentos originais da cidade, tais como, mapas, imagens do período de construção da cidade. Também desenvolve atividades de Educação Patrimonial voltadas para estudantes do ensino fundamental, médio e superior.



Sede da Fazenda Triângulo em 1988 / Foto: Arquivo GEPAC/FCP



Museu Casa da Cultura – 2004 / Foto: Acervo do Autor 2024



#### Horário de funcionamento

Das 8 às 19 horas, de segunda a sexta-feira.  
Telefone: (63) 3212-7314

## 8.1.2 Museu Casa Vitor

Essa casa foi construída em 1959 pelo senhor Vitor Pereira Brito. Foi a primeira casa de Taquaruçu a empregar telha colonial e adobe na sua construção. A Casa é considerada um patrimônio arquitetônico, testemunho da riqueza cultural material e imaterial dos pioneiros de Taquaruçu. Foi tombada em caráter provisório através do decreto n. 230, de 11 de setembro de 2011. Atualmente

funciona como Museu Casa Vitor, com foco na preservação da memória e história local do distrito de Taquaruçu.



Museu Casa Vitor/ Foto: Arquivo GEPAC/FCP.



Interior do Museu Casa Vitor / Foto: Arquivo GEPAC/FCP.



### Horário de funcionamento

Das 8 às 19 horas, de segunda a sexta-feira.  
Telefone: (63) 3212-7314

### 8.1.3 Cruzeiro de Palmas

Localizado na praça dos Girassóis, foi o primeiro monumento histórico erguido em Palmas, construído em madeira Pau-brasil e instalado em 20 de maio de 1989 pelo escultor Arnildo Antunes. Nesta data foi celebrada uma missa pelo arcebispo de Porto Nacional Dom Celso Pereira de Almeida, no dia lançamento da capital Palmas. Foi tombado em caráter provisório, decreto n. 22, de 29 de fevereiro de 2000.



Primeira Missa de Palmas em 20 de maio de 1989 / Foto: arquivo GEPAC/FCP



Foto do Cruzeiro - 2024 / Foto: Acervo do Autor



#### Discutindo patrimônio com os estudantes:

Discuta com seus alunos a seguinte questão: Como símbolos religiosos são usados para criar tradições?



#### Discutindo patrimônio com os estudantes:

Professor proponha para seus alunos uma comparação entre a Missa realizada no dia 20 de maio de 1989 em Palmas, com a Missa celebrada no dia 26 de abril de 1500, em Santa Cruz Cabrália, Bahia, que marcou o início da colonização portuguesa no Brasil e foi representada no quadro Primeira Missa no Brasil, pintado em 1861, por Victor Meirelles de Lima.

### 8.1.4 Mapa do estado do Tocantins

O mapa construído no formato do estado do Tocantins, foi feito em concreto no ano de 1989 na instalação da Capital. Está localizado no acesso principal do paço municipal. Tombamento provisório, decreto n. 22, de 29 de fevereiro 2000.



Mapa do Tocantins- década 1990 Foto: Arquivo GEPAC/FCP.



Mapa do Tocantins – 2024 Foto: Acervo do Autor.

### 8.1.5 Escola Irma Aspázia

Foi a primeira escola do distrito de Buritirana, construída em 1963 pela prefeitura de Porto Nacional, em adobe e coberta de telhas coloniais. Hoje no seu entorno existe a Escola Municipal Luís Nunes. Tombamento provisório, decreto n. 22, de 29 de fevereiro 2000. Atualmente funciona como o Museu Escola professor Luiz Nunes de Oliveira.



Escola Irma Aspázia. Foto: Arquivo GEPAC/FCP.



Vista interna da Escola Irma Aspázia. Foto: Arquivo GEPAC/FCP.

## 8.1.6 Teatro de Arena

Localiza-se na Praça Joaquim Maracaípe, no centro do distrito de Taquaruçu e juntamente com a Casa da Cultura Professora Maria dos Reis e o seu entorno formam o **Complexo Cultural de Taquaruçu**, é uma referência ao estilo arquitetônico do antigo Norte Goiano. Tombamento provisório, decreto n. 22, de 29 de fevereiro de 2000.



Teatro de Arena – década de 1990/Foto: Arquivo GEPAC/FCP



Apresentação teatral no teatro de arena 5 de junho de 2023. Foto: Site da prefeitura de Palmas.

## 8.2 Bens Tombados em Âmbito Estadual

### 8.2.1 Palacinho – Museu Histórico do Tocantins

Foi primeiro prédio público inaugurado, em Palmas, em 1989. Projetado também pelo Grupo Quatro, empresa goiana, contratada pelo governo do estado para elaborar o projeto da capital Palmas e responsável pela construção dos prédios institucionais. Foi a sede provisória do governo do estado e atualmente é o Museu Histórico do Tocantins - Palacinho. Foi tombado pelo governo do estado através da Lei nº 431/1992.



Palacinho, agosto de 1989/Foto: Edson Lopes/Arquivo GEPAC/FCP



Palacinho - 2024 Foto: Acervo do Autor.



#### Horário de funcionamento

Das 8 às 18 horas, de terça a domingo  
Endereço ASN-RE, Avenida NS-10, nº15  
Telefone: (63) 3218-3318

## 8.2.2 Sede provisória da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

Foi um dos primeiros prédios construídos em Palmas em 1989, construído em madeira, sediou a Assembleia Legislativa do Tocantins até 3 de outubro 1995, quando foi inaugurado a sede definitiva na Praça dos Girassóis, o Palácio Deputado João d'Abreu. A sua importância histórica por guardar uma memória física dos primeiros anos da criação da cidade de Palmas e do estado do Tocantins foi tombada pelo governo do estado através da Lei nº 431/1992.



Sede provisória da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins em 1993 – Foto: Luiz Bala/Arquivo GEPAC/FCP



Apesar da sua importância na preservação da história e memória do Tocantins e da capital Palmas, o prédio da Antiga Assembleia é o exemplo do que acontece quando não se cuida da preservação do patrimônio material: o prédio ficou abandonado vários anos e acometido de incêndios em 2017 e 2020, na sua área em volta que devia ser também ser protegida, vista que um bem tombado. Na atualidade, o prédio caiu e se encontra em ruínas.

## 8.3 Outros Patrimônios culturais de Palmas

### 8.3.1 Praça dos Girassóis

A maior praça da América Latina, local onde foi instalado o Cruzeiro e realizada a primeira missa no dia 20 de maio de 1989, dia do início das obras de construção de Palmas é cheia outros monumentos como, o relógio do sol, o Monumento dos 18 do Forte, o Memorial Coluna Prestes. Nela também se localiza o Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça e sede das Secretarias Estaduais.



Foto: Marcio Viera/Governo do Tocantins, S/D.

### 8.3.2 Palácio Araguaia

É uma obra de arquitetura contemporânea com área de 14 mil m<sup>2</sup>. É a sede do governo do estado do Tocantins. Está localizado na Praça dos Girassóis, onde também estão instalados os poderes legislativo e judiciário, além de sede administrativa, concentra acervos, monumentos que fazem do lugar um dos grandes pontos turísticos de Palmas.



Palácio Araguaia - 2024 / Foto: Acervo do Autor.



#### Horário de funcionamento

Segunda a sexta-feira das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas.

### 8.3.3 Memorial Coluna Prestes

Localizado na Praça dos Girassóis e foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer para homenagear a memória da Coluna Prestes, possui um miniteatro e na frente do prédio há uma escultura “Cavaleiro da Luz” representando Luiz Carlos Prestes e, ao lado, o Monumento aos Dezoito do Forte de Copacabana.



Memorial Coluna Prestes – 2024 Foto: Acervo do Autor.



Foto: Arquivo SECOM -TO.



#### Horário de funcionamento

Das 8 às 18 horas, de segunda a sexta-feira.  
Telefone: (63) 3218-2419



Segundo a Lei n°2.596 de 11 de junho de 2012, um dos objetivos desse memorial é “abrigar o acervo de Luiz Carlos Prestes e do movimento político militar do Tenentismo, denominado Coluna Prestes”. A obra homenageia a Coluna Prestes que passou pelo território do Tocantins entre 1924-1927.



#### Discutindo patrimônio com os estudantes:

Será que a Coluna Prestes (1924-1927) tem relação com o estado do Tocantins ou é uma tradição inventada?

### 8.3.4 Praça do Bosque dos Pioneiros

A Praça do Bosque dos Pioneiros, é uma paisagem culturalmente construída ao lado do Paço Municipal, formada por vegetação nativa do bioma Cerrado. O lugar é exemplo de interação do patrimônio cultural com o natural. Construída em 1995 e desde essa data aos domingos acontece a tradicional Feira do Bosque, a partir das 16 horas com uma feira de produtos regionais e artesanato.



Praça do Bosque - Fonte: Arquivo GEPAC/FCP.

### 8.3.5 Espaço Cultural

Inaugurado em 26 de setembro de 1996, edificado na área central da cidade, possui designer contemporâneo assinado pelo arquiteto Paulo Henrique Paranhos. Projetado para atender à demanda cultural da cidade, dispõe de teatro Fernanda Montenegro, sala de cinema – Cine Cultura, biblioteca e NILA, centro de criatividade e a grande praça coberta.



Inauguração do Espaço Cultural em 1996  
Foto: Edson Lopes/Arquivo GEPAC/FCP



Espaço Cultural – 2024 Foto: Acervo do Autor.



#### Horário de atendimento:

das 13 às 19 horas

Telefone: (63) 3212-7308

### 8.3.6 Feiras

As feiras cobertas de Palmas representam a cultura popular da cidade Palmas, são espaço de alimentação, vendas de produtos naturais, frutas, verduras, peixes artesanato dentre outros. Uma das mais antigas é da 304 Sul, localizada na região central do Plano Diretor. A cidade também conta com outras feiras, tais como da 307 Norte (Arno 33), da Arno 61, da Arse 112 (1106 Sul), Aurenly I, Aurenly III e Taquaruçu Grande.



Feira da 304 Sul na década de 1990 /Foto: Arquivo GEPAC/FCP.



Feira da 304 Sul, 2023 Foto: SECOM/Site da Prefeitura de Palmas.

### 8.3.8 Parque Cesamar

É um dos espaços de lazer mais usados pelo palmenses, para passear e fazer atividades físicas ao ar livre. No parque está localizado o Museu Casa Suçupara, que foi a sede da antiga Fazenda Triangulo, desapropriada como parte da área da construção de Palmas. A construção foi a única das antigas fazendas que permaneceu de pé, para em 1990, ser a Sede da primeira Prefeitura e Câmara Municipal de Palmas.



Parque Cesamar – 2024 Foto: Acervo do Autor.



O Parque Cesamar fica aberto todos os dias das 6 às 23 horas.

### 8.3.9 Praia da Graciosa

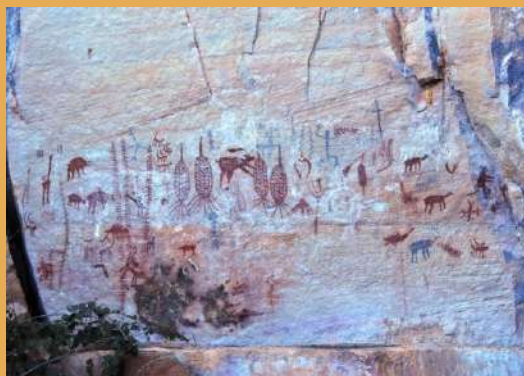
A praia da Graciosa é um cartão postal da cidade de Palmas. É uma praia fluvial, banhada pelo Lago da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhaes, uma ótima opção de lazer e ideal para assistir ao pôr do sol, considerado um dos mais bonitos do Brasil.



Praia da Graciosa – 2024 Foto: Acervo do Autor.

## 8.4 Patrimônio Arqueológico de Palmas

O patrimônio arqueológico localizado na Serra do Lajeado que margeia a cidade é muito rico, fazendo de Palmas uma das cidades com mais pinturas rupestres próximas a área urbana. Por meio da cultura material e dos vestígios deixados nesses sítios é possível contar a história humana nesta região do Brasil, que segundo o IPHAN, teve início há 12 mil anos. Dos 103 sítios arqueológicos identificados, alguns são sítios cerâmicos, um cemitério e vários de pinturas rupestres, com figuras geométricas e zoomórficas. Apesar desse rico potencial ainda precisa de políticas públicas para pesquisa, preservação e a criação de uma rota de turismo arqueológico na cidade e promoção de atividades de Educação Patrimonial.



Sítio Arqueológico Vão Grande - 2014 Foto: Arquivo GEPAC/FCP



Sítio Arqueológico Limpão - 2023 Foto: Arquivo GEPAC/FCP



Sítio Arqueológico Jiboia - 2023 Foto: Arquivo GEPAC/FCP

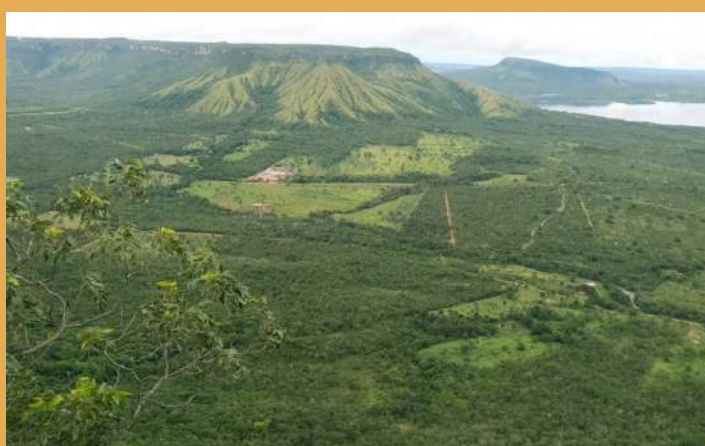


Vista de Palmas a partir do Sítio Vão Grande - 2023 Foto: Arquivo GEPAC/FCP.

## 8.5 Patrimônio Natural de Palmas

### 8.5.1 Reserva Ecológica da Serra do Lajeado

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Lajeado foi criada através da lei estadual nº 906, de 20 de maio de 1997. É uma área de aproximadamente 1.500 Km<sup>2</sup> que apresenta relevos extremamente variados e setores ecológicos de grande interesse biológico à manutenção da fauna e do ecossistema da região. A reserva compreende os municípios de Palmas, Aparecida do Rio Negro, Lajeado do Tocantins e Tocantínia. A área protegida é de responsabilidade do Governo Estadual e possui diversas belezas naturais, dentre elas serras com inúmeros sítios arqueológicos, cursos d'água com belas cachoeiras, vegetação exuberante e uma rica fauna.



Serra do Lajeado – 2021 Foto: Camilla Muniz/Governo do Tocantins.

### 8.5.2 Cachoeiras

O polo eco turístico do Distrito de Taquaruçu constitui-se um Patrimônio Natural que se encontra em constante relação com a cultura do povo de Palmas. São mais de 80 cachoeiras catalogadas, além de toda exuberância da Serra do Lajeado, oferecendo a população palmense, uma vida mais próxima da natureza. As cachoeiras do Roncador, Escorrega macaco e Brejo da Lagoa, são exemplos desse patrimônio natural de Taquaruçu.



Cachoeira do Roncador-2023Foto: Arquivo GEPAC/FCP.

## Sugestão de atividades

- 1** Professor (a) você pode utilizar as imagens do Patrimônio Cultural de Palmas nas suas aulas, por exemplo: nas aulas sobre a Pré-História apresente aos seus alunos as fotos das pinturas rupestres dos sítios arqueológicos da Serra do Lajeado em Palmas em vez de usar as do livro didático que geralmente mostra as das cavernas de Lascaux na França. Busque debater sobre a existência dos povos tradicionais indígenas nessa região.
- 2** Fazer Educação Patrimonial na prática: Professor (a), você pode levar seus alunos ao Museu Casa Suçupara e participar das atividades de Educação Patrimonial, com palestra, visita guiada ao Museu e ao Arquivo da Casa da Cultura.
- 3** Professor (a), discuta com seus alunos seguinte questão: o que seria um olhar Decolonial sobre o Patrimônio Cultural de Palmas? Após, debata com eles o olhar Colonial e o Decolonial sobre o Patrimônio Cultural.
- 4** **Atividade de Pesquisa:** Os estudantes devem pesquisar sobre os pioneiros da quadra ou bairro em que mora, entrevistando moradores antigos (pais, avós, vizinhos) e buscando imagens que retratem o início da comunidade. Os resultados da pesquisa serão organizados e cartazes, como recursos utilizando para turma, apresentados apresentações de slides ou vídeos.

### Sugestão Adicional

Professor incentive os estudantes para:

- A coleta de fotos e documentos antigos, a criar;
- Criar um roteiro de perguntas para as entrevistas;
- Fazer uma linha do tempo com os principais acontecimentos da quadra ou bairro.

# Roteiro do Patrimônio Cultural de Palmas

## Roteiro do Patrimônio Cultural de Palmas – TO

Nome	Número	Nome	Número
Palacinho	1	Serra do Lajeado	22
Morro do Limpão	2	Complexo Cultural de Taquaruçu	23
Praça dos Girassóis	3	Museu Casa Vitor (Taquaruçu)	24
Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos	4	Cachoeira do Roncador (Taquaruçu)	25
Centro Geodésico de Palmas	5	Cacheira do Escorrega Macaco (Taquaruçu)	26
Memorial Coluna Prestes	6	Escola Irmã Aspazia (Buritirana)	27
Praia da Graciosa	7		
Feira da 307 Norte	8		
Parque dos Povos Indígenas	9		
Espaço Cultural José Gomes Sobrinho	10		
Parque Casamar	11		
Museu Casa Suguapara	12		
Anexo Casa da Cultura	13		
Praça do Bosque dos Pioneiros	14		
Paço Municipal	15		
Praia do Prata	16		
Praia do Cajú	17		
Feira da 304 Sul	18		
Feira da 1106 Sul	19		
Feira do Aurenny I	20		
Feira do Aurenny III	21		

### Bases Cartográficas

- Pontos do Roteiro

FONTE: Google Earth; Trabalho de Campo  
 SRC: Coordenadas Geográficas  
 DATUM: SIRGAS 2000  
 Organização: Jair Souza da Silva  
 Fábio Oliveira Santos



## Glossário

**Bem Cultural:** é um produto ou expressão da cultura de um povo, que é reconhecido e valorizado pela comunidade ou pelo poder público. Os bens culturais podem ser materiais ou imateriais. São exemplos de bens culturais: monumentos, obras de arte, construções, celebrações, tradições, danças, entre outros.

**Conservação:** ação de prevenção da decadência do patrimônio cultural. A conservação engloba todos os atos legais e institucionais para prolongar a vida de nosso patrimônio cultural e natural;

**Conservação integrada:** tem como componente essencial à conservação do patrimônio natural e cultural. É alcançada pela aplicação de técnicas de restauração sensíveis e pela escolha correta das funções apropriadas no contexto de áreas históricas, levando em conta a pluralidade de valores econômicos, culturais, visando julgamentos equilibrados;

**Cultura:** O termo designa um todo complexo que inclui tudo o que é comportamento de um grupo apreendido, de técnicas de corpo a ordens simbólicas. A antropologia é a ciência que possui a propriedade de descrever esse todo e classificar segundo a língua, religião, costumes e etc.

**Diversidade cultural:** é a convivência mútua de costumes e tradições de povos diferentes num mesmo universo simbólico compartilhado.

**GEPAC/FCP:** Gerência do Patrimônio Cultural de Palmas/Fundação Cultural de Palmas/TO.

**Gestão da conservação:** é o modo de intervir nas cidades com o propósito de minimizar as perdas sociais, os vestígios da história, valorizando suas características históricas e artísticas sem perda de sua autenticidade e significado. Desenvolvimento culturalmente sustentável: Implica em um desenvolvimento baseado em valores e ideias compartilhadas e nos padrões intelectuais, morais e estéticos da comunidade.

**IPHAN:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**Inventário Cultural:** são instrumentos de preservação que buscam identificar as diversas manifestações culturais e bens de interesse de preservação, de natureza imaterial e material. O objetivo do inventário, segundo o IPHAN é, criar um banco de dados que permita a valorização e salvaguarda, planejamento, pesquisa, conhecimento de potencialidades e a Educação Patrimonial.

**Meio ambiente histórico:** é o espaço criado e transformado pela atividade humana ao longo da história. Pode ser casas, ruas, cidades e até mesmo as paisagens naturais incorporadas à vida cotidiana dos homens.

**Monumento:** é uma edificação ou um sítio histórico de caráter exemplar, por seu significado na trajetória de vida de uma sociedade;

**Referência Cultural:** o que define a referência cultural são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. Para efeitos metodológicos, são atividades, lugares e bens materiais que constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social.

**Revitalização:** é o processo que conjuga a reabilitação arquitetural e urbana dos centros históricos e a revalorização das atividades urbanas que acontecem nesses lugares. A revitalização urbana engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade que está em evidência

**Sítios arqueológicos:** são lugares onde se encontram vestígios da vida e da cultura material dos povos do passado.

**Salvaguarda:** é o conjunto de medidas que visam garantir a preservação do patrimônio cultural, tanto imaterial quanto o material.

**Valor cultural:** um bem possui valor cultural, quando possui identidade, através da idade, da tradição, espiritual ou simbólica com determinada comunidade.

**Valor histórico:** o valor histórico remete àquilo que foi e não é mais, aquilo que jamais pode ser reproduzido. Depende das condições físicas que foram transmitidas e de sua capacidade de testemunhar de maneira coerente o passado.

---

\*Os termos desse Glossário foram retirados de várias referências que constam no final do Guia, sobretudo do site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

## Referências

Arquivo da Gerência de Patrimônio Cultural de Palmas/Fundação Cultural de Palmas.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal,1988.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O Movimento Separatista do Norte de Goiás (1821-1988)**. Goiânia: Dissertação de Mestrado da UFG, 1990.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. **“Educação Patrimonial: um processo de mediação”**. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). Educação Patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: IPHAN-PB, 2012. (Caderno Temático 2).

**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/noticias/area-de-protecao-ambiental-serra-do-lajeado-completa-24-anos-de-criacao/111vect1chmj>> Acesso em: nov. 2024.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, AdrianeQueiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial,1999. p.5.

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/687>> Acesso em: nov. 2024.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISTICA.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama>> Acesso em: nov. 2024.

OLIVEIRA, Luiz Fernando de. **O que é uma educação Decolonial?**. Revista nova n° 149 jan-mar 2016. p.35

PALMAS. **Decreto nº 22, de 29 de fevereiro de 2000.** Dispõe sobre o tombamento provisório de bens municipais e dá outras providências. Câmara Municipal de Palmas, 2000. Disponível em: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/media/leis/DECRETO%20N%C2%BA%2022-2000%20de%2029-02-2000%2010-26-16.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2024

PALMAS. **Decreto nº 230, de 15 de setembro de 2011.** Dispõe sobre o tombamento de bem municipal, da criação do Museu Casa Vitor no Distrito de Taquaruçu, e dá outras providências. Câmara Municipal de Palmas, 1999. Disponível em: [https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2022/03\\_ipatrimonio-decreto-palmas-casa-vitor-Fonte-prefeitura-municipal.ddf](https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2022/03_ipatrimonio-decreto-palmas-casa-vitor-Fonte-prefeitura-municipal.ddf). Acesso em: 20 de março de 2024

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS.** Disponível em : <<https://www.palmas.to.gov.br/cia-de-teatro-fernanda-montenegro-encanta-moradores-de-buritirana-e-taquarucu-com-a-peca-a-idade-do-sonho/>> **Acesso em: out. 2024.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS. **Casas Suçuapara e da Cultura serão entregues nesta terça-feira,09.** Publicado em 08/03/2010. Disponível em: <https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/casas-sussuapara-e-da-cultura-serao-entregues-nesta-terca-feira-09/20940/>. Acesso em: 10 de março de 2024.

SAMUEL, Raphael. **História local e história oral.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v.9, n.19, set.1989/fev.1990.

SOUZA, Candice Vidal e. **A invenção do Tocantins:** espaço e tempo ne construção de uma comunidade imaginada em um contexto regional. Goiânia: Ciências Humanas em Revista/UFG, 1995.

VIEIRA 2014, Marta Victor. O Movimento Separatista do Norte Goiano(1821-1823): Desconstruindo o Discurso Fundador da Formação Territorial do Estado do Tocantins. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais.** EEG/UnU Iporá, v.3, n.1. Jan/Jun 2014

WALSH. Catherine. **Introducion-(Re) pensamiento critico y (de) colonialidade.**in WALSH. Catherine. (Orgs.). Pensamientp crítico y matriz (de) colonial. Reflexiones latino-americanas. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005, p.13-35.